



AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS COM A ADEQUAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE: UM ESTUDO NO SETOR DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS.

RICARDO BIALI RIBEIRO

Orientador: Prof. Dr. José Dionísio Gomes da Silva

Natal – RN
2010

RICARDO BIALI RIBEIRO

AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS COM A ADEQUAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE: UM ESTUDO NO SETOR DE PETROLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS.

Dissertação apresentada ao Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito à obtenção do título de mestre em Ciências Contábeis. Área de concentração: Contabilidade para Usuários Externos.

Orientador: Prof. Dr. José Dionísio Gomes da Silva

Natal – RN
2010

RIBEIRO, Ricardo Biali.

Avaliação do impacto da divulgação das informações contábeis com a adequação da legislação societária brasileira às normas internacionais de contabilidade: um estudo no setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis / Ricardo Biali Ribeiro. Natal: o autor, 2010.

Dissertação de mestrado do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFRN.

Orientador: Dr. José Dionísio Gomes da Silva

1. informação contábil; 2. legislação societária brasileira; 3. convergência às normas internacionais de Contabilidade; 4. Petróleo, Gás e Biocombustíveis; Bovespa.

Universidade de Brasília – UnB

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS COM A ADEQUAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE: UM ESTUDO NO SETOR DE PETROLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS.

A comissão organizadora, composta pelos professores infra, sob a presidência do primeiro, considera o candidato RICARDO BIALI RIBEIRO **aprovado**.

Prof. Dr. José Dionísio Gomes da Silva
Orientador

Prof^a. Dra. Aneide Oliveira Araujo
Membro interno

Prof. Dr. Rodrigo José Guerra Leone
Membro externo

Dedico este trabalho a Maria Luísa, minha filha, e a Carolina, minha esposa, minhas fontes de inspiração. Dedico também a Jorge, meu pai, e a Lucia, minha mãe, pelo exemplo de vida.

AGRADECIMENTO

Agradeço a toda minha família pelo suporte durante este curso de Mestrado. A estrada foi longa, mas a jornada apenas começou. Seguirei em frente, pois tenho certeza de que continuarei a contar com estas pessoas que caminharam e caminham comigo.

Agradeço a minha esposa, Carolina, pela paciência. Não fosse por ela estaria solto no mundo. Ela é meu porto seguro.

Agradeço a Maria Luísa, nossa filha, que nasceu ainda durante o mestrado. Este ser iluminado e especial que, literalmente, deu novo sentido para nossas vidas. É por ela (e para os vindouros) que dedicaremos nossos esforços.

Agradeço aos meus pais que tanto batalharam para me dar base intelectual que resultou a este momento. Meu pai, o Prof. Jorge, é meu maior exemplo de vida, meu herói. Minha mãe, Lucia, que se dedicou uma vida inteira à minha criação. Estendo também os agradecimentos a minhas irmãs: Nely Cristina, Carla Rejane e Ana Paula.

Agradeço a família da minha esposa, em especial a seus pais, Cillene e Mario que sempre se prontificaram a me apoiar.

Aos colegas de sala, Anna Paola, Cris, Marília, Igor, Manuel, Thiago, Daniele, Célio e, especialmente, Jorge Eduardo, meu “irmão” e companheiro de trabalhos. Faço uma lembrança especial ao Virgílio que por força maior, seguiu outro caminho na vida acadêmica, não permanecendo na turma.

Aos colegas da classe de doutorado que também prestaram grande apoio, Anaílson, Adilson, Ducineli, França, Wenner, Sueli, Rommel e Rodrigo. Admiro muito vocês. São exemplos a serem seguidos.

Dos professores, agradeço acima de tudo ao meu orientador, o Prof. José Dionísio Gomes da Silva. Desde antes do curso de mestrado já o admirava e tomava suas atitudes como exemplo. Agradeço por ter caminhado comigo durante a feitura deste trabalho.

Aos demais professores que estiveram conosco em sala de aula, Paulo Amílton, Paulo Lustosa, Rosivaldo, Aneide, Paulo Aguiar, Edílson Paulo e Paulo Cavalcanti. Verdadeiros senhores do conhecimento. Mestres, Doutores, titulações que sinceramente não abarcam por inteiro a verdadeira alma destas pessoas maravilhosas que tenho profunda admiração e primo por seguir como exemplo.

Aos professores César Tibúrcio, José Matias-Pereira, Guilherme e Otávio que, apesar da não convivência em sala de aula, eu agradeço o apoio prestado ao curso e ao programa. Em especial ao Prof. Jorge Katsumi, o qual eu tenho profunda admiração. Agradeço o apoio que o Prof. Katsumi me prestou também no congresso ANPCONT/IAAER no ano de 2009 em São Paulo, com certeza sem ele nada teria sido realizado.

Agradeço o apoio e parabenizo o trabalho realizado pela secretária Ridan Borges. Estendo às demais secretárias do programa (de João Pessoa e Brasília), parabéns a todos!

Não poderia deixar de agradecer ao programa de uma forma geral, pelo grande serviço que prestam a um país ainda carente de conhecimento contábil.

Agradeço a todos os que, por algum lapso de memória, ficaram de fora. Tenham certeza de que guardo todos os que me apoiaram.

“Não é o mais forte que sobrevive, nem o mais inteligente,
mas o que melhor se adapta às mudanças”

Charles Darwin

RESUMO

O presente trabalho propôs a discutir a seguinte questão social: com a adequação da legislação societária brasileira aos padrões internacionais, qual o estágio de divulgação das informações contábeis em empresas do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis listadas na Bovespa? Como etapas para atingir as respostas e os objetivos do trabalho foram elencados os seguintes objetivos específicos: analisar o estágio de adequação da nova legislação societária brasileira às normas internacionais de Contabilidade; avaliar as informações Contábeis divulgadas pelas empresas do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis relativas ao exercício social de 2007; avaliar as informações Contábeis divulgadas pelas empresas do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis relativas ao exercício social de 2008; com base no comparativo, elencar quais evoluções a nova legislação societária conferiu às informações Contábeis divulgadas. A metodologia utilizada foi de natureza descritiva com abordagem indutiva cujo sítio eletrônico da Bovespa foi a fonte da pesquisa. Os sujeitos foram as empresas atuantes no setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis listadas na Bovespa. Os períodos analisados foram de 2007 e 2008, de forma a obter comparativo das 20 (vinte) práticas contábeis alteradas na Lei das S.A.'s. Os principais resultados encontrados apontam que houve uma adequação antes das leis 11.638/07 e 11.941/09 na ordem de 18% com relação ao total das práticas. A Petrobrás realizou adequação das normas na ordem de 44%, enquanto as demais companhias representaram uma média de 15% de adequação. Após a emissão das referidas leis, houve adequação na ordem de 70%. Conclui-se assim que, apesar de a lei não esgotar o direito, as empresas precisaram de substanciais adequações após as Leis 11.638/07 e 11.941/09, com exceção da Petrobrás, para se adequarem ao processo de convergência das normas internacionais de Contabilidade.

Palavras-chave: informação contábil; legislação societária brasileira; convergência às normas internacionais de Contabilidade; Petróleo, Gás e Biocombustíveis; Bovespa.

ABSTRACT

The present paper seeks to discuss the following social issues: with the adequacy of the Brazilian corporate law to international standards, what the stage of changes in the accounting information on companies of Oil, Gas and Biofuels listed in the Bovespa? As steps to achieve the answers and the objectives were listed the following specific objectives: to assess the stage of adequacy of the new Brazilian corporate law to international standards of accounting; to evaluate the information disclosed by companies of Oil, Gas and Biofuels for the year 2007; to evaluate the information disclosed by companies in the Oil, Gas and Biofuels for the year 2008; based on the comment, listing what the new developments in corporate law conferred on Accounting Information disclosed. The methodology was descriptive in its nature with inductive approach. The Bovespa's electronic site was the source of the research. The companies listed in the segment of Oil, Gas and Biofuels were the sample. The study periods were 2007 and 2008 in order to obtain comparative of 20 (twenty) changed accounting practices in corporate law's. The main findings indicate that there was an adjustment before the law 11.638/07 and 11.941/09 in order of 18% compared to the total practice. Petrobras Co. held adequacy of standards in the order of 44%, while other companies account for an average of 15% adequacy. Following issuance of these laws, there suitability of the order of 70%. It is concluded that although the law does not exhaust the rights, companies have needed substantial adjustments after the Laws 11.638/07 and 11.941/09, with exception of Petrobras Co., to conform to the convergence of international accounting standards.

Keywords: accounting information; Brazilian corporate law; convergence of international accounting standards; Oil, Gas and Biofuels; Bovespa.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: comparativo de adequação às normas internacionais antes e depois das leis 11.638/07 e 11.941/09	34
Tabela 2: proporção comparativa de adequação integral aos padrões internacionais	37
Tabela 3: proporção comparativa de adequação parcial aos padrões internacionais	37
Tabela 4: representatividade da perda na recuperabilidade de ativos imobilizados e intangíveis	58
Tabela 5: proporção comparativa de adequação integral aos padrões internacionais para cada empresa.....	60
Tabela 6: proporção comparativa de adequação parcial aos padrões internacionais para cada empresa.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS

APB	Accounting Principles Board
Bm&fBovespa	Bolsa de Mercadorias & Futuros; Bolsa de Valores de São Paulo
CE	Comissão Européia
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CSLL	Contribuição Social sobre Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DOAR	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
FASB	Financial Accounting Standards Board
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
IAS	International Accounting Standards
IASB	International Accounting Standards Board
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBP	Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis
IFRS	International Financial Reporting Standards
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
LALUR	Livro de Apuração do Lucro Real
MBCA	Model Business Corporation Act
NYSE	New York Securities Commission
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Patrimônio Líquido
REF	Resultado de Exercícios Futuros
RIR	Regulamento do Imposto de Renda
RTT	Regime Tributário de Transição
SA	Sociedade Anônima
SFAC	Statement of Financial Accounting Concepts
SFAS	Statement of Financial Accounting Standards
U.S. EIA	U.S. Energy Information Administration

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
1.1.	PROBLEMA E RELEVÂNCIA	12
1.2.	OBJETIVOS	14
1.2.1.	Geral	14
1.2.2.	Específicos.....	14
1.3.	JUSTIFICATIVA	14
1.4.	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO TRABALHO	15
2.	REFERENCIAL CONCEITUAL.....	17
2.1.	IMPORTÂNCIA DA DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS ..	17
2.2.	NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE	19
2.3.	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA.....	20
2.4.	AS ALTERAÇÕES ADVINDAS COM AS LEIS 11.638/07 E 11.941/09.....	22
3.	METODOLOGIA.....	31
3.1.	NATUREZA DA PESQUISA E ABORDAGEM	31
3.2.	SUJEITOS DA PESQUISA	32
4.	ANÁLISE DOS DADOS	34
4.1.	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS ADEQUAÇÕES ÀS NOVAS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	34
4.1.1.	Regime Tributário de Transição – RTT	39
4.1.2.	Demonstração dos Fluxos de Caixa	41
4.1.3.	Demonstração do Valor Adicionado	42
4.1.4.	Estrutura das contas patrimoniais	43
4.1.5.	Resultado de Exercícios Futuros	44
4.1.6.	Ações em Tesouraria	45
4.1.7.	Lucros Acumulados.....	45
4.1.8.	Ativo Diferido	46
4.1.9.	Ativo Intangível.....	48
4.1.10.	Gastos com pesquisa e desenvolvimento.....	49
4.1.11.	Arrendamento Mercantil.....	50
4.1.12.	Reservas de Capital	51
4.1.13.	Reservas de Reavaliação	52
4.1.14.	Ajuste a Avaliação Patrimonial	53
4.1.15.	Instrumentos Financeiros.....	54
4.1.16.	Estoques.....	55
4.1.17.	Ajuste a Valor Presente	56
4.1.18.	Teste de Recuperabilidade.....	57
4.1.19.	Participações Societárias	59
4.1.20.	Participações nos lucros.....	59
4.2.	RESUMO GERAL DA ANÁLISE	60
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
5.1.	PRINCIPAIS RESULTADOS E CONCLUSÃO	62
5.2.	LIMITAÇÕES E DIRECIONAMENTOS PARA FUTUROS TRABALHOS ...	64
	REFERÊNCIAS	66
	APÊNDICE	70

APÊNDICE A – CIA. BRASIL ECODIESEL.....	71
APÊNDICE B – NOVAMARLIN PETRÓLEO S.A.....	73
APÊNDICE C – OGX PETRÓLEO E GÁS	75
APÊNDICE D – PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRÁS	77
APÊNDICE E – REFINARIA DE PETRÓLEOS MANGUINHOS S.A.	79
ANEXO.....	81
ANEXO A – CIA. BRASIL ECODIESEL	82
ANEXO B – NOVAMARLIN PETRÓLEO S.A.....	108
ANEXO C – OGX PETRÓLEO E GÁS	121
ANEXO D – PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRÁS	147
ANEXO E – REFINARIA DE PETRÓLEOS MANGUINHOS S.A.	182

1. INTRODUÇÃO

1.1. PROBLEMA E RELEVÂNCIA

A Contabilidade pode ser conceituada como ciência social aplicada cujo objetivo fundamental é o de prover informações quantitativas e qualitativas de ordem econômico-financeiras para tomada de decisão. Entretanto, acontecimentos históricos adversos, como por exemplo, a quebra da Bolsa de Valores norte-americana de 1929 e o escândalo contábil e de auditoria também nos EUA em 2001, comprovaram que existem ruídos de comunicação no mundo corporativo entre a informação contábil e os investidores, e que tais ruídos inviabilizam maiores ganhos nos empreendimentos. Como resposta, no ano de 2001, o Organismo de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board – IASB*) e o Conselho Norte-Americano de Contabilidade Financeira (*Financial Accounting Standards Board – FASB*) estabeleceram uma agenda de convergência das normas internacionais com o objetivo de uniformizar os princípios contábeis através da harmonização de cada sistema contábil regional na tentativa de aprimorar a qualidade da informação contábil que é repassada através de suas respectivas demonstrações.

O Brasil não poderia abster-se desse processo. Contudo, para poder iniciar sua convergência às normas internacionais foi necessário o surgimento de um ato legislativo, sancionado e promulgado pelo Estado. Surgiu assim, em 2000, o Projeto de Lei nº 3.741, promulgado sete anos depois, através da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, reformulando algumas práticas contábeis contidas na Lei das Sociedades por Ações, a de nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Ocorre que durante o tempo decorrido entre o projeto de reforma contábil e sua efetiva entrada em vigor, através de lei, alguns procedimentos contábeis foram modificados pelo IASB necessitando da atualização por parte da legislação brasileira. Com esta atualização algumas práticas contábeis abarcadas pela Lei 11.638 foram modificadas e até mesmo, revogadas, até surgir, finalmente, em 03 de dezembro de 2008, a Medida Provisória nº 449, convertida na Lei nº 11.941, de 27 de junho de 2009, alterando alguns dispositivos da legislação tributária federal relativa ao parcelamento de débitos tributários e, também, algumas regras contábeis contidas na Lei das S.A.'s.

Com a nova legislação a Contabilidade brasileira passou a buscar enquadramento às normas internacionais de Contabilidade, consoante se observa, por exemplo, na nova redação dada ao art. 177, § 5º, da Lei 6.404/76 “As normas [...] deverão ser elaboradas em consonância com os

padrões internacionais de Contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)”.

No mesmo sentido, Azevedo (2009, p. 17) destaca que o “principal objetivo da nova Lei nº. 11.638/2007, [...] foi atualizar as regras contábeis brasileiras e aprofundar a harmonização destas com os pronunciamentos internacionais, em especial os emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.”

Todavia, uma questão não pode ser deixada de lado, qual seja: até que ponto as empresas brasileiras, antes da nova legislação, divulgavam informações Contábeis compatíveis com os critérios internacionais, oferecidos pelo IASB?

Será que setores complexos e de alta competitividade necessitaram fazer grandes mudanças no seu modelo de divulgação de informações Contábeis para se ajustar as novas regras?

A verdade que se persegue doravante é se realmente a nova legislação brasileira absorveu a evolução defendida pelo organismo internacional de Contabilidade e até que ponto a nova estrutura legal impactou as informações Contábeis divulgadas.

Será que nas empresas do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis que divulgam suas demonstrações publicamente na Bolsa de Mercadorias e Futuros e Bolsa de Valores de São Paulo – Bm&fBovespa as alterações da legislação brasileira chegaram a provocar impacto no modelo de divulgação das informações Contábeis ou essas empresas já estavam adaptadas a esse nível de evidenciação em função da competitividade internacional?

Vale salientar a relevância do referido setor à economia por possuir atuação no comércio exterior e ser passível de enquadramentos a modelos mercadológicos desenvolvidos em todo o mundo.

Ante o exposto surge o seguinte problema de pesquisa: **com a adequação da legislação societária brasileira aos padrões internacionais, qual o estágio de divulgação das informações contábeis em empresas do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis listadas na Bovespa?**

A resposta a esta pergunta poderá contribuir para um melhor entendimento do nível de ajuste das empresas brasileiras ao padrão internacional de Contabilidade independentemente da definição legal, ou seja, se as corporações brasileiras aguardam o escopo jurídico ou gradativamente se ajustam as exigências do mercado internacional no tocante à divulgação das informações Contábeis.

Por outro lado, a escolha desse setor está vinculada ao fato da sua estreita relação com o mercado internacional o que pode ocasionar uma adaptação mais rápida a eventuais alterações normativas.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Geral

Analisar as informações Contábeis divulgadas pelas empresas do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, antes e depois da nova legislação societária brasileira visando comparar as eventuais alterações ocorridas.

1.2.2. Específicos

Como etapas para atingir o objetivo geral e, conseqüentemente, contribuir para a resposta do problema de pesquisa, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- Analisar o estágio de adequação da nova legislação societária brasileira às normas internacionais de Contabilidade.
- Avaliar as informações Contábeis divulgadas pelas empresas do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis relativas aos exercícios sociais de 2007 e 2008.
- Com base no comparativo, elencar quais alterações a nova legislação societária conferiu às informações Contábeis divulgadas.

1.3. JUSTIFICATIVA

Já em plena ascensão, o processo de convergência das normas internacionais de Contabilidade tem condição de trazer aos usuários, principalmente aos investidores e aos provedores de capital, uma aproximação do valor contábil das empresas a valores mercadológicos negociáveis. Para corroborar com isso, Niyama (2008), afirma que a busca por uniformidade nos critérios contábeis ao redor do mundo proporciona uma maior compreensão da linguagem e comparabilidade das informações contábeis. A grande questão é evidenciar quais evoluções ocorreram com a emissão das novas normas Contábeis até o momento para as empresas.

O setor da economia brasileira escolhido foi o das empresas petrolíferas com grande relevância no Produto Interno Bruto – PIB e na economia nacional. Este setor justifica-se quando se constata que grandes negócios são transacionados através do petróleo, envolvendo elevado volu-

me de operações financeiras e, conseqüentemente, de diversas transações Contábeis exigidas para atender à demanda informacional. Não obstante, o setor também atua em ambiente de comércio exterior, o que naturalmente pode levar a uma necessidade de transmitir suas informações em nível igualitário e padronizado.

Para que se possa visualizar a importância do setor, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em seu sítio eletrônico, no ano de 2008, revelou que foram gerados mais de 50.000 empregos formais diretos no setor, que, além disso, é responsável por 10% do PIB brasileiro. Ainda, segundo o sítio eletrônico da *U.S. Energy Information Administration* – U.S. EIA (administração norte-americana de informações sobre energia) o Brasil ocupava, até 2008, a 12ª colocação no ranking mundial de produção de petróleo, a 7ª colocação no consumo mundial, a 42ª colocação na importação e a 14ª colocação na exportação do referido produto.

Importante ainda destacar as perspectivas futuras do setor com a possibilidade de grande crescimento a partir de novas descobertas como o pré-sal, por exemplo.

No trabalho conclusivo, todas as empresas da amostra foram extraídas da Bovespa, posto que o tema faz referência a empresas sujeitas à Lei das S.A.'s, e a conotação científica está em revelar o conteúdo informacional contido nas Demonstrações Contábeis publicadas.

1.4. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO TRABALHO

Para o desenvolvimento deste trabalho foram elencados cinco capítulos organizados com seus devidos tópicos. O primeiro capítulo fornecerá conhecimentos dos aspectos introdutórios, o problema de pesquisa, objetivos e justificativa do tema.

Para o capítulo dois, foi estruturada uma revisão da literatura e do estado da arte denominado de referencial conceitual. Neste ponto, foi realizada pesquisa bibliográfica em livros e revistas científicas sobre 1) a importância da divulgação das informações contábeis; 2) as normas internacionais de Contabilidade; 3) a legislação societária brasileira; 4) as alterações advindas com as Leis 11.638/07 e 11.941/09.

No capítulo três é referenciada a metodologia informando sobre como foi realizada a pesquisa, o estudo e a análise dos dados. A estrutura é formada pela natureza da pesquisa e abordagem e os sujeitos da investigação.

Para o capítulo seguinte, de número quatro, foi realizada a descrição e a análise dos dados. A estrutura demonstra 1) descrição e análise das práticas contábeis; e um 2) resumo geral comparativo das análises.

O capítulo cinco, final, aborda os principais resultados encontrados e conclui o trabalho. Levanta ainda as limitações deste estudo e aponta para futuras pesquisas à busca de melhorar e aprimorar o conhecimento sobre o assunto.

Como apêndice ao trabalho, foram processados dados captados da Bovespa sobre as informações das empresas sujeito da pesquisa. Ainda, em anexo, todos os detalhes necessários sobre as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas das empresas são encontrados.

2. REFERENCIAL CONCEITUAL

2.1. IMPORTÂNCIA DA DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

A importância em divulgar informações de ordem econômico-financeiras por parte da Contabilidade está no fato de que os usuários (investidores, credores, provedores de capital e etc.) necessitam conhecer o que está ocorrendo com a entidade.

Eles usam as demonstrações financeiras para satisfazer suas necessidades de informação. Como por exemplo: a) auxiliar na análise do risco inerente ao investimento e o retorno que ele produz, no caso dos investidores; b) informações sobre a continuidade operacional, no caso de clientes; c) destinação de recursos, no caso do governo e suas agências; e d) informações sobre a evolução do desempenho da entidade e os desenvolvimentos recentes, no caso do público geral. (ERNEST & YOUNG; FIPECAFI. 2009, p. 3)

Sobre a evidenciação (em inglês *disclosure*) da informação contábil, Iudícibus (2009, p. 110) elucida:

[...] *disclosure* está ligado aos objetivos da Contabilidade, ao garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários. [...] O Accounting Research Study nº 1, editado pelo AICPA, em 1961, estabeleceu, na página 50: ‘Os demonstrativos contábeis deveriam evidenciar o que for necessário, a fim de não torná-los enganosos’. É importante focalizar que esta e outras opiniões sobre o assunto quase sempre insistem no problema de não tornar as demonstrações enganosas para o usuário.

Conforme a Estrutura Conceitual Básica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis brasileiro, as informações de ordem econômico-financeiras divulgadas pela Contabilidade necessitam de confiabilidade e credibilidade para que todos os diferentes usuários possam ter acesso ao um mercado competitivo.

Segundo o FASB (1978, § 34) “A divulgação financeira deve prover informação que seja útil à tomada de decisões de investimentos, concessões de créditos e etc. por investidores, credores e outros usuários.”

No mesmo sentido do FASB, Schroeder et al (2009, p. 52. tradução livre) elucidam que:

O *SFAC n.º 5* regula a ordem de critérios de reconhecimentos e orienta sobre qual informação deve ser incorporada às Demonstrações Contábeis e quando estas informações devem ser reportadas. De acordo com o *SFAC n.º 5*, um pacote completo de Peças Contábeis deve apresentar: 1) a posição financeira ao final do exercício social; 2) lucros para o período; 3) resultado compreendido para o período; 4) fluxos de caixa durante o período; e 4) investimentos e distribuições realizadas à acionistas durante o exercício.

No Brasil, as Demonstrações Contábeis são reguladas pela Lei nº. 6.404/76 que, em seu artigo 176, prescreve:

“Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

I - balanço patrimonial;
 II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
 III - demonstração do resultado do exercício;
 IV – demonstração dos fluxos de caixa;
 V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.
 [...] § 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.”

Além disso, a informação contábil contida nas notas explicativas e quadros complementares (entre os documentos citados incluem-se o parecer de auditoria e o relatório da administração) são tão ou mais importantes quanto à informação das próprias Demonstrações Contábeis, pois é ali que o usuário encontrará o dado processado, ou seja, a informação contábil trazida em minúcias. Além da regulação por parte da Lei das S.A.'s as empresas divulgam informações de forma espontânea, conforme Souza et al (2008) as “informações contábeis voluntárias representam o conjunto de informações evidenciadas pelas companhias abertas que vai além das obrigações.”

Murcia e Santos (2010) relatam que:

A divulgação voluntária é uma opção, assim como outras opções contábeis realizadas para reconhecimento e mensuração de transações econômicas (assim como o PEPS ou UEPS para avaliação do estoque). Estudos recentes revelaram que diversos são os benefícios de se divulgar informações de forma voluntária.

Matoussi e Chakroun (2009, tradução livre) afirmam que:

A qualidade da evidenciação voluntária contida no reportes anuais, a principal fonte da informação, é hoje em dia um dos maiores problemas no coração da teoria das finanças. As empresas estão deparando com sérias crises de credibilidade e não conseguem adequação quanto à sua comunicação com os usuários. Por isso, transparência e um melhor nível de evidenciação é fator determinante para uma melhor comunicação aos acionistas. Isso direcionará uma melhor alocação do capital no mercado.

Quanto à importância, ressalta-se que a informação disponibilizada pela Contabilidade (seja voluntária ou compulsória) deve atender a melhor tomada de decisão possível, dentro das limitações de cada usuário, afora possuir também total credibilidade. Com relação a tais limitações, Iudícibus (2009, p. 111) afirma:

[...] não se pode esperar e seria tolice pensar que boas decisões de investimento pudessem emanar de um leitor com vagas noções de Contabilidade e de negócios. A interpretação dos demonstrativos contábeis é tarefa única e exclusivamente reservada aos *experts* em Contabilidade e Finanças, que deveriam ser os intermediários entre as empresas e os donos dos recursos, assessorando estes últimos nas análises.

Por outro lado, deve ser considerado ainda que o usuário da informação contábil adote um processo de avaliação conjunta com as informações disponibilizadas, devendo a organização uti-

lizar criteriosos instrumentos de divulgação para que a difusão realizada da informação não encaminhe o usuário para vieses não desejados.

2.2. NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Em ordem de convergência com o *Financial Accounting Standards Board* – FASB (organismo norte-americano de Contabilidade) o *International Accounting Standards Board* – IASB (organismo internacional de Contabilidade) emitiu, originalmente em 2003, o IAS de n.º 01 que trata da apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis e demais peças contábeis¹. Em seu § 9 define que:

As Demonstrações Contábeis são representações estruturadas da posição financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das Demonstrações Contábeis é o de prover informação sobre a posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa da entidade, de modo a tornar-se útil a um amplo grupo de usuários no processo de tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também devem apresentar os resultados dos recursos aplicados pela administração. Para atingir tais objetivos, as demonstrações contábeis da entidade devem informar sobre: a) ativos; b) passivos; c) patrimônio líquido; d) receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas; e) distribuições aos acionistas; e f) fluxos de caixa.” (IAS n.º. 01, 2009. Tradução livre).

Conforme visto e na mesma linha de pensamento, o IASB segue aquilo que primeiramente foi observado pelo FASB, na década de 1970, no tocante à divulgação da informação por parte das empresas, para que um amplo grupo de usuários interessados possua, tempestivamente, o mesmo nível de informação. Para tanto, o organismo internacional traçou objetivos e metas, a fim de que isso ocorra e o nível de uniformidade das informações contábeis atinja seu ápice. Tais objetivos e metas são assim elucidados:

De acordo com a constituição do Iasb, seus objetivos são: a) desenvolver, no interesse público, um único conjunto de normas contábeis globais de alta qualidade, inteligíveis e exequíveis, que exijam informações de alta qualidade, transparentes e comparáveis nas demonstrações contábeis e em outros relatórios financeiros, para ajudar os participantes do mercado de capital e outros usuários em todo o mundo a tomar decisões econômicas; b) promover o uso e a aplicação rigorosa dessas normas; e c) promover a convergência entre as normas contábeis locais e as Normas Internacionais de Contabilidade de alta qualidade. (NIYAMA; SILVA. 2008, p. 33).

Fica claro que as Normas Internacionais de Contabilidade têm como objetivo primordial aumentar o nível de comparabilidade entre diferentes ambientes empresariais ao redor do mundo.

Sobre diferentes ambientes econômicos Klann et al (2009) anunciam que:

¹ Peças Contábeis podem ser conceituadas como termo técnico contábil conforme pesquisa de Iudícibus e Lopes (2002) quando conceituaram que tais peças viabilizam, entre outras coisas, estimativas sobre o futuro das empresas.

Essas diferenças podem alterar o valor dos indicadores de desempenho, calculados a partir dessas demonstrações. Com isso pode existir uma assimetria de informação. Dependendo da localização dos usuários, eles poderão ter impressões diferentes da mesma empresa. Isso significa que uma empresa pode apresentar indicadores de liquidez, endividamento ou rentabilidade muito diferentes, dependendo da demonstração que se está analisando, se a remetida à Bovespa ou à NYSE.

Sobre a Lei n.º 11.638/07 e o processo brasileiro de convergência a tais normas internacionais, Barbosa Neto et al (2009) assim comenta:

O efetivo início de processo de convergência no Brasil ao padrão contábil se deu a partir de 2008, para as sociedades abertas e demais empresas de grande porte, conforme determinado pela Lei n.º 11.638/07. Tal fato induz aos usuários da informação contábil a atentarem para as mudanças que a convergência produz nas demonstrações contábeis.

Ainda sobre o processo de convergência, Azevedo (2009, p. 72):

A lei coloca como meta a harmonização das normas e práticas contábeis brasileiras às internacionais, com o objetivo não apenas de colocar o Brasil nos trilhos dessa tendência global, mas também de facilitar o acesso das empresas nacionais aos mercados externos e atrair capitais estrangeiros ao País. Outra preocupação fundamental foi a de segregar os princípios contábeis em relação às normas tributárias e legislações específicas.

O aumento de transparência, confiabilidade, acesso das empresas nacionais às fontes de financiamento externas são exemplos de quão importante tornam-se as normas internacionais e principalmente sua adequação e harmonização por parte de países como o Brasil. Sobre isso, diligência realizada por Yu; Qu (2009) revelam que o processo de harmonização das normas internacionais elevou o nível da informação. Pesquisas empíricas, a partir de abordagens indutivas, como a realizada por Gaeremynck, Thornton e Verriest (2009), revelam que as informações contábeis tornam-se realmente mais úteis a partir da adoção das IFRS.

2.3. LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA

Assim como em diversos ambientes econômicos no mundo, o Brasil também está na agenda de convergência às normas internacionais de Contabilidade do IASB. Entretanto, por estar inserido em um contexto denominado legalístico, carece de regulamentação legislativa para incorrer em mudanças nas suas práticas contábeis.

A legislação societária brasileira foi originalmente regulamentada pelo vetusto Código Comercial de 1850 que, no tocante às sociedades anônimas no Brasil dispunha, em seu art. 295:

As companhias ou sociedades anônimas, designadas pelo objeto ou empresa a que se destinam, sem firma social, e administradas por mandatários revogáveis, sócios ou não sócios, só podem estabelecer-se por tempo determinado, e com autorização do Governo, dependente da aprovação do Corpo Legislativo quando hajam de gozar de algum privilégio: e devem provar-se por escritura pública, ou pelos seus estatutos, e pelo ato do Poder que as houver autorizado.

Em meio a um governo discricionário, foi promulgado o Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, trazendo em seu bojo as características e a natureza da sociedade anônima ou companhia posto que, segundo Requião (1988) “a legislação anterior não mais condizia com as necessidades da conjuntura econômica nacional.”.

Em meados da década de 1970 (época do surgimento do FASB), tal texto legal já não condizia com as necessidades dos investidores e demais usuários daquele tempo. Surgiu então, em 15 de dezembro de 1976, a Lei nº. 6.404, conhecida como a Lei das Sociedades por Ações, que teve como base, para sua elaboração, o *Model Business Corporation Act – MBCA* (Modelo Federal de Legislação Societária dos EUA), regulamentando as práticas contábeis no Brasil. As principais diferenças entre o Decreto-lei nº 2.627/40 e a Lei das S.A.s, é que esta sistematiza as técnicas e práticas contábeis.

Sobre isso, Requião (1988, p. 14) expõe:

O propósito, confessadamente repetido pelos autores do projeto de reforma, como das próprias autoridades governamentais, foi o de criar a estrutura da grande empresa brasileira. Acusa-se, por isso, o sistema da lei atual de ter relegado a segundo plano a pequeno e a média empresas constituídas como sociedade anônima, fechada e personalista, e que representam a massa de sociedades mercantis hoje existentes no Brasil.

No Brasil, para que se pudesse trabalhar com a convergência das normas fez-se necessário a edição e emissão de uma Lei devidamente chancelada pelo Congresso Nacional brasileiro a fim de iniciar o processo de convergência. Tal iniciativa foi tomada com o Projeto de Lei nº 3.741 de 2000, que previu as mudanças nas normas contábeis.

Em 28 de dezembro de 2007, o Congresso aprovou o Projeto de Lei nº 3.741/00, mais tarde promulgado como a Lei 11.638/07, modificando dispositivos da Lei 6.404/76, no que tange a procedimentos contábeis. O objetivo foi, claramente, o de encaminhar o Brasil para a convergência das Normas Internacionais de Contabilidade. O grande problema foi a lentidão do processo burocrático brasileiro.

Sobre isto, elucidam Iudícibus et al (2009, p. 5-6):

Um problema sério surgiu do largo tempo que o então Projeto de Lei nº. 3.741/00 levou o no congresso para se transformar na Lei nº. 11.638/07: as normas internacionais evoluíram, e sofreram grandes modificações em função inclusive da adesão da União Européia, mas o projeto de lei não capturou essas inovações. [...] buscando resolver rapidamente as dúvidas e pendências que o mercado e os próprios técnicos do Governo tinham, o governo editou a Medida Provisória nº. 449/08. Essa MP, digna de aplausos, representou um real e verdadeiro grande passo no sentido da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade.

A rigor, dita Medida Provisória 449, de 2008, foi convertida, em 27 de maio de 2009, na Lei 11.941/09 que, em conjunto com a Lei 11.638 alterou os dispositivos contábeis da Lei 6.404/76, além de aspectos tributários.

As alterações ocorridas na Lei das S/As, em função das duas últimas atualizações retrocidadas, são de suma importância para as empresas e entidades que a elas são submetidas, uma vez que a nova legislação societária entrou em consonância com as normas internacionais de contabilidade, o que significa dizer que novos procedimentos contábeis haverão de ser adotados por parte dessas organizações para a elaboração e divulgação de suas informações econômico-financeiras. Tais critérios novos podem ocasionar aumento ou redução no valor de suas contas e, de conseguinte, na percepção que seus investidores possuem sobre elas.

2.4. AS ALTERAÇÕES ADVINDAS COM AS LEIS 11.638/07 E 11.941/09.

A Lei nº 11.638/07, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, estendendo às sociedades de grande porte as disposições relativas à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, possui dez artigos provenientes de seu Projeto de Lei original.

Quanto à Lei nº 11.941/2009, mais extensa, alterou diversos dispositivos da legislação tributária e societária, após ter sido convertida da Medida Provisória nº 449/2008, tendo uma tramitação mais rápida.

Passa-se a tratar, sucessivamente, das mudanças ocorridas e seus respectivos impactos nas práticas contábeis brasileiras a partir de 2008, tomando por base a existência de um conhecimento básico ou elementar de Contabilidade e sua estrutura conceitual. O arranjo a seguir está embasado na estrutura visionada por Azevedo (2009):

1. Regime Tributário de Transição – RTT;

- a. O RTT instituído pela Lei 11.941/09 atinente a tributos federais, prevê uma suspensão dos efeitos fiscais para os anos 2008 e 2009. O objetivo é segregar a escrituração fiscal e a empresarial para apresentar informações de desempenho financeiro mais próximo à realidade. O benefício do RTT é a contribuição à harmonização entre normas contábeis brasileiras e internacionais, sem que o efeito fiscal interfira nas práticas contábeis. Para eliminar porquanto o reflexo tributário deve-se efetuar os ajustes que se fizerem

necessários à realidade de cada empresa através da escrituração extra-contábil, no livro fiscal denominado Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR). Salienta-se que o RTT passa a ser obrigatório a partir do ano de 2010 para as empresas sujeitas à Lei das S.A.'s.

2. Demonstração do Fluxo de Caixa;

- a. No tocante ao elenco de demonstrações contábeis, conforme a nova redação dada ao inciso IV do art. 176, da Lei 6.404/76, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR foi substituída pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. O objetivo da DFC é prover informações sobre as entradas e saídas de caixa de atividades operacionais, de financiamento e de investimentos e segundo os principais órgãos normativos tal substituição se dá em função do alto teor informativo que a DFC possui em detrimento a DOAR, não obstante a complexidade de elaboração e manutenção da antiga demonstração. A DFC pode ser elaborada sob os métodos direto ou indireto (a escolha dos métodos deve ser explicitado em Notas Explicativas).

3. Demonstração do Valor Adicionado;

- a. Ainda sobre o elenco de demonstrações contábeis, outra mudança foi a implantação do inciso V ao art. 176, da Lei 6.404/76, instituindo que a empresa deve elaborar e divulgar “se companhia aberta, demonstração do valor adicionado”. Tal demonstração surgiu na Europa e é considerada por alguns autores como parte integrante do Balanço Social. A DVA apresenta informações de natureza econômica, indicando como foi criada a riqueza pela empresa e quais fatores contribuíram para sua criação. A referida demonstração evidencia de forma detalhada a criação da riqueza e posteriormente sua distribuição a acionistas, financiadores, empregados, governo e etc.

4. Nova Estrutura do Balanço;

- a. O Balanço Patrimonial teve sua estrutura modificada para atender às orientações internacionais. Nova redação foi dada ao art. 178 da Lei 6.404/76 e seus incisos e alíneas. O Balanço, a partir de 2008, passa a apresentar a se-

guinte estrutura: **Ativo** dividido em circulante (disponível, direitos realizáveis, estoques, despesas antecipadas e etc.) e não-circulante (realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível); **Passivo** dividido também em circulante e não-circulante; **Patrimônio Líquido** dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados. Abaixo segue o quadro comparativo da estrutura patrimonial:

Quadro nº 1: comparativo do Balanço Patrimonial antes e depois da atualização da legislação societária.

ATIVO “antes”	ATIVO “Depois”
<i>Ativo Circulante</i>	<i>Ativo Circulante</i>
Disponibilidades	Disponibilidades
Direitos Realizáveis no curso do exercício social	Direitos Realizáveis no curso do exercício social
Aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte	Aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte
<i>Ativo Realizável a Longo Prazo</i>	<i>Ativo não Circulante</i>
Direitos Realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (art. 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituem negócios usuais na exploração do objeto da companhia.	Direitos Realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (art. 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituem negócios usuais na exploração do objeto da companhia.
<i>Ativo Permanente</i>	Investimentos
Investimentos	Imobilizado
Participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa	Intangível
Imobilizado	
Direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da companhia e da empresa, ou exercícios com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial e comercial	
Diferido	

Aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos	
PASSIVO "antes"	PASSIVO Depois"
<i>Passivo Circulante</i>	<i>Passivo Circulante</i>
As obrigações da companhia, inclusive financiamento para aquisição de direitos do ativo não-circulante, serão classificados no Passivo Circulante, quando se vencerem no exercício seguinte	As obrigações da companhia, inclusive financiamento para aquisição de direitos do ativo não-circulante, serão classificados no Passivo Circulante, quando se vencerem no exercício seguinte
<i>Passivo Exigível a Longo Prazo</i>	<i>Passivo Não Circulante</i>
As obrigações da companhia, inclusive financiamento para aquisição de direitos do ativo não-circulante, serão classificados no Passivo Exigível a Longo Prazo, se tiverem vencimento em prazo maior, observado o disposto no parágrafo único do art. 179	As obrigações da companhia, inclusive financiamento para aquisição de direitos do ativo não-circulante, serão classificados no Passivo Não-Classificados, se tiverem vencimento em prazo maior, observado o disposto no parágrafo único do art. 179
<i>Resultado de Exercícios Futuros</i>	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO "antes"	PATRIMÔNIO LÍQUIDO Depois"
<i>Capital Social</i>	<i>Capital Social</i>
<i>não havia</i>	<i>(-) Gastos com Emissão de Ações</i>
<i>Reserva de Capital</i>	<i>Reserva de Capital</i>
Ágio na emissão de ações	Ágio na emissão de ações
Ágio na Incorporação	Ágio na Incorporação
Alienação de partes beneficiárias	Alienação de partes beneficiárias
Alienação de bônus de subscrição	Alienação de bônus de subscrição
Resultado da correção monetária do capital realizado	Resultado da correção monetária do capital realizado
<i>não havia</i>	<i>Opções Outorgadas Reconhecidas</i>
Prêmio na emissão de debêntures	eliminada
Doações e subscrição p/ investimentos	eliminada
<i>Reserva de Reavaliação</i>	<i>eliminada</i>
<i>Reserva de Lucros</i>	<i>Reserva de Lucros</i>
Reserva Legal	Reserva Legal
Reserva Estatutárias	Reserva Estatutárias
Reserva para Contingências	Reserva para Contingências
Reserva de Lucros a Realizar	Reserva de Lucros a Realizar
Reservas de Lucro para Expansão	Reservas de Lucro para Expansão
Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído	Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído
<i>não havia</i>	<i>Reservas de Incentivos Fiscais</i>
<i>não tem definição</i>	<i>(-) ações em tesouraria (retificadora da Reserva de Lucros, utilizada para tal fim)</i>
<i>não havia</i>	<i>Ajustes de Avaliação Patrimonial</i>
<i>não havia</i>	<i>Ajustes Acumulados de Conversão</i>

Fonte: Azevedo (2009).

5. Ativo Imobilizado, Intangível e Arrendamento Mercantil;

- a. Em relação ao “Imobilizado”, o art. 179 da Lei 6.404/76, trouxe nova roupagem e além dos bens corpóreos acresceu-se ao final do texto do inciso IV os “inclusive os decorrentes de operações em que há transferência de benefícios, controle e risco desses bens”, significando dizer que a essência econômica prevalecerá sobre a forma jurídica, quando tal conta deverá receber gastos com bens independentemente de haver **transferência de propriedade** onde se cita como exemplo o próprio arrendamento mercantil. Já o “Intangível” é conceituado como os bens incorpóreos que possam ser identificáveis, controláveis que claramente gerem benefícios futuros. São exemplos de bens incorpóreos: *software* (enquanto não haja necessidade de item corpóreo para seu funcionamento), patentes, direitos autorais, de filmes cinematográficos, listas de clientes, direitos sobre hipotecas, licenças de pesca, quotas de importação, franquias, relacionamentos com clientes ou fornecedores, fidelidade de clientes e etc. Os arrendamentos mercantis (em inglês *leasing*) quando contiver as características previstas no inciso IV do art. 179 da Lei 6.404/76 (**benefícios, riscos e controle** dos bens) devem ser contabilizados como imobilizado na entidade arrendatária, independentemente da propriedade jurídica do bem, além do passivo respectivo. Da mesma forma na entidade arrendadora o bem deve ser classificado como venda por financiamento.

6. Patrimônio Líquido;

- a. Conforme o art. 182, da Lei 6.404/76, não devem ser mais classificadas como Reserva de Capital as contas que registravam as doações e as subvenções para investimento (art. 443 do RIR/99) e o prêmio recebido na emissão de debêntures (art. 442 do RIR/99). Doravante as doações e subvenções oriundas de órgãos públicos serão registradas na Contabilidade como ganho (receita) e não mais como reserva. Justifica-se, pois, dado que recebimentos de subvenções advêm de uma fonte diversa de acionistas e, portanto, não devem ser creditadas diretamente ao patrimônio líquido e,

por outro lado, porque existe a questão do custo atrelada ao direito das subvenções. No tocante a “Prêmio na Emissão de Debêntures”, por normalmente fazer parte das condições da negociação, configura uma receita não realizada e deve ser contabilizada agora no passivo não-circulante. Corresponde, economicamente, a uma redução da taxa efetiva de juros da dívida. A nova lei veio corrigir uma distorção contábil contida na lei societária. A “Reserva de Reavaliação” foi extinta ficando agora os ativos, imobilizado e intangível, sujeitos ao teste de recuperabilidade que será tratado mais adiante. Fica instituída a conta “Ajustes de Avaliação Patrimonial” onde os elementos do ativo e do passivo passam a sofrer a avaliação a valor justo. As contrapartidas dos referidos elementos patrimoniais encontram classificação nos “Ajustes de Avaliação Patrimonial”.

7. Avaliação do Ativo;

- a. O art. 183, da Lei 6.404/76, dispõe que “Instrumentos Financeiros Ativos” (inclusive derivativos) serão avaliados a valor justo quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda. A contrapartida será “Ajustes de Avaliação Patrimonial”. “Demais Aplicações e os Direitos e Títulos de Crédito”, avaliados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, ajustado a valor presente quando de longo prazo. Os “Estoques” devem ser avaliados pelo custo de aquisição ou de produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior, considerando que o valor de mercado (justo) será o valor de reposição. “Investimentos – Participação no Capital de Outras Sociedades” serão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, sendo ajustados a valor presente quando decorrentes de longo prazo.

8. Valor Presente;

- a. O “Ajuste a Valor Presente” foi introduzido pela Lei 11.638/07 para elementos patrimoniais decorrentes de operações de longo prazo e os demais, quando houver efeito relevante. O objetivo foi o de corrigir os juros embutidos nas transações de venda ou compra a prazo, pois não havia destaque

na Contabilidade por parte das empresas, sobre os valores de tal decorrência (de tais operações). Importante trazer a lume que “Valor Presente” e “Valor Justo” não são semelhantes; o primeiro conceitua-se como estimativa do valor corrente de um fluxo de caixa futuro, no curso normal das operações; e, o segundo, como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si.

9. Teste de Recuperabilidade;

- a. A Lei 11.638/07 trouxe previsão legal para a análise de recuperabilidade dos itens patrimoniais. O conceito é derivado do fato de que um ativo perde o valor de recuperabilidade do investimento no decorrer do tempo. O objetivo da norma é registrar as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam; registrar as perdas de valor do capital aplicado quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. A contabilização deve ser feita (quando comprovada) na conta “Provisão de Ajuste ao Valor Recuperável”. A legislação ainda não apresenta obrigatoriedade de realização de laudo para o teste de recuperabilidade. Entretanto, é importante documentação sobre os procedimentos para tal avaliação.

10. Avaliação do Passivo e das Operações Societárias;

- a. A grande modificação ficou a cargo da nova redação dada ao inciso III do art. 184, da Lei 6.404/76: “as obrigações, encargos e riscos classificados no passivo não-circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante” assim como ocorrido no conceito supra citado de “Ajuste a Valor Presente”. A Lei 11.941/09 inclui novo artigo ao já conceituado 184, foi o 184-A, onde “A Comissão de Valores Mobiliários estabelecerá, com base na competência conferida pelo art. 3º, do art.177, normas especiais de avaliação e contabilização aplicá-

veis à aquisição de controle, participações societárias ou segmentos de negócios.”.

11. Demonstração do Resultado do Exercício;

- a. A Lei 11.941/09 deu nova redação ao inciso VI do art. 187 onde “as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa”, permitindo com isso que se discrimine: participações de debêntures; empregados, administradores; partes beneficiárias; instrumentos financeiros; e instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados. Tais participações são aquelas que tenham, exclusivamente, o lucro como base de cálculo, independentemente da forma de remuneração prevista. A referida Lei 11.941/09, no inciso IV do art. 187, acatou a orientação internacional de não segregar mais, no Demonstrativo do Resultado do Exercício, os resultados operacionais e os não-operacionais. A divisão dos resultados agora é em “resultados das atividades continuadas” e “resultado das atividades não continuadas”.

12. Reservas de Incentivos Fiscais, Doações e Subvenções Governamentais;

- a. Através da Lei 11.638/07, o art. 195-A foi disposto com a seguinte redação: “A assembléia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do art. 202 desta Lei)”. As doações e as subvenções para investimento passam a ser registradas, de imediato ou à medida da realização, no resultado do exercício, afetando, portanto, o lucro líquido do exercício, o qual serve de base para o cômputo tanto dos dividendos, quanto para a apuração do imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e respectiva contribuição social sobre o lucro (CSLL)

13. Reservas de Lucros a Realizar;

- a. Essa reserva tem como finalidade possibilitar a postergação do pagamento de dividendos relativos a lucros existentes contabilmente realizados; mas financeiramente não auferidos. Assim, na medida de sua realização financeira, deverá ser transferida para a Reservas de Lucros, entrando no cômputo do cálculo dos dividendos.

14. Avaliação de Investimentos em Coligadas e Controladas;

- a. A principal diferença relativa ao art. 248 diz respeito ao conceito de coligadas em ordem à convergência deve ser conceituada como empresa administradora que tenha influência significativa na operação da administrada. Na prática houve uma ampliação da aplicação da equivalência patrimonial para que haja uma aproximação entre os eventos de natureza econômico-financeiro e o valor justo dos negócios combinados.

15. Demonstrações Financeiras – comparação com ano anterior;

- a. O art. 7º, da Lei 11.638/07, determina que as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado poderão ser divulgadas, no primeiro ano de vigência da Lei, ou seja, a partir de 2008, sem a indicação dos valores correspondentes ao exercício anterior.

16. Vigência das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09;

- a. A atualização da Lei 6.404/76 e, por conseguinte, as novas regras contábeis brasileiras entraram em vigor já no dia 1º de janeiro de 2008 e conforme o art. 10 da Lei 11.638/07 “Ficam revogadas as alíneas *c* e *d* do § 1º do art. 182 e o § 2º do art. 187 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.”.

3. METODOLOGIA

3.1. NATUREZA DA PESQUISA E ABORDAGEM

O estudo tem a finalidade de revelar o que acontece com as empresas do setor de Petróleo, Gás e Bicomcombustíveis após a atualização da legislação societária com as emissões das Leis 11.638/07 e 11.941/09. A intenção é levantar, analisar, classificar e comparar as informações contidas nas Demonstrações Contábeis das empresas da amostra entre períodos distintos e descobrir o nível de ajuste das empresas brasileiras ao padrão internacional de contabilidade. Em razão disso, a natureza de pesquisa deste trabalho é descritiva.

Sobre a natureza, Gil (2002, p. 19) assim define “[...] **pesquisa descritiva**: visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: [...] observação sistemática.”

Dessarte, como se objetiva descrever as características da amostra, nesse caso, das características da informação contábil divulgada pela mesma, busca-se de forma natural incidir em uma pesquisa de forma qualitativa. Matias-Pereira (2007, p. 70-71), elucida sobre tal formato:

[...] **pesquisa qualitativa**: parte do entendimento de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requerem o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Doravante, para nortear a pesquisa, buscar-se-ão documentos secundários que ofereçam base aos conceitos propostos para o estudo.

Tal pesquisa bibliográfica procurou fundamentar o que já foi referido sobre o tema, através da revisão de diversas literaturas que tratavam sob visões diferentes e que davam a conotação desejada para corroborar os assuntos, formando-os em cadeia.

A abordagem adotada foi a indutiva, partindo de análises particulares para a generalização. A análise, realizada em cada uma das entidades elencadas na composição da amostra, busca, num primeiro momento, resultados individuais para os questionamentos.

Para Schroeder et al (2009, p. 112. tradução livre) a “abordagem indutiva para pesquisas enfatiza observações feitas e desenha conclusões destas observações. Desta maneira, este método

é descrito como ‘indo do específico para o geral’ porque o pesquisador generaliza sobre o universo das observações limitadas e situações específicas.”.

Em termos procedimentais este trabalho consistirá em analisar, por levantamento, as informações contidas nas Demonstrações Contábeis divulgadas publicamente na Bolsa de Valores antes da emissão da Lei nº. 11.638/07, ou seja, as demonstrações datadas no exercício social de 2007. Posteriormente, serão analisadas, também por levantamento, as informações após a emissão da Lei nº. 11.638/07 com as demonstrações datadas no exercício social de 2008.

A comparação consistirá em confrontar os dados anteriores com posteriores com base nas normas internacionais de Contabilidade e nas 20 alterações ocorridas e adotadas pela legislação societária brasileira e assim interpretar as informações de modo a atender os objetivos e pressupostos da pesquisa.

3.2. SUJEITOS DA PESQUISA

Quanto ao sujeito da pesquisa, o setor em comento conta com – segundo o sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP – 194 empresas operando no Brasil em atividades de extração, produção e refino de petróleo; produção e comercialização de gás natural veicular e etc. Entretanto o presente estudo tem como amostra apenas as companhias abertas que operam na Bovespa e, portanto, disponibilizam suas informações contábeis publicamente. Sua importância se deve, sobretudo, a quantidade de recursos operados, vital para a economia e para o mercado de capitais, e a concentração do elevado montante financeiro que se precisa para o segmento.

De conseguinte, o elenco de empresas que compõem a é:

- Brasil Ecodiesel Indústria e Comércio de Biocombustíveis S.A.
- Novamarlim Participações S.A.
- Novamarlin Petróleo S.A.
- OGX Petróleo e Gás Participações S.A.
- Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás
- Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A.

Obs.: a Novamarlin divulga em separado informações da *Holding* e sua subsidiária; para este trabalho será considerada a informação consolidada, ou seja, Novamarlin Participações S.A. e Novamarlin Petróleo S.A como uma única companhia.

Pelo caráter da amostra intencional, o estudo não poderá servir para generalizações sobre o setor de Petróleo, Gás e Bicomcombustível como um todo, mas terá importantes sinalizações sobre as mudanças ocorridas na divulgação de suas informações contábeis, uma vez que a amostra contempla as empresas listadas na Bovespa.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS ADEQUAÇÕES ÀS NOVAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Inicialmente são elencadas as alterações contábeis advindas das normas internacionais de Contabilidade em nível comparativo para cada empresa da amostra antes e depois da emissão das leis 11.638/07 e 11.941/09.

No tabela nº. 1 pode-se observar a referida descrição comparativa cuja primeira coluna diz respeito às empresas da amostra; a segunda coluna às práticas contábeis (contidas na lei 6.404/76) que sofreram alteração das normas internacionais; e na terceira e quarta colunas a inferência sobre a adequação ao referido padrão internacional antes e depois das emissões das leis. Ainda, para a terceira e quarta coluna, os dados foram assim processados:

- **Sim:** quando se pôde observar que houve adequação na íntegra à nova prática contábil internacional por parte de cada empresa;
- **Sim, parcialmente:** quando a empresa realizou parte da adequação devido à permissividade da legislação brasileira;
- **Não:** quando nenhuma adequação foi divulgada; e
- **Não se aplica:** quando tal prática não é adotada pela empresa e, portanto, não foi considerada na análise dos dados.

Obs.: para maiores detalhes sobre o processamento dos dados infra, apêndices são encontrados ao final deste trabalho com o referido banco de dados extraído do sítio eletrônico da Bovespa pode ser visualizado no anexo.

Tabela 1: comparativo de adequação às normas internacionais antes e depois das leis 11.638/07 e 11.941/09

Empresas	Práticas Contábeis Alteradas	Antes das leis 11.638/07 e 11.941/09	Depois das leis 11.638/07 e 11.941/09
Brasil Ecodiesel	Tributação	Não se aplica	Não
	DFC	Sim	Sim
	DVA	Não	Sim
	Estrutura das contas patrimoniais	Sim, parcialmente	Sim, parcialmente
	Resultados de Exercícios Futuros	Não se aplica	Não se aplica
	Ações em Tesouraria	Não se aplica	Não se aplica
	Lucros Acumulados	Não se aplica	Não se aplica
	Ativo Diferido	Não	Sim, parcialmente
	Ativo Intangível	Sim	Sim
	Pesquisa e Desenvolvimento	Não	Sim
	Arrendamento Mercantil	Não se aplica	Não se aplica

	Reservas de Capital	Não se aplica	Não se aplica
	Reservas de Reavaliação	Não se aplica	Não se aplica
	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Não	Sim
	Instrumentos Financeiros	Não	Não
	Estoques	Não	Não
	Ajuste a Valor Presente	Não	Não
	Teste de Recuperabilidade	Não	Sim, parcialmente
	Participações Societárias	Não	Sim
	Participações nos lucros	Não	Não
Novamarlin	Tributação	Não se aplica	Sim
	DFC	Não	Sim
	DVA	Não	Sim
	Estrutura das contas patrimoniais	Sim, parcialmente	Sim, parcialmente
	Resultados de Exercícios Futuros	Não se aplica	Não se aplica
	Ações em Tesouraria	Não se aplica	Não se aplica
	Lucros Acumulados	Sim	Sim
	Ativo Diferido	Não se aplica	Não se aplica
	Ativo Intangível	Não se aplica	Não se aplica
	Pesquisa e Desenvolvimento	Sim	Sim
	Arrendamento Mercantil	Não	Sim
	Reservas de Capital	Não se aplica	Não se aplica
	Reservas de Reavaliação	Não se aplica	Não se aplica
	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Não	Sim
	Instrumentos Financeiros	Não	Não
	Estoques	Não se aplica	Não se aplica
	Ajuste a Valor Presente	Não	Sim
	Teste de Recuperabilidade	Não	Sim, parcialmente
	Participações Societárias	Não	Sim
	Participações nos lucros	Não	Não
OGX Petróleo e Gás	Tributação	Não se aplica	Sim
	DFC	Não	Sim
	DVA	Não	Sim
	Estrutura das contas patrimoniais	Sim, parcialmente	Sim, parcialmente
	Resultados de Exercícios Futuros	Não se aplica	Não se aplica
	Ações em Tesouraria	Não se aplica	Não se aplica
	Lucros Acumulados	Não	Sim
	Ativo Diferido	Não	Sim
	Ativo Intangível	Sim	Sim
	Pesquisa e Desenvolvimento	Não	Sim
	Arrendamento Mercantil	Não se aplica	Não se aplica
	Reservas de Capital	Não se aplica	Não se aplica
	Reservas de Reavaliação	Não se aplica	Não se aplica
	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Não	Sim
	Instrumentos Financeiros	Sim, parcialmente	Sim
	Estoques	Não se aplica	Não se aplica
	Ajuste a Valor Presente	Não	Sim, parcialmente
	Teste de Recuperabilidade	Sim	Sim
	Participações Societárias	Não	Sim
	Participações nos lucros	Não	Não

Petrobrás	Tributação	Não se aplica	Sim
	DFC	Sim	Sim
	DVA	Sim	Sim
	Estrutura das contas patrimoniais	Sim, parcialmente	Sim, parcialmente
	Resultados de Exercícios Futuros	Não	Sim
	Ações em Tesouraria	Não se aplica	Não se aplica
	Lucros Acumulados	Sim	Sim
	Ativo Diferido	Não	Não
	Ativo Intangível	Sim	Sim
	Pesquisa e Desenvolvimento	Sim	Sim
	Arrendamento Mercantil	Não	Sim
	Reservas de Capital	Não	Sim
	Reservas de Reavaliação	Não	Sim
	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Não	Sim
	Instrumentos Financeiros	Sim	Sim
	Estoques	Não	Não
	Ajuste a Valor Presente	Sim	Sim
	Teste de Recuperabilidade	Sim	Sim
Participações Societárias	Não	Sim	
Participações nos lucros	Não	Não	
Refinaria de Petróleo Manguinhos	Tributação	Não se aplica	Não
	DFC	Não	Sim
	DVA	Não	Sim
	Estrutura das contas patrimoniais	Sim, parcialmente	Sim, parcialmente
	Resultados de Exercícios Futuros	Não se aplica	Não se aplica
	Ações em Tesouraria	Não	Sim
	Lucros Acumulados	Não se aplica	Não se aplica
	Ativo Diferido	Não	Sim
	Ativo Intangível	Sim	Sim
	Pesquisa e Desenvolvimento	Sim	Sim
	Arrendamento Mercantil	Não se aplica	Não se aplica
	Reservas de Capital	Não	Não
	Reservas de Reavaliação	Não se aplica	Não se aplica
	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Não	Sim
	Instrumentos Financeiros	Não	Não
	Estoques	Não	Não
	Ajuste a Valor Presente	Não	Sim, parcialmente
	Teste de Recuperabilidade	Não	Sim
Participações Societárias	Não	Sim	
Participações nos lucros	Não	Não	

Fonte: dados da pesquisa, 2010.

A tabela nº. 2 demonstra a seguir a proporção de respostas positivas no tocante à adequação das empresas às normas internacionais. Na primeira coluna estão relacionadas às práticas contábeis; na segunda e terceira colunas estão as proporções referentes a adequações antes e depois das legislações; e na quarta coluna a variação do nível de convergência. Tal proporcionalidade resultou da tabela nº. 1 supra.

Tabela 2: proporção comparativa de adequação integral aos padrões internacionais

Práticas Contábeis Alteradas	Antes das leis	Depois das leis	Variação
	11.638/07 e 11.941/09	11.638/07 e 11.941/09	
Tributação	0%	60%	60%
DFC	40%	100%	60%
DVA	20%	100%	80%
Estrutura das contas patrimoniais	0%	0%	0%
Resultados de Exercícios Futuros	0%	100%	100%
Ações em Tesouraria	0%	100%	100%
Lucros Acumulados	67%	100%	33%
Ativo Diferido	0%	50%	50%
Ativo Intangível	100%	100%	0%
Pesquisa e Desenvolvimento	60%	100%	40%
Arrendamento Mercantil	0%	100%	100%
Reservas de Capital	0%	50%	50%
Reservas de Reavaliação	0%	100%	100%
Ajuste de Avaliação Patrimonial	0%	100%	100%
Instrumentos Financeiros	20%	40%	20%
Estoques	0%	0%	0%
Ajuste a Valor Presente	20%	40%	20%
Teste de Recuperabilidade	40%	60%	20%
Participações Societárias	0%	100%	100%
Participações nos lucros	0%	0%	0%
Média	18%	70%	52%

Fonte: dados da pesquisa, 2010.

No mesmo sentido da tabela nº. 2, a tabela nº. 3 demonstra a proporção de adequação **parcial** às normas internacionais.

Tabela 3: proporção comparativa de adequação parcial aos padrões internacionais

Práticas Contábeis Alteradas	Antes das leis	Depois das leis	Variação
	11.638/07 e 11.941/09	11.638/07 e 11.941/09	
Tributação	0%	0%	0%
DFC	0%	0%	0%
DVA	0%	0%	0%
Estrutura das contas patrimoniais	100%	100%	0%
Resultados de Exercícios Futuros	0%	0%	0%
Ações em Tesouraria	0%	0%	0%
Lucros Acumulados	0%	0%	0%
Ativo Diferido	0%	25%	25%
Ativo Intangível	0%	0%	0%
Pesquisa e Desenvolvimento	0%	0%	0%
Arrendamento Mercantil	0%	0%	0%
Reservas de Capital	0%	0%	0%
Reservas de Reavaliação	0%	0%	0%
Ajuste de Avaliação Patrimonial	0%	0%	0%
Instrumentos Financeiros	20%	0%	-20%
Estoques	0%	0%	0%

Ajuste a Valor Presente	0%	40%	40%
Teste de Recuperabilidade	0%	40%	40%
Participações Societárias	0%	0%	0%
Participações nos lucros	0%	0%	0%
Média	6%	10%	4%

Fonte: dados da pesquisa, 2010.

Pode-se perceber, com base nos dados encontrados de adequação e adequação parcial, um indicador de 52% no nível médio de adequação total e 10% de parciais alterações. Muitas destas adequações se dão em função da obrigatoriedade e muitas em função de divulgação voluntária.

Sobre divulgação voluntária destaca-se o trabalho de Verrecchia (2001) quando o pesquisador levantou a tese sob três abordagens distintas: Divulgação Baseada em Associação (*association-based disclosure*); Divulgação Baseada em Julgamento (*discretionary-based disclosure*) e Divulgação Baseada em Eficiência (*efficiency-based disclosure*).

Diversas empresas vêm demonstrando voluntariamente suas transações não obrigatórias, conforme é revelado em pesquisas de Murcia e Santos (2010), Eugénio (2010) entre outros.

A pesquisa de Aquino e Ferreira (2007) tem importância especial a este trabalho, pois faz referência à divulgação compulsória e não compulsória realizada pela Cia. Petrobrás, revelando que, dos itens não obrigatórios, foi verificado um nível de divulgação maior que 75% das recomendações demonstradas pela pesquisa.

Pesquisa realizada por Salotti e Yamamoto (2008) revela que antes da emissão da Lei 11.638/07 as companhias abertas com ações na Bovespa praticavam a divulgação voluntária principalmente pela preocupação com a percepção de seus investidores. Entre outros motivos, a pesquisa revelou que tais divulgações espontâneas ocorriam pelo bom desempenho econômico-financeiro da companhia, baixo custo de divulgação e para reduzir a assimetria informacional.

Não só no Brasil, mas em todo o mundo, empresas vêm divulgando voluntariamente suas informações contábeis. Pesquisa realizada por Matoussi e Chakroun (2009) em companhias não-financeiras listadas no mercado de capitais Tunisiano, no período de 2003 a 2005, revelou que a divulgação voluntária aumentou no decorrer do tempo. Revelou ainda que a independência, a estrutura do corpo diretor e o controle familiar não possuem correlação com a voluntariedade dos *disclosures*. Entretanto, foi observado que o bom gerenciamento e a qualidade na governança corporativa são representativos na evidenciação espontânea.

Essas sinalizações podem significar que as empresas ao divulgarem espontaneamente informações de ordem econômico-financeira atendem a exigências seja do mercado ou dos seus investidores.

Nesse sentido, doravante, serão descritas e analisadas as práticas contábeis que foram adotadas e divulgadas voluntariamente pelas empresas da amostra.

4.1.1. Regime Tributário de Transição – RTT

No tocante ao Regime Tributário de Transição – RTT, regulado pela Lei n.º 11.941/09, o objetivo é eliminar os reflexos das normas internacionais na apuração do Lucro Real, haja vista que existem divergências entre as práticas contábeis do IASB e do Brasil (este até final de 2007). Vale salientar que o RTT passa a ser obrigatório a partir de 2010. A amostra realizou a seguinte divulgação:

- As empresas Brasil Ecodiesel e Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A. não revelaram, em momento algum, referência de ter optado pelo RTT o que, apesar de apresentar prejuízo para ambas, pode impactar na forma como os usuários percebem a empresa, pois a não opção pelo RTT faz com que a mesma fique sujeita a variação dos tributos sobre a renda, quando tal renda for auferida.
- Já as empresas Novamarlin, OGX Petróleo e Gás e Petrobrás revelaram em notas explicativas que optaram pelo RTT, o que as deixa imune aos efeitos das novas práticas de Contabilidade no que tange ao tributo sobre os rendimentos, devendo desconsiderar todos os efeitos tributários através do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR.

Práticas contábeis diferentes podem ocasionar resultados diferentes em uma mesma operação, em uma mesma empresa, bastando para isso que se mudem as regras de registro, mensuração e evidenciação das transações da empresa. Tais resultados, por conseguinte, ocasionam tributos também diferentes. Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009), sobre o RTT, opinam que “o Governo Federal genuinamente deu o maior dos saltos” no sentido positivo, pois segregou a Contabilidade para fins informacionais da Contabilidade Tributária o que pode possibilitar uma melhor compreensibilidade por parte dos usuários. Sobre esta compreensibilidade Niyama e Silva (2008) complementam que as diferenças nas práticas contábeis impossibilitam a comparabilidade das informações contábeis e que a distinção em tais práticas tem sido um problema para a melhor

compreensão por parte do usuário. Corroborando, Yu e Qu (2009) revelam em pesquisa comparativa realizada entre as normas chinesas de contabilidade e as normas internacionais que, através dos modelos matemáticos de Coeficientes (JACC), Ausência (ABSE) e Divergência (DIV), foi possível perceber que houve grande evolução quando da utilização das normas internacionais em detrimento das chinesas.

Entretanto, as práticas contábeis que se mostram divergentes não parecem tão desiguais assim, conforme comprovações científicas realizadas pela teoria positiva, a saber: Klann et al (2009), em pesquisa, demonstraram que existem divergências em indicadores de desempenho calculados com base nas normas contábeis brasileiras e americanas em uma amostra de empresas da Bovespa no exercício de 2007. No entanto, constatou-se através de regressão e modelos matemáticos, que os indicadores de desempenho não são afetados de maneira significativa pelas divergências nas normas contábeis entre os dois países, não ocorrendo nas empresas da amostra assimetria de informação entre o que é divulgado na Bovespa e na NYSE (*New York Securities Commission*).

No mesmo sentido, Barbosa Neto et al (2009), em pesquisa realizada sob uma amostra de empresas classificadas nos níveis de governança corporativa da Bovespa no período de 2008, também revelou que existem divergências entre os indicadores calculados com base nas regras do IFRS e com base nas regras brasileiras e que, mesmo assim, de acordo com a análise de correlação e do teste Qui-Quadrado, os indicadores econômico-financeiros não são afetados de maneira estatisticamente significativa pelas diferenças existentes entre as normas contábeis brasileiras e internacionais, demonstrando a inexistência de assimetria nas informações.

Sobre o comportamento da amostra, conforme demonstrado nas tabelas de nº. 1 e 2, as empresas que estão em posição de prejuízo (40%) irão esperar até 2010 para adotarem o RTT (pela obrigatoriedade), ao passo que as empresas lucrativas (60%) já fizeram sua opção que na época foi facultativo). Do exposto, interpreta-se que os efeitos da Contabilidade Internacional poderão aumentar os valores das empresas possibilitando um aumento em suas respectivas lucratividades e, com isso, há uma aparente tendência nas empresas que adotaram o RTT de não sentirem tais efeitos para se recolher menos tributo. Por outro lado, parece ser melhor passar dois anos (2008 e 2009) sentindo os efeitos das novas normas para aqueles que estão com uma posição financeira menos competitiva no segmento econômico e no mercado.

4.1.2. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Originalmente trabalhado pelo FASB em 1987, no SFAS n.º 95, a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC deverá apresentar os recebimentos e pagamentos realizados pela companhia, advindos de três atividades básicas: operacional, de investimento e financiamento. Conforme pesquisas de Schroeder et al (2009) a importância do DFC está em responder questões como: Aonde foram os lucros? Por que os dividendos não foram maiores? Como foi possível a distribuição de dividendos na presença do prejuízo no exercício? Entre outros apontamentos que abarcam o escopo das expectativas dos investidores e credores. Nesse sentido, um dos desafios da informação contábil é o de apresentar o montante de pecúnia que poderá ser distribuído para estes acionistas.

Pesquisas de Assaf Neto (2008) e Martins (2001) apontam a informação do fluxo de caixa como fundamental para a previsão e estimação do valor da empresa e sua expectativa de geração de benefícios futuros.

A DFC veio substituir a DOAR (Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos) cujo Theóphilo (1998), em ensaio, revelou que a discussão entre a utilização da DOAR e DFC já era requerida pelos usuários da época ao intuito de obter maiores condições de se analisar a situação financeira das empresas.

Na visão de Azevedo (2009), alguns contadores questionavam sobre a estrutura e complexidade da DOAR em detrimento da acessibilidade e inteligibilidade da DFC, que segundo o autor, trouxe mais qualidade nas informações contábeis.

O aumento de qualidade, a qual se refere o autor supra, fica definido para este trabalho como o aumento de compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade (características qualitativas da informação contábil).

Os dados revelaram que 40% da amostra já demonstravam a DFC antes da emissão da lei 11.638/07 e que 100% da amostra passou a adotar a DFC em substituição a DOAR após a emissão da referida lei. Um aumento de 60% em termos de nível de adequação. A adequação total realizada pela amostra ocorreu pelo caráter obrigatório da lei, sem permissividades. Interpreta-se, do exposto, que 40% das empresas realizavam a divulgação voluntária de seus fluxos de caixa não aguardando o ordenamento jurídico para tal adequação cujo propósito, provável, foi o de aumentar o nível competitivo no mercado ao reduzir a assimetria da informação econômico-financeira.

4.1.3. Demonstração do Valor Adicionado

No tocante à Demonstração do Valor Adicionado – DVA Azevedo (2009) elucida que tal prática contábil, surgida na Europa, é um tipo de relatório que evidencia economicamente o quanto de riqueza foi gerada por uma empresa. O referido relatório apresentará a riqueza gerada a empregados, acionistas, entes públicos entre outros e, conforme Marion (2009) permitirá maior detalhamento na análise global das demonstrações contábeis e conseqüentemente um aumento no número de ferramentas para o investidor.

Corroborando com as teorias de Marion (2009) (de que a DVA aumenta a possibilidade de análise das informações da empresa), Santos, Chan e Silva (2007) revelam em pesquisa científica realizada em empresas constantes do banco de dados da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI (o qual é utilizado para edição da Revista Exame – Maiores e Melhores), que através da DVA foi possível analisar os impactos da privatização sobre a forma de distribuição de riquezas. Na mesma linha de pensamento científico, Machado et al (2009) declaram que através da DVA foi possível identificar que as empresas estatais gastam mais com funcionários do que as privadas.

Com base no exposto, pode-se interpretar que a nova prática acarretou evoluções à Contabilidade brasileira. Entretanto, no entendimento de Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009), a adequação às normas internacionais por parte da legislação brasileira foi infeliz, pelo fato da nova prática obrigar apenas a empresas de capital aberto a elaborarem e evidenciar a DVA, quando seria de maior utilidade se todas evidenciassem tais informações.

Segundo Azevedo (2009) a validade da DVA está em sua abrangência, pois evidencia o valor agregado para toda a sociedade e não apenas para o acionista. A DVA traz para as práticas contábeis um aumento da capacidade de prevenção e de retro-informação, ou seja, aumento da característica de relevância.

Da amostra, apenas 20% divulgaram voluntariamente a DVA antes da Lei 11.638/07, e 100% da amostra se adequou após o normativo. A adequação foi integral devido o caráter obrigatório. Em função do baixo nível de divulgação voluntária (antes da lei) por parte da amostra, interpreta-se que, aparentemente, as empresas não consideram que tal prática contábil venha angariar patamares competitivos no mercado do setor, o que não corrobora com os resultados das pesquisas de campo supra elencados.

4.1.4. Estrutura das contas patrimoniais

Outra prática considerada em análise diz respeito à estrutura das contas patrimoniais que foram claramente alteradas para fins de adequação da compreensibilidade. O comportamento da amostra foi:

- No tocante à estrutura das demonstrações contábeis (principalmente o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício) as empresas Brasil Ecodiesel, Novamarlin, OGX Petróleo e Gás e Refinaria de Petróleos de Manguinhos não apresentaram evoluções. Em 2007 apresentaram um Balanço com estrutura semelhante a que viria a ser exigida pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, com ativo circulante e não circulante; passivo circulante e não circulante; e patrimônio líquido. Entretanto, elencaram no ativo não circulante o Ativo Diferido, e no passivo não circulante os Resultados de Exercícios Futuros. Para o exercício de 2008 não apresentaram modificação alguma na estrutura. O impacto no nível de divulgação devido à atualização das práticas contábeis é nulo.
- Já a Petrobrás apresentou claramente evolução. Em 2007 deu sinais de uma estrutura convergente com o IASB, mas em 2008 aprimorou as adequações cabíveis. Entretanto, apresentou a conta Resultados de Exercícios Futuros ainda em sua estrutura, mesmo com valor zerado (reclassificado).

Com base na amostra constata-se que apenas a Petrobrás adaptou sua estrutura patrimonial. Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009) justificam a situação descrita enunciando que grandes ajustes só existirão para empresas com grandes volumes transacionais, como o exemplo nesse trabalho, da Petrobrás.

Essa flexibilidade é explicada por Fipecafi; Ernest & Young (2009) informando que a norma é “permissiva, em geral, estabelecendo níveis mínimos de itens obrigatoriamente incluídos em cada demonstração (algumas vezes no corpo da demonstração, especificamente, e outras vezes, tanto no corpo como nas notas) [...]”.

100% da amostra apresentou adequações parciais (não completas à luz das normas internacionais) cujo comportamento é explicado pelos autores supra. A permissividade da norma e as empresas maiores tendem a apresentar maiores evidências.

4.1.5. Resultado de Exercícios Futuros

Prática bastante peculiar que era utilizada pela Contabilidade brasileira, o Resultado de Exercícios Futuros – REF era descrito pela Lei das S.A.'s em seu art. 181, cujas contabilizações seriam “como resultados de exercício futuro as receitas de exercícios futuros, diminuídas dos custos e despesas a elas correspondentes. (Revogado pela Lei nº 11.941, de 2009)”. A aplicação da pesquisa revelou, na amostra, que:

- Nas empresas Brasil Ecodiesel, Novamarlin, OGX Petróleo e Gás e Refinaria de Petróleos Manguinhos o grupo REF está contemplado na estrutura do balanço de 2007, mas sem valor. As empresas mantiverem a estrutura em 2008, também sem valor classificado.
- Na Petrobrás sua utilização, em 2007, era normalmente adotada para empreendimentos em fase de implantação. Em 2008, a companhia reclassificou os saldos para o passivo não-circulante, mais precisamente para receitas diferidas.

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007) e (2009) já indagavam sobre as divergências de interpretação quanto a seu exato significado e conteúdo e a restrição quanto ao uso deste grupo de contas cuja maioria das entidades era de atividades imobiliárias. Nesse mesmo sentido, em estudo sobre o setor de Construção Civil, Ribeiro (2005) revela que realmente o grupo de contas era amplamente utilizado por tais empresas. Ainda Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009), bastante taxativos, criticam que a utilização deste grupo, do ponto de vista técnico, era totalmente incorreta e que a legislação fiscal brasileira induzia este uso inadequado.

A contabilização do REF adotava o procedimento do regime de caixa em detrimento ao regime de competência o que confronta os pressupostos básicos da Contabilidade. Tais pressupostos foram devidamente harmonizados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC em seu pronunciamento conceitual básico § 22 retratando que as “demonstrações contábeis preparadas pelo regime de competência informam aos usuários não somente sobre transações passadas envolvendo o pagamento e recebimento de caixa ou outros recursos financeiros, mas também sobre obrigações de pagamento no futuro e sobre recursos que serão recebidos no futuro”. Ao enunciar a usuários reportes sobre o futuro, a informação estará diante da qualidade de relevância, ou seja, capacidade de prever benefícios futuros.

Entretanto, a amostra evidencia que não houve adequação quanto à estrutura. Ainda, somente a Petrobrás divulgou que realizou alguma adequação à luz das novas regras.

4.1.6. Ações em Tesouraria

Classificam-se como ações em tesouraria valores correspondentes às ações adquiridas pela própria empresa conforme art. 30 da Lei das S.A.'s. Sobre ações em tesouraria a amostra se comportou da seguinte maneira:

- As empresas Brasil Ecodiesel, Novamarlin, OGX Petróleo e Gás e Petrobrás não apresentaram evidências de utilização da prática de adquirir suas próprias ações no mercado, portanto não contabilizaram nada em ações em tesouraria, tanto em 2007 quanto 2008.
- A empresa Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A., em 2007, divulgou a transação de aquisição de ações em "Outras Reservas de Lucro" e detalhou em Notas Explicativas. No exercício de 2008, aprimorou a estrutura e evidenciou explicitamente a conta "Ações em Tesouraria" no Balanço Patrimonial.

Schroeder et al (2009) faz referência à teoria das finanças revelando que as empresas re-adquirem suas ações por entenderem que as mesmas estão sendo subavaliadas no mercado. A intenção claramente é proteger o capital.

A principal modificação realizada pelas normas internacionais fica a cargo do caráter explícito que tal prática contábil adquiriu, ou seja, doravante as empresas são obrigadas a clarificar a transação.

A amostra, através da Refinaria de Petróleos Manguinhos, revelou que houve adequação à nova lei contábil. Vale ressaltar que a contabilização de tal prática fica à dependência de sua utilização. Nesse sentido as demais empresas da amostra poderiam ser desconsideradas da análise.

4.1.7. Lucros Acumulados

A cumulação dos lucros por parte das empresas era prática constante na Contabilidade brasileira. Tal prática deixa de existir com as normas internacionais. A amostra retratou o que segue:

- A Brasil Ecodiesel e Refinaria de Petróleos Manguinhos, apesar de apresentarem prejuízos acumulados, divulgaram em Notas Explicativas que adotavam a prática de cumulação dos lucros na conta específica Lucros/Prejuízos Acumulados, em 2007. Em 2008 continuaram a apresentar prejuízo acumulado, mas demonstraram

em Notas Explicativas a consciência e o conhecimento da nova regra contábil e sinalizaram que, em caso de resultados positivos, iriam reclassificar a transação e apresentar a destinação do devido lucro.

- As companhias Novamarlin e Petrobrás revelaram que não utilizavam, até 2007, a prática de acumulação dos lucros na conta específica de Lucros ou Prejuízos Acumulados buscando distribuí-los e destiná-los devidamente. Em ordem de convergência, as empresas mantiveram tal prática no exercício de 2008.
- A OGX Petróleo e Gás, apesar do prejuízo no período, revelou que utilizaria em 2007, a prática de acumulação dos lucros na conta específica de Lucros/Prejuízos Acumulados. Com o lucro em 2008 e em ordem de convergência, a empresa realizou a adequação às normas internacionais de Contabilidade e divulgou que todo o rendimento foi devidamente destinado.

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009) explicam que tal conta não deve deixar de existir, apenas não será mais permitido se apresentar tal valor de forma positiva, ou seja, o lucro auferido pela empresa deve ser destinado (para reservas, acionistas, expansão etc.). A importância da destinação do lucro e sua evidenciação são latentes. Em favor disso, Brito, Lima e Silva (2009) diligenciam uma amostra de empresas brasileiras não-financeiras de capital aberto e revelam a evolução na distribuição de dividendos entre os anos de 1990 a 2003, ou seja, se há aumento na distribuição de dividendos isso precisa ser reportado.

Da amostra, duas empresas foram desconsideradas por apresentarem prejuízo. Das empresas consideradas 67% apresentaram adequação antes da lei 11.638/07 e 100% se adequaram após a lei, ou seja, 67% já se preocupavam em aumentar o nível informacional a nível internacional.

4.1.8. Ativo Diferido

O Ativo Diferido, definido pela antiga redação do art. 179, inciso V como “as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais” foi excluído pela Lei 11.941/09. Ainda assim, segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009) a lei foi benevolente permitindo a manutenção do saldo remanescente ainda no grupo nesse grupo de contas. A amostra se comportou da seguinte maneira:

- A companhia Brasil Ecodiesel divulgou que fará a manutenção de alguns saldos até o término (conforme permitido no artigo 299-A da Lei das S.A.'s), mas também revelou que fez reclassificações para melhor se adequar às novas práticas contábeis.
- Já a companhia Novamarlin contemplou no Balanço Patrimonial, mas sem valor. No exercício de 2007, em Nota Explicativa, a empresa sinalizou ter conhecimento e consciência que tal conta deixaria de existir. Entretanto, no exercício de 2008, tal conta continuou sendo contemplada (sem valor) no Balanço Patrimonial.
- As empresas OGX Petróleo e Gás e a Refinaria de Petróleos Manguinhos, no exercício de 2007, contemplavam normalmente no Balanço Patrimonial para a classificação de gastos pré-operacionais, de pesquisa e desenvolvimento, bem como encargos financeiros atrelados à expectativa de auferir benefício futuro. Em 2008, a conta continuou sendo contemplada na estrutura dos Balanços, mas seus valores e saldos foram reclassificados para resultado. Apesar de não corrigir a estrutura de seus Balanços, a prática foi atualizada com as normas internacionais de Contabilidade.
- Na Petrobrás, em 2007, o Ativo Diferido era normalmente contemplado no Balanço Patrimonial para a classificação de gastos pré-operacionais. Em 2008 a conta continuou sendo contemplada na estrutura do Balanço Patrimonial e seu saldo será mantido até amortização.

Mesmo antes da influência das normas internacionais na legislação societária brasileira, Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007) já conceituavam que os ativos diferidos eram caracterizados como ativos intangíveis. Por inexistir no contexto da Contabilidade Internacional, a queda do ativo diferido faz com que os investidores estrangeiros possam visualizar melhor a realidade das empresas brasileiras.

A análise da amostra aponta para adequação quando revela que das quatro empresas consideradas neste caso (uma foi desconsiderada por não apresentar utilização de tal prática contábil) duas (50%) realizaram a adequação completa, uma (25%) apresentou adequação parcial e uma (25%) não realizou a adequação. Nenhuma empresa da amostra divulgou voluntariamente algum tipo de adequação antes do normativo internacional.

4.1.9. Ativo Intangível

Rumo à convergência, a Lei das S.A.'s passa a adotar o Ativo Intangível, que deverá evidenciar valores dos bens e direitos (que possuam características de geração de benefício futuro, controle e identificação por parte da empresa) utilizados para manutenção da companhia, que não estejam disponíveis à venda e que, principalmente, não sejam corpóreos. A amostra revelou o seguinte:

- A companhia Brasil Ecodiesel divulgou que já o utilizava o grupo desde o exercício de 2006. Para o exercício de 2008 manteve a prática.
- A Novamarlin divulgou ter conhecimento e consciência de sua obrigatoriedade na estrutura do Balanço de 2008. Em 2007, a mesma já era contemplada, mas sem valor. Em 2008, continuou sendo contemplada, igualmente sem valor.
- A OGX Petróleo e Gás divulgou, em 2007, que utilizava devidamente para a classificação de concessões de direito de exploração. Em 2008, a conta continuou sendo contemplada no Balanço Patrimonial, mas com o aprimoramento de outros direitos de perfuração que antes não estavam ali contemplados.
- A companhia Petrobrás divulgou, em 2007, que utilizava devidamente para direitos e concessões, marcas e patentes, softwares etc. Em 2008, além da prática anterior, passou a apresentar o ágio por expectativa de rentabilidade futura (“*goodwill*”) decorrente de aquisição de participação com controle (controladas e controladas em conjunto).
- A Refinaria de Petróleos Manguinhos divulgou, em 2007, que utilizava devidamente para a classificação de gastos com desenvolvimento de softwares. Em 2008, a conta continuou sendo contemplada no Balanço Patrimonial, mas sem evidências dos detalhamentos de valores.

A classificação acima referida contribui para a compreensão da geração de riqueza por parte da empresa, pois grande parte deste crescimento patrimonial pode ser auferida por ativos intangíveis. Nesse sentido Ernest & Young; Fipecafi (2009) afirmam que empresas farmacêuticas, companhias de alta tecnologia e sítios eletrônicos na internet são exemplos dessa realidade. Ainda, afirmam os autores, em fusões e transações inter-companhia a diferença entre o valor contábil e o custo de aquisição é significativa. Por outro lado, os mesmos autores, criticam a filosofia normativa quando tentam restringir o reconhecimento dos ativos em troca de um ilusório *dislo-*

sure amplo para usuários. O tema é polêmico e, segundo Schroeder et al (2009), de difícil definição.

Pesquisas, como a realizada por Rezende (2005), revelam que as informações contábeis, para os setores da nova e velha economia, demonstraram-se relevantes para avaliação dos preços das ações. Entretanto, os resultados sobre o poder explanatório do ativo diferido caminham inversamente aos resultados esperados, significando dizer que ativo intangível possui maior poder preditivo que o diferido.

Ainda sobre o intangível, Oliveira et al (2007), revela em pesquisa que a operação de aquisição da empresa Batavo Frios gerou vantagem competitiva relativa intangível para a Perdigão Agroindustrial S.A. Os resultados dizem respeito à percepção dos gestores e foram descobertos através de entrevistas.

A necessidade de um método que aponte o retorno sobre investimentos intangíveis é latente, conforme pesquisa realizada por Moura et al (2005), sobre a importância do capital humano em instituições de ensino superior cujo resultado foi unânime em afirmar a importância de tal capital humano como ativo intangível. Ainda, no tocante ao método de medição do retorno sobre investimentos, Marques (2009) faz levantamento científico, mas conclui que ainda existe uma complexidade tamanha em determinar o valor do capital humano e que, embora tal valor esteja incorporado nas cotações de mercado das empresas, dificilmente encontra expressões confiáveis nas demonstrações contábeis.

Não houve a necessidade de adequação à nova lei por parte da amostra, pois a mesma já vinha divulgando, voluntariamente, a prática internacional de registro, mensuração e evidenciação do ativo intangível. O presente resultado corrobora com o já citado Rezende (2005) cuja divulgação voluntária em comento aponta para a necessidade competitiva de demonstrar o nível preditivo da empresa através dos intangíveis.

4.1.10. Gastos com pesquisa e desenvolvimento

Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento, anteriormente classificados como ativo diferido, passam a ser classificados praticamente como despesas. É dito praticamente, pois para desenvolvimento, ainda existe a possibilidade de sua ativação caso seja comprovada sua viabilidade técnica, intenção e disponibilidade de recursos para concluir o projeto para uso ou venda, a viabilidade de geração de benefícios econômicos futuros, bem como sua capacidade de mensurar com segu-

rança os gastos durante o desenvolvimento. Sobre a alteração na prática contábil a amostra apresentou:

- As empresas Brasil Ecodiesel e a OGX Petróleo e Gás divulgaram que tais gastos eram antes classificados como Ativo Diferido, e em 2008 foi reclassificado para despesa de resultado.
- Já a empresa Novamarlin não apresentou evidências de incorrer em gastos com pesquisa. No tocante a gastos com desenvolvimento, a empresa apresentou evidências que, desde 2007, já os classificava como despesas quando incorridos.
- A Petrobrás já adotava, em 2007, a prática de não registrar como ativo e sim como despesas. Manteve em 2008.
- E a Refinaria de Petróleos Manguinhos divulgou, em 2007, que classificava desenvolvimento como ativo intangível. Não apresentou evidências de pesquisa. Já para 2008, não apresentou nenhuma evidência de utilização sobre pesquisas e desenvolvimento.

No tocante a referida prática contábil dificilmente tais dispêndios resultarão em benefícios futuros, conforme visionaram Schroeder et al (2009), portanto não devem ser ativados.

Sobre a importância dos gastos com Pesquisa e Desenvolvimento nas operações das empresas, estudo realizado por Hungarato e Teixeira (2009), identificou por meio de regressões múltiplas que os gastos em P&D, isoladamente, não são estatisticamente significantes para o preço das ações das empresas estudadas. Entretanto, o estudo evidencia que o lucro continua estatisticamente significativa para o preço da ação, apresentando relação positiva mesmo após a dedução dos gastos em P&D contabilizados à despesa. Situação diferente ocorre para o PL (Patrimônio Líquido) que deixou de ser estatisticamente significativa e de apresentar relação com o preço da ação, após ser deduzido os gastos em P&D contabilizado como investimento.

Da amostra, 60% já havia se adequadado voluntariamente ao novo normativo e, após a lei 11.638/07, 100% da amostra realizou a adequação. Isso demonstra a preocupação das empresas em antecipar as informações para seus usuários antes da legislação.

4.1.11. Arrendamento Mercantil

O Arrendamento Mercantil (*leasing* em inglês), prática caracterizada como um aluguel que posteriormente se converte em compra a prazo possuía, antes da Lei 11.638/07, força jurídica

que prevalecia sob a essência econômica, ou seja, na visão de Niyama (2008) a principal questão contábil debruçava-se sobre quem deve capitalizar o ativo em sua contabilidade. Pela definição de Ativo, a Contabilidade Internacional abarcou adequação às normas brasileiras, no art. 179, inciso IV da Lei das S.A.'s, enunciando que se classificam “no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, **inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens**; (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)” (grifo nosso). A amostra apresentou as seguintes evidências:

- As empresas Brasil Ecodiesel e a Refinaria de Petróleos Manguinhos não apresentaram evidências de utilização das práticas de transações com arrendamentos mercantis.
- Já a Novamarlin divulgou em 2007 que possuía bens arrendados a terceiros, mas ainda assim os contabilizava em seus ativos imobilizados. Para o exercício de 2008, atualizou a prática e os reclassificou convergindo às normas internacionais de Contabilidade e sobressaindo a essência econômica do bem sobre sua forma jurídica.
- A OGX Petróleos e Gás explicou em Nota que tal transação não se aplicava a suas operações.
- A Companhia Petrobrás, em 2007, não utiliza a prática contábil de classificar no Imobilizado, mas para 2008 reclassificou realizando a adequação às normas internacionais de Contabilidade.

Unâimes, Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009), Azevedo (2009) e Ernest & Young; Fipecafi (2009), ressaltam a mudança contábil (essência sobre a forma) como substancial e até mesmo uma das principais dentre o escopo das normas internacionais.

Da amostra, apenas duas companhias foram consideradas na análise por apresentarem a utilização da prática de arrendamento mercantil. Ambas apresentaram a adequação às novas regras, mas não vinham divulgando voluntariamente antes da lei 11.638/07.

4.1.12. Reservas de Capital

O grupo de contas Reservas de capital, anteriormente utilizado para classificação de valores que não transitavam como receita no resultado, mas sim para reforço do capital (como ágios

na emissão de ações ou incorporações; prêmio na emissão de debêntures e doações e subvenções), passaram agora a não mais evidenciar os prêmios pela emissão de debêntures e doações e subvenções. O comportamento da amostra nesse sentido foi:

- A companhia Brasil Ecodiesel apesar de utilizá-la desde o exercício de 2006, não deixa explícita especificação alguma das classificações efetuadas nesta conta. Manteve o procedimento em 2007 e 2008.
- As empresas Novamarlin e OGX Petróleo e Gás especificaram a estrutura do grupo de conta em seus Balanços de 2007, mas sem valor. Prática mantida em 2008.
- Para a Petrobrás, em Reservas de Capital eram classificadas, até o exercício de 2007, subvenções e incentivos fiscais. Em 2008, manteve subvenções no grupo até total utilização, mas reclassificado para Incentivos Fiscais IR, conforme a regra contábil prevista na Lei das S.A.'s.
- Na Refinaria de Petróleos Manguinhos, em Reservas de Capital eram classificadas, até o exercício de 2007, doações em forma de bens e espécie. Em 2008, não apresentou alterações nas práticas.

Conforme elucidado Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009) valores que são recebidos pela emissão de debêntures e benefícios recebidos como doações e subvenções deverão ser classificados como receita. Para os referidos autores, a mudança é substancial, entretanto, para a amostra em análise nem tanto, haja vista que apenas a Petrobrás deixou explícita sua utilização, ademais nem reclassificou a conta de subvenções, admitindo mantê-la até total utilização, conforme permitido em lei.

A principal questão consoante está ligada ao reconhecimento das receitas provenientes das duas transações: prêmio na emissão de debêntures e benefícios recebidos em doação. Schroeder et al (2009) doutrina que a receita naturalmente deve seguir o padrão geralmente aceito, o da competência, de reconhecer e registrá-la no momento do seu fato gerador, e não quando o dinheiro for recebido.

4.1.13. Reservas de Reavaliação

Reservas de reavaliação, antes utilizadas para reavaliar valores do ativo imobilizado, deixam de existir integralmente. A Lei das S.A.'s e as normas técnicas do CPC permitem que a empresa faça a baixa dessas reservas contra lucros ou prejuízos acumulados paulatinamente. Ainda,

permite tal normativo que haja baixa integral dos saldos existentes contra os valores dos imobilizados respectivos.

- As companhias Brasil Ecodiesel, Novamarlin, OGX Petróleo e Gás e Refinaria de Petróleos Manguinhos apresentaram o grupo de Reservas de Reavaliação na estrutura patrimonial de 2007 e 2008, mas ambos os períodos sem valor.
- Na Petrobrás, a conta Reservas de Reavaliação era normalmente adotada até 2007. Em 2008, a empresa realizou a reversão para conta de Lucros/Prejuízos Acumulados.

Azevedo (2009) é bastante taxativo ao enunciar que a reavaliação dos ativos não é procedimento contábil aceitável em muitos países por contrariar o princípio do “custo como base de valor” e, além disso, ainda pondera que tal prática impossibilita a comparabilidade das demonstrações contábeis. Corroborando, Schvirck e Giasson (2008), realizaram pesquisa utilizando um grupo de empresas que disponibiliza suas demonstrações na Bovespa e aplicou o teste de hipóteses não-paramétrico Mann Whitney. Os resultados apontaram para a existência de diferenças significativas no perfil das empresas que utilizam a prática de reavaliação das empresas que utilizam apenas o custo histórico.

Da amostra, apenas a Petrobrás pode ser considerada na análise, e a mesma realizou a adequação na íntegra.

4.1.14. Ajuste a Avaliação Patrimonial

Para a prática de Ajustes da Avaliação Patrimonial, apesar de todas as empresas apresentarem em sua estrutura de contas, apenas a Petrobrás evidenciou a utilização para ajustes de títulos e valores mobiliários e ajustes acumulados de conversão cambial. Segundo a própria Lei das S.A.’s em seu art. 182, § 3º “Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos nesta Lei ou, em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, com base na competência conferida pelo § 3º do art. 177 desta Lei.”.

Tal prática traz o conceito do valor justo para avaliação de instrumentos financeiros, cuja Lei das S.A.’s assim conceitua no art. 183, § 1º, alínea d) “dos instrumentos financeiros, o valor

que pode se obter em um mercado ativo, decorrente de transação não compulsória realizada entre partes independentes; e, na ausência de um mercado ativo para um determinado instrumento financeiro: 1) o valor que se pode obter em um mercado ativo com a negociação de outro instrumento financeiro de natureza, prazo e risco similares; 2) o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros para instrumentos financeiros de natureza, prazo e risco similares; ou 3) o valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação de instrumentos financeiros.”

Para Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009), essa forma de contabilização é bastante questionável, pois o reconhecimento do aumento ou diminuição de ativos e passivos se reflete no patrimônio líquido, mas não no resultado e, ainda, é muito subjetiva e dependente de decisões gerenciais.

Apesar de claramente abarcar ambiente para aumento das características qualitativas, a interpretação das práticas fica aqui limitada à falta de pesquisas empíricas sobre sua adoção. É certo que, em ordem de convergência, tal prática aumentará a compreensibilidade por parte do investidor estrangeiro que intentar aplicar capital no Brasil.

4.1.15. Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos financeiros, contratos que originam ativos financeiros para uma empresa em contrapartida de passivos financeiros para outra, sofreram modificação no que tange sua mensuração, ou seja, deverão agora ser contabilizados pelo seu valor justo. A amostra apresentou os seguintes dados:

- As empresas Brasil Ecodiesel, Novamarlin e Refinaria de Petróleos Manguinhos revelaram em Nota Explicativa do exercício de 2007 que a mensuração dos instrumentos financeiros foi efetuada a valor de mercado. Nada foi revelado em 2008 para fins de adequação às Normas Internacionais de Contabilidade.
- A empresa OGX Petróleo e Gás revelou que para o exercício de 2007 sua mensuração foi efetuada a valor de mercado e valor justo. Em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade e conforme orientação do CPC nº. 14, a empresa aprimorou a classificação dos instrumentos financeiros e sua mensuração a valor justo.
- Já a companhia Petrobrás revelou que para o exercício de 2007 sua mensuração foi efetuada somente a valor de mercado. Em convergência com as Normas Interna-

cionais de Contabilidade e conforme orientação do CPC n.º 14, a empresa aprimorou a classificação dos instrumentos financeiros e sua mensuração a valor justo.

Pode-se perceber pelos resultados que 20% da amostra já vinham divulgando voluntariamente tal prática antes da lei e 40% divulgaram aprimoramento na mensuração dos instrumentos financeiros após a lei. A principal questão aqui está no conceito de valor justo.

Na visão da Ernest & Young; Fipecafi (2009) os investidores não possuem poder preditivo ao avaliarem os itens patrimoniais pelo custo histórico, havendo assim a necessidade de uma mensuração mais acurada como a do justo valor. Segundo definição oferecida pelo CPC n.º 04 item 08 (já harmonizada com as normas internacionais) valor justo “é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.”.

A definição em voga não é objetiva e deixa margens a dúvidas, ou seja, o que pode ser justo para determinados agentes do mercado pode não ser para outros. Nessa linha discursiva, Pires e Rodrigues (2008), informam que a Comissão Européia – CE faz críticas ao valor justo como base de mensuração e que não é a única alternativa para tal, e ainda concluem afirmando que o valor justo levantará problemas nas práticas contábeis. Em contraponto a tais conclusões, Rech et al (2008), afirmam que o valor justo faz com que haja maior transparência nas demonstrações financeiras das empresas.

Analisando a amostra pode-se perceber no caso das empresas OGX Petróleo e Gás e Petrobrás há a utilização ainda da mensuração a valor de mercado. Vale salientar que valor de mercado não significa exatamente valor justo. Segundo Ernest & Young; Fipecafi (2009) os valores de mercado ou de utilização podem ser considerados nas abordagens para se chegar ao valor justo. Já Barth² (2009) anuncia que o valor justo é “uma possibilidade” de mensuração para os valores contábeis.

4.1.16. Estoques

Os Estoques, para fins de avaliação de seu valor, passaram por sutil modificação. Anteriormente, os estoques eram avaliados a custo ou valor de mercado, dos dois o menor, e agora o

² BARTH, Mary (IASB Member). Notas de palestra do IAAER/ANPCONT International Accounting Congress (3rd) accounting internationalization: current and future trends. USP, São Paulo, 2009.

referido valor de mercado passa a ser tratado como valor justo. Ainda, há a possibilidade de se avaliar os estoques de longo prazo a valor presente líquido. Consoante, segue divulgações da amostra:

- A companhia Brasil Ecodiesel afirmou que o critério de avaliação de estoques, divulgado em 2007, foi o custo ou preço de mercado, o que for menor. Em 2008 tais critérios foram mantidos.
- As empresas Novamarlin e OGX Petróleo e Gás não apresentaram evidências sobre a utilização de estoques em 2007 e 2008.
- Para a Petrobrás, a avaliação dos Estoques, em 2007, passou pelo critério de ajuste a valor de custo ou mercado, o que for menor, mas não evidenciava a utilização dos critérios de "custo de reposição" e ajuste a valor presente para longo prazo. Em 2008, não divulgou a mudança em critérios de avaliação o que ocasiona um efeito nulo no nível de adequação.
- A Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A. divulgou em 2007, conforme Nota Explicativa, que os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Em 2008, a empresa não revelou utilizar critério diferente do anterior adotado.

A amostra não apresentou grandes evoluções nesta prática contábil, não deixando clara a adoção do valor justo para avaliações no estoque. Apenas fez referência ao valor de mercado (mesmo que o nomeando de custo de reposição ou valor líquido realizável). Mesmo antes da nova regra, Iudícibus (2009) critica tal prática considerando-a como super-conservadora, inclusive na visão de muitos pesquisadores e estudiosos.

4.1.17. Ajuste a Valor Presente

A prática de Ajuste a Valor Presente para itens do ativo e passivo de longo prazo (e curto prazo quando relevante) passa a ser adotada na Contabilidade brasileira. Tal ajuste implica em atualizar valores (seja direito ou dívida) para o presente momento, ou seja, o contador passa a informar quanto realmente valem aqueles valores de prazo longo trazidos à atualidade descontados a uma devida taxa. A amostra assim divulgou:

- A Brasil Ecodiesel informou que a mensuração de Ajuste a Valor Presente para itens do Ativo e Passivo de longo prazo (e curto prazo quando relevante) não era

adotado em 2007 e, segundo os dados de 2008, nada foi revelado em ordem de adequação.

- Já a Novamarlin informou que a prática não era adotada, em 2007 e, segundo os dados de 2008, a empresa fez adequação, ajustando o Contas a Receber a valor presente.
- As empresas OGX Petróleo e Gás e Refinaria de Petróleos Manguinhos enunciam que tal mensuração não era adotada em 2007 e, segundo os dados de 2008, a empresa afirma ter avaliado seus ativos e passivos à luz das orientações do CPC nº. 12, mas não identificou a necessidade de ajustá-los a valor presente.
- A mensuração de Ajuste a Valor Presente para a Petrobrás em itens do ativo e passivo de longo prazo (e curto prazo quando relevante) já era adotado em 2007 e, segundo os dados de 2008, a empresa afirma manter a prática.

Segundo estudos de Assaf Neto (2008) e Fipecafi (2001) o valor presente contribui para a melhoria da informação, pois a torna mais relevante ao aumentar sua capacidade de previsão. Do exposto se deduz que tal prática aumenta a qualidade da relevância, abarcada pelas características qualitativas.

Da amostra, apenas a Novamarlin e a Petrobrás realizaram adequação. No entanto, Iudícibus, Martins e Gelbecke (2009), afirmam que mesmo com o grande impacto que tal prática causará nas demonstrações contábeis no Brasil, a mesma já deveria estar inserida no contexto dos demonstrativos como orienta a doutrina contábil. Do exposto e corroborando com os autores, a Petrobrás já o vinha realizando normalmente antes da lei internacional.

4.1.18. Teste de Recuperabilidade

O Teste de Recuperabilidade dos ativos traz, em substituição a reavaliação, um novo método (pelo menos para o Brasil) para se aproximar o valor dos ativos à realidade econômica. O referido teste, que deve ser aplicado sobre os ativos imobilizados e intangíveis, implica na comparação do valor contábil registrado com o valor recuperável. O valor recuperável é obtido com o valor de utilização do ativo e seu valor de mercado, dos dois o maior. A amostra assim divulgou o teste:

- As empresas Brasil Ecodiesel e Novamarlin afirmaram que o Teste de Recuperabilidade não foi adotado em 2007, mas recebeu referência nas Notas Explicativas do

exercício de 2008. Apesar disso não foram encontradas evidências de sua adoção na avaliação da recuperabilidade dos ativos da Companhia.

- Já as companhias OGX Petróleo e Gás, Petrobrás e Refinaria de Petróleos Manguinhos afirmam que, mesmo antes a emissão da Lei 11.638/07, adotavam o Teste de Recuperabilidade para avaliação dos ativos. Em 2008 mantiveram a prática.

O Teste de Recuperabilidade conhecido na literatura estrangeira como *impairment of value*, foi originalmente tratado no *Statement of Financial Accounting Standards* – SFAS No. 121, em 1995, e posteriormente foi atualizado, em 2001, pelo SFAS No. 144 consistindo em atualizar o valor dos ativos tangíveis e intangíveis reconhecendo as perdas devido desgaste no tempo que podem ocorrer, segundo Schroeder et al (2009), nas seguintes situações: 1) significantes perdas do valor de mercado; 2) significantes alterações no manuseio dos ativos; 3) significantes alterações em fatores legais no negócio.

Grande impacto tal normativo pode causar nas empresas brasileiras. Comprovações científicas corroboram com tal afirmação onde, Baesso et al (2008), apresentam uma análise das perdas por *impairment* verificadas nas empresas do setor de telefonia móvel norte-americano no período de 2000 a 2006. Os resultados da pesquisa indicam que, no período estudado, cerca de US\$9,9 bilhões foram declarados como perdas por *impairment*, relacionadas tanto aos ativos tangíveis quanto intangíveis.

Para a amostra em questão observa-se que 40% da amostra já faziam referência sobre o teste e que, após a lei, 60% se adequaram plenamente e 40% realizaram adequação parcial. Ainda, com base no banco de dados obtido através do sítio eletrônico da Bovespa, a tabela nº. 4 a seguir demonstra, em exemplo, o nível de perda no período de 2007/2008 para as empresas Petrobrás e Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A.:

Tabela 4: representatividade da perda na recuperabilidade de ativos imobilizados e intangíveis

Empresas	2007			2008		
	Ativos: - Imobiliza- do; e - Intangível	Provisão de perda de recuperabili- dade	Proporção da perda em %	Ativos: - Imobiliza- do; e - Intangível	Provisão de perda de recuperabili- dade	Proporção da perda em %
Petrobrás	145.918.908	(446.129)	-0,31%	199.690.468	(933.088)	-0,47%

Refinaria de Petróleos Manguinhos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	60.150	(10.563)	-17,56%
-----------------------------------	---------------	---------------	---------------	--------	----------	---------

Fonte: dados da pesquisa, 2010.

Observa-se no referido panorama que a Cia Petrobrás registrou aumento na perda de recuperabilidade de seus ativos de um período para o outro, mas que ainda assim, representam menos que 1% do valor dos respectivos ativos. Já para a Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A. a perda da recuperabilidade de seus ativos representa 17,56% dos ativos.

Interpreta-se doravante que a nova prática contábil pode ocasionar impacto substancial no resultado das empresas à medida que consideráveis valores podem ser reconhecidos como perda.

4.1.19. Participações Societárias

As participações societárias ocorrem no ambiente corporativo para fins de diversificação das operações das empresas com o intuito de atingir economias em escala e maiores possibilidades de lucratividade. A Contabilidade por sua vez registra, mensura e evidencia este fenômeno.

Para Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009) a modificação substancial ocorrida no quesito “participações societárias” foi no conceito de coligadas que agora, para haver coligação, a investidora precisa possuir influência significativa na investida, ou seja, deter ou exercer o poder de decisão nas políticas financeira ou operacional da investida.

Schroeder et al (2009) conceitua que a influência significativa pode ocorrer de diversas maneiras como: 1) representatividade do conselho diretor; 2) participação no processo político da Cia.; 3) transações de materiais entre as Cia.’s; 4) integração de pessoal de gestão; 5) dependência tecnológica; 6) o percentual do investidor possui em relação a outras *holdings*.

Em ordem de convergência, e seguindo uma norma já tratada pelo IASB, é aceitável considerar que tal prática possibilitará uma maior inteligibilidade por parte dos provedores de capital na análise e interpretação das Demonstrações Contábeis.

4.1.20. Participações nos lucros

Conforme nova redação dada ao inciso VI do art. 187 da Lei das S.A.’s, a “demonstração do resultado do exercício discriminará [...] as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa.

(Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009).”. Ao exposto implica que a DRE passa a ser mais informativa ao apresentar a debenturistas, empregados, administradores e etc., o valor a eles cabível.

A pesquisa apresentou que nenhuma das empresas da amostra divulgou a discriminação para Participações nos Lucros.

4.2. RESUMO GERAL DA ANÁLISE

Após a análise de todas as práticas contábeis que sofreram algum tipo de alteração advinda das normas internacionais de Contabilidade, analisar-se-ão o nível geral de adequação por parte das empresas.

A tabela nº. 5 revela o nível de adequação sob a ótica das empresas aos padrões internacionais.

Tabela 5: proporção comparativa de adequação integral aos padrões internacionais para cada empresa

Empresas	Antes das leis 11.638/07 e 11.941/09	Depois das leis 11.638/07 e 11.941/09	Variação
Brasil Ecodiesel	15%	43%	27%
Novamarlin	17%	69%	53%
OGX Petróleo e Gás	15%	79%	63%
Petrobrás	44%	79%	35%
Refinaria de Petróleos Manguinhos	13%	56%	43%
Média	21%	65%	44%

Fonte: dados da pesquisa, 2010.

Consoante se observa uma média de adequação na ordem de 21% antes das atualizações da legislação societária cuja média obteve considerável evolução após a tal modernização atingindo patamares na ordem de 65%.

A tabela nº. 6 demonstra a proporção de adequação parcial por parte das empresas.

Tabela 6: proporção comparativa de adequação parcial aos padrões internacionais para cada empresa

Empresas	Antes das leis 11.638/07 e 11.941/09	Depois das leis 11.638/07 e 11.941/09	Variação
Brasil Ecodiesel	8%	21%	14%
Novamarlin	8%	15%	7%
OGX Petróleo e Gás	15%	14%	-1%
Petrobrás	6%	5%	0%
Refinaria de Petróleos Manguinhos	7%	13%	6%
Média	9%	14%	5%

Fonte: dados da pesquisa, 2010.

Pode-se observar das tabelas supra que a Cia Petrobrás até o período de 2007 vinha com um nível de adequação a normativos internacionais, pelo menos, três vezes maior que as demais companhias do mesmo setor. Para o período de 2008 todas as empresas realizaram significativas adequações às normas internacionais de Contabilidade. Interpreta-se consoante que a Petrobrás parece ser a empresa que mais se preocupou com a competitividade do mercado do setor com relação às demais, pelo menos no tocante ao nível de divulgação de informações contábeis.

Tal revelação corrobora com o resultado encontrado por Souza et al (2008) quando, em pesquisa realizada em uma amostra de 107 companhias abertas do sul brasileiro, afirmam que as empresas investigadas ainda têm muito a progredir no que diz respeito à evidenciação de informações contábeis.

Ainda corroborando com o resultado encontrado nesse estudo uma pesquisa revelada por Murcia e Santos (2010) apontou, com comprovação estatística, que empresas de maior lucratividade, tamanho e nível de auditoria divulgam mais e melhores informações do que as demais. A pesquisa foi aplicada nas 100 maiores companhias não-financeiras abertas do Brasil nos períodos de 2006, 2007 e 2008.

Nesse sentido, evidências parecem apontar que mesmo havendo preocupação por parte das empresas em se tornarem competitivas sob a ótica dos investidores de capital muito precisou ser feito com o advento das leis 11.638/07 e 11.941/09 para se adequar às normas internacionais de Contabilidade. Apenas a Petrobrás apresentou evidências de que estava um passo a frente às demais empresas do setor no tocante ao nível de divulgação das informações contábeis, o que confirma os resultados de Murcia e Santos (2010).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1. PRINCIPAIS RESULTADOS E CONCLUSÃO

A dissertação trabalha o seguinte problema de pesquisa: com a adequação da legislação societária brasileira aos padrões internacionais, qual o estágio de divulgação das informações contábeis em empresas do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis listadas na Bovespa?

Para contribuir à resposta da referida questão social, busca-se analisar o estágio de adequação da nova legislação societária brasileira às Normas Internacionais de Contabilidade; avaliar as informações contábeis divulgadas pelo setor do Petróleo, Gás e Biocombustíveis, relativas aos exercícios sociais de 2007 e 2008, e, baseando-se em um comparativo, elencar quais evoluções a nova legislação societária conferiu às informações contábeis divulgadas.

Para isso, é efetuado levantamento na Bovespa das Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas, Parecer de Auditoria, Relatório da Administração entre outros) de 5 (cinco) companhias constantes no setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis. Em seguida foi realizada análise das 20 (vinte) práticas contábeis as quais as empresas realizaram algum de tipo de adequação às normas internacionais. Tal análise foi fundamentada em bibliografias específicas e, principalmente, em pesquisas positivistas cuja conotação foi científica através, inclusive, de comprovações estatísticas.

Os principais resultados encontrados neste estudo foram:

a) Das 20 (vinte) práticas contábeis que sofreriam alterações com as Leis 11.638/07 e 11.941/09 advindas das normas internacionais, 8 (oito) foram adotadas pela amostra desta pesquisa antes da emissão dos referidos normativos, da seguinte maneira: evidenciação de Ativos Intangíveis por 100% da amostra; não cumulação de lucros em conta específica por 67% da amostra; classificação de pesquisa e desenvolvimento como despesa por 60% da amostra; evidenciação da Demonstração dos Fluxos de Caixa por 40% da amostra; realização do teste de recuperabilidade por 40% da amostra; evidenciação da Demonstração do Valor Adicionado por 20% da amostra; avaliação de instrumentos financeiros a valor justo por 20% da amostra; adoção do ajuste a valor presente por 20% da amostra. O exposto representa uma média de adequação de 18% com relação ao total das práticas, conforme visualizado na tabela nº. 2 deste trabalho. A Petrobrás realizou adequação das normas na ordem de 44%, enquanto as demais companhias sujeito da pesquisa representaram uma média de 15% de adequação. Isso conclui, especificamente para este

ponto, que a todas as companhias buscam de alguma maneira se antecipar na evidenciação das informações contábeis para se manterem competitivas no mercado estrangeiro. Conclui-se também que a Petrobrás foi a empresa que mais buscou reduzir a assimetria informacional para com seus *stakeholders* e aumentar sua competitividade no mercado internacional, o que confirma os resultados do estudo de Murcia e Santos (2010).

b) Das vinte práticas contábeis que foram alteradas efetivamente na legislação societária brasileira advindas das normas internacionais 11 (onze) foram 100% adotadas pela amostra desta pesquisa após a emissão dos normativos societários, a saber: elaboração e evidenciação da Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado; reclassificação de Resultados de Exercícios Futuros; especificação de Ações em Tesouraria; não cumulação dos lucros em conta específica; evidenciação de Ativos Intangíveis; classificação de Pesquisas e Desenvolvidos como despesas; prevalência da essência sob a forma no caso de arrendamentos mercantis; reclassificação e exclusão de reservas de reavaliação; adoção do ajuste de avaliação patrimonial; ponderação do conceito de coligadas em participações societárias. O teste de recuperabilidade foi adotado por 60% da amostra; o Ativo Diferido foi excluído e desconsiderado e as Reservas de Capital foram adaptadas por 50% da amostra; instrumentos financeiros foram avaliados a valor justo e foram adotados os ajustes a valor presente por 40% da amostra. O exposto representa uma média de 70% de adequação, conforme visualizado na tabela nº. 2 deste trabalho. Ainda tratando o que foi revelado pela referida tabela nº. 2, após a emissão das Leis 11.638/07 e 11.941/09, não só a Petrobrás, mas todas as empresas do setor realizaram consideráveis adequações às normas internacionais, resultado este que contribui para a resposta do problema de pesquisa.

c) No tocante ao RTT, opção pelo regime tributário de transição, apenas as empresas lucrativas o adotaram facultativamente no ano de 2008, levando a evidências que houve uma preocupação, por parte das empresas, de que os efeitos das novas regras contábeis aumentassem o valor de seus patrimônios e conseqüentemente seus impostos sobre a renda. Vale ressaltar que o RTT é obrigatório a partir do exercício de 2010.

d) Descritivamente, a tabela nº. 5 deste estudo apresenta a seguinte evolução em termos de convergência às novas regras contábeis brasileiras: a Cia Brasil Ecodiesel pulou de 15% para 43% no nível de adequação; a Novamarlin foi de 17% à 69%; a OGX Petróleo e Gás de 15% para 79%; já a Petrobrás foi de 44% à 79%; e a Refinaria de Petróleos Manguinhos saltou de 13% para

uma adequação na ordem de 56%. Conclui-se assim que, apesar de a lei não esgotar o direito, as empresas precisaram de substanciais adequações após as Leis 11.638/07 e 11.941/09, com exceção da Petrobrás, para se adequarem ao processo de convergência das normas internacionais de Contabilidade.

Até certo nível as empresas antecipam suas informações através de divulgação voluntária de dados contábeis no intuito de se manterem competitivas no mercado internacional e no setor sem necessariamente aguardarem o ordenamento jurídico para realizarem e evidenciarem suas práticas. Mesmo assim, os resultados deste trabalho parecem direcionar a conclusão de que as empresas com maior exposição no mercado de capitais internacional antecipam sua adequação a padrões internacionais de Contabilidade em detrimento a companhias que não possuem o mesmo nível de desenvolvimento. Tal conclusão corrobora com os resultados encontrados por Souza et al (2008).

Por fim, vale registrar que o posicionamento de competitividade adotado por essas empresas pode ser seguido como exemplo pelas demais companhias abertas brasileiras, visando o aumento de transparência e redução de assimetria informacional junto a investidores através de informações contábeis com maior grau de fidedignidade.

5.2. LIMITAÇÕES E DIRECIONAMENTOS PARA FUTUROS TRABALHOS

De abordagem indutiva, as conclusões ora expostas neste trabalho não servem para generalizações sobre o nível de adequação de todas as companhias brasileiras de capital aberto às novas regras contábeis brasileiras no período de 2007/2008. Tal limitação ocorre em função de que apenas um dos diversos setores da Bovespa foi estudado. Porquanto, sugere-se que estudos sobre outros setores da economia brasileira sejam investigados para servir de comparativo a este estudo.

O foco deste trabalho é a de adequação às normas internacionais por parte das empresas brasileiras de capital aberto. Visando ampliar tal ponto de vista, sugere-se que futuros estudos sejam inquiridos sobre níveis de divulgação voluntária em comparação a exigências das novas regras contábeis no mesmo período.

Ainda, este estudo limitou-se à pesquisa qualitativa de natureza descritiva. Sugere-se que o mesmo estudo seja realizado com uma amostra maior e em vários segmentos da economia à busca de resultados diversificados e comparativos a este.

Finalmente, estudos podem ainda ser realizados a cada uma das 20 (vinte) práticas aqui elencadas, analisando-se o nível de impacto que cada uma pode acarretar aos resultados/desempenhos das companhias brasileiras.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Ducineli R. B. de. FERREIRA, Vanessa Florêncio. Análise do nível de evidenciação dos itens compulsórios e não compulsórios: um estudo nos relatórios contábeis da Petrobrás. **Revista Universo Contábil**. Blumenau, v. 3, n. 1, p. 07-26, jan./abr., 2007.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- AZEVEDO, Osmar Reis. **Comentário às novas regras contábeis brasileiras**. 3 ed. São Paulo: IOB, 2009.
- BAESSO, Robson de Souza; COSCARELLI, Bruno Vidigal; RIBEIRO, Maria Célia Vilela; SOUZA, Antônio Artur. Impairment em empresas norte-americanas do setor de telefonia móvel. **Anais do 8º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo: FEA/USP, 2008.
- BARBOSA NETO, João E. DIAS, Warley de O. PINHEIRO, Laura E. T. Impacto da Convergência para as IFRS na Análise Financeira: um Estudo em Empresas Brasileiras de Capital Aberto. **Contabilidade Vista & Revista**. Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 131-153, out./dez. 2009.
- BOLSA DE MERCADORIAS & FUTUROS; BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO – BM&FBOVESPA <<http://www.bovespa.com.br/Principal.asp>>. Acesso em 07 de setembro de 2009 às 09h.
- BRASIL. **Decreto-lei 2.627**. Rio de Janeiro, 1940.
- _____. **Lei 556**. Rio de Janeiro, 1850.
- _____. **Lei 6.404**. Brasília: Senado Federal, 1976.
- _____. **Lei 11.638**. Brasília: Senado Federal, 2007.
- _____. **Lei 11.941**. Brasília: Senado Federal, 2009.
- BRITO, Ricardo D. LIMA, Mônica R. SILVA, Júlio C. O crescimento da remuneração direta aos acionistas no Brasil: economia de impostos ou mudança de características das firmas? **Brazilian Business Review**. Vitória-ES, v. 6, n. 1, p. 62-81, jan./abr. 2009.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Conceitual Básico**. Brasília: CPC, 2008.
- _____. **Pronunciamento Técnico CPC – 04**: ativo intangível. Brasília: CPC, 2008.
- ENERGY INSTITUTE ADMINISTRATION (EIA) <http://tonto.eia.doe.gov/country/country_energy_data.cfm?fips=BR> acesso em dez./2009.
- ERNEST & YOUNG. FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. São Paulo: Atlas, 2009.

EUGÊNIO, Teresa. Avanços na Divulgação de Informação Social e Ambiental pelas Empresas e a Teoria da Legitimidade. **Revista Universo Contábil**. Blumenau, v. 6, n. 1, p. 102-118, jan./mar., 2010.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (FASB). **Statements of Financial Accounting Concepts nº 01: Objectives of Financial Reporting by Business Enterprises**. Connecticut: FASB, 1978.

_____. **Statements of Financial Accounting Standards nº 95: Statement of Cash Flows**. Connecticut: FASB, 1987.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS (FIPECAFI). **Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica**. Eliseu Martins (organizador). São Paulo: Atlas, 2001.

GAEREMYNCK, Ann. THORNTON, Daniel B. VERRIEST, Arnt. Quality of IFRS Adoption. <<http://ssrn.com/abstract=1266698>> acesso em mar./2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo Atlas, 2002.

HENDRIKSEN, Eldon S. VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. Antonio Zoratto Sanvicente (tradução). 1ª ed. 7ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009.

HUNGARATO, Arildo. TEIXEIRA, Aridelmo. A pesquisa e desenvolvimento e os preços das ações das empresas brasileiras: um estudo empírico na Bovespa. **Anais do International Accounting Congress (3rd) – IAAER/ANPCONT**. USP: São Paulo, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). <www.ibge.gov.br> acesso em dez./2009

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB). **IAS N. 01 – Presentation of Financial Statements**. 2009.

_____. **IFRS N. 01 – First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards**. 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. LOPES, Alexsandro B. De volta para o futuro: óbito presumido e outros mitos que habitam o castelo da Contabilidade. **Revista Universo Contábil**. Brasília, v. 6, n. 2, p. 53-60, jul./dez. 2002.

_____. MARTINS, Eliseu. GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. MARTINS, Eliseu. GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades (suplemento)**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KLANN, Roberto Carlos. BEUREN, Ilse Maria. HEIN, Nelson. Impacto das Diferenças entre as Normas Contábeis Brasileiras e Americanas nos Indicadores de Desempenho de Empresas Brasileiras com ADRs. **Brazilian Business Review**. Vitória-ES, v. 6, n. 2, p. 154-173, mai./ago. 2009.

MACHADO, Esmael A. MORCH, Rafael Borges. VIANNA, Dilo S. de Carvalho. SANTOS, Rodrigo dos. SIQUEIRA, José R. Mara de. Destinação de riqueza aos empregados no Brasil: comparação entre empresas estatais e privadas do setor elétrico (2004-2007). **Revista de Contabilidade e Finanças**. USP, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 110-122, mai./ago. 2009.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

MATOUSSI, Hamadi. CHAKROUN, Raida. Board composition, ownership structure and voluntary disclosure in annual reports: evidence from Tunisia. **International Accounting Congress (3rd) – IAAER/ANPCONT**. USP: São Paulo, 2009.

MOURA, Simone F. FERREIRA, Fabiana N. H. SOUZA, Jalva L. R. de. PONTE, Vera M. R. O Valor do Intangível em Instituições de Ensino Superior: Um enfoque no capital humano. **Revista Brasileira de Gestão e Negócios**. São Paulo, n. 18, p. 60-71, ago. 2005.

MURCIA, Fernando Dal-Ri. SANTOS, Ariovaldo dos. Determinants of Corporate Voluntary Disclosure in Brazil. <<http://ssrn.com/abstract=1531767>> acesso em mar./2010.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. 1 ed. 5 reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. SILVA, César A. Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Oderlene V. FORTE, Sérgio H. A. Cavalcante. ARAGÃO, Lindenberg Araújo. Fusões e Aquisições sob a perspectiva da vantagem competitiva: o caso da Perdigão Agroindustrial S.A. **Revista Brasileira de Gestão e Negócios**. São Paulo, v. 9, n. 24, p. 91-108, mai./ago. 2007.

PIRES, Amélia M. M. RODRIGUES, Fernando J. P. de A. Necessidade de adaptar e ajustar a IAS 41 ao sector agrícola português. **Revista Universo Contábil**. Blumenau, v. 4, n. 1, p. 126-140, jan./mar. 2008.

RECH, Ilírio J. PEREIRA, Ivone V. OLIVEIRA, Josemar R. Impostos diferidos na atividade pecuária originados da avaliação dos ativos biológicos pelo valor justo: um estudo de seu reconhecimento e evidenciação nas maiores propriedades rurais do estado de Mato Grosso. **Revista Universo Contábil**. Blumenau, v. 4, n. 2, p. 42-58, abr./jun. 2008.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. Vol 2. São Paulo: Saraiva, 1988.

REZENDE, Amaury José. A Relevância da Informação Contábil no Processo de Avaliação de Empresas da Nova e Velha Economia – Uma Análise dos Investimentos em Ativos Intangíveis e

Seus Efeitos sobre Value-Relevance do Lucro e Patrimônio Líquido. **Brazilian Business Review**. Vitória-ES, v. 2, n. 1, p. 33-52, jan./jun. 2005.

RIBEIRO, Ricardo Biali. **O efeito confiscatório da carga tributária na construção civil**. Monografia (graduação). Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte – FARN: Natal, 2005.

SALOTTI, Bruno Meirelles. YAMAMOTO, Marina Mitiyo. Divulgação Voluntária da Demonstração dos Fluxos de Caixa no Mercado de Capitais Brasileiro. **Revista de Contabilidade e Finanças**. USP, São Paulo, v. 19, n. 48, p. 37-49, set./dez. 2008.

SANTOS, Ariovaldo. CHAN, Betty Lilian. SILVA, Fabiana Lopes. Análise dos impactos da privatização na distribuição de riqueza a partir da Demonstração do Valor Adicionado. **Revista Universo Contábil**. Blumenau, v. 3, n. 1, p. 06-21, mai./ago. 2007.

SCHROEDER, Richard G. CLARK, Myrtle W. CATHEY, Jack M. **Financial Accounting Theory and Analysis**. 9 ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2009.

SCHVIRCK, Eliandro. GIASSON, Oldair R. Perfil econômico-financeiro de empresas que fazem e que não fazem reavaliação de ativos. **Brazilian Business Review**. Vitória-ES, v. 5, n. 3, p. 255-270, set./dez. 2008.

SOUZA, Marcos A. de. CRUZ, Ana Paula C. da. MACHADO, Débora G. MENDES, Roselaine da C. Evidenciações voluntárias de informações contábeis por companhias abertas do sul brasileiro. **Revista Universo Contábil**. Blumenau, v. 4, n. 4, p. 39-56, out./dez. 2008.

THEÓPHILO, Carlos Renato. Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos e Demonstração dos Fluxos de Caixa. **Contabilidade Vista & Revista**. Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 41-46, jun. 1998.

VERRECCHIA, Robert E. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**. n 32, p. 97-180, 2001.

YU, Yang. QU, Xiaohui. International accounting convergence in China: an empirical study of standards on assets measurement. **International Accounting Congress (3rd) – IAA-ER/ANPCONT**. USP: São Paulo, 2009.

APÉNDICE

APÊNDICE A – CIA. BRASIL ECODIESEL

Comparativo entre as informações contábeis divulgadas pela Cia. Brasil Ecodiesel antes e depois da atualização das Leis 11.638/07 e 11.941/09

Informação contábil atualizada	Antes das Leis 11.638/07 e 11.941/09	Depois das Leis 11.638/07 e 11.941/09
Tributação	Normal pelo Lucro Real previsto no RIR/99. Salienta-se que a Cia. apresentou prejuízo para o período.	Não foram divulgados relatos de qualquer natureza quanto à opção pelo RTT. As divulgações que tangem questões tributárias relacionam que a empresa apresenta prejuízos.
Demonstração do Fluxo de Caixa	Utilização da DOAR. DFC demonstrada em NE	Substituição da DOAR para a DFC
Demonstração do Valor Adicionado	Não adotado.	Adotado.
Estrutura das contas patrimoniais	BR GAAP com sinais de atualização para IFRS.	Continuou com a mesma estrutura do exercício de 2007.
Resultados de Exercícios Futuros	A conta era contemplada no Balanço Patrimonial, mas não possuía valor.	A conta continuou sendo contemplada no Balanço Patrimonial, mas também sem possuir valor.
Ações em Tesouraria	Não apresenta divulgação	Não apresenta divulgação
Lucros Acumulados	Apesar do prejuízo no período, sinalizou em Notas Explicativas que utilizaria a conta normalmente para cumulação de lucros, se estes existissem.	Sinalizou a adequação às Normas Internacionais de Contabilidade. Entretanto, ainda apresentou prejuízo para o período.
Ativo Diferido	Amortizado linearmente em 10% ao ano, era utilizado tradicionalmente para transações como: Licenças ambientais; Despesas administrativas; Despesas tributárias; Resultado financeiro; Parceria agrícola; Benfeitorias; Pesquisas e desenvolvimento; e Equivalência patrimonial.	Fará manutenção do saldo das seguintes contas até total amortização: Despesas administrativas; Despesas tributárias; Resultado financeiro. Reclassificou as demais contas: Licenças ambientais; Parceria agrícola; Benfeitorias; Pesquisas e desenvolvimento; e Equivalência patrimonial
Ativo Intangível	Utilização desde o exercício de 2006. Não apresenta especificação alguma das classificações efetuadas nesta conta.	Aprimorou sua utilização com a reclassificação de alguns itens do Ativo Diferido.
Gastos com pesquisa e desenvolvimento	Registrava em Ativo Diferido.	Reclassificou para resultado.

Arrendamento Mercantil	Apesar de, em Notas Explicativas, demonstrar conhecimento e consciência da prática contábil, não apresentou evidências de transações de arrendamento mercantil.	Não apresentou evidências de utilização de arrendamento mercantil.
Reservas de Capital	Apesar de utilizar desde o exercício de 2006, não deixa explícita especificação alguma das classificações efetuadas nesta conta.	Manteve o procedimento
Reservas de Reavaliação	A conta era contemplada no Balanço Patrimonial, mas não possuía valor.	A conta continuou sendo contemplada no Balanço Patrimonial, mas também sem possuir valor.
Ajuste de Avaliação Patrimonial	Não adotado.	Passou a ser contemplado no Balanço Patrimonial um grupo de contas de ajustes de avaliação patrimonial a saber: Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários; Ajustes Acumulados de Conversão; Ajustes de Combinação de Negócios. Ainda assim, não foram utilizados.
Instrumentos Financeiros	Conforme Notas Explicativas, a avaliação é efetuada com aproximação a valor de mercado.	Manteve o procedimento
Estoques	Já adotava critério de ajuste a valor de custo ou mercado, o que for menor.	Manteve critério anterior
Ajuste a Valor Presente	Não adotado.	Manteve o procedimento
Teste de Recuperabilidade	Não adotado.	Apesar de demonstrar, em Notas Explicativas, o conhecimento e consciência da obrigatoriedade de tal prática contábil, não há evidências de sua realização.
Participações Societárias	Adotava critérios de percentuais para coligação e conseqüente utilização do Método de Equivalência Patrimonial	Passou a adotar o critério da influência significativa para coligação e conseqüente utilização do Método de Equivalência Patrimonial
Participações nos lucros	Não adotado.	Manteve critério anterior

Fonte: dados da pesquisa, 2010.

APÊNDICE B – NOVAMARLIN PETRÓLEO S.A.

Comparativo entre as informações contábeis divulgadas pela Cia. Novamarlin antes e depois da atualização das Leis 11.638/07 e 11.941/09

Informação contábil atualizada	Antes das Leis 11.638/07 e 11.941/09	Depois das Leis 11.638/07 e 11.941/09
Tributação	Normal pelo Lucro Real previsto no RIR/99	Adoção do Regime Tributário de Transição - RTT
Demonstração do Fluxo de Caixa	Utilização da DOAR. Não há evidências de utilização da DFC	Substituição da DOAR para a DFC
Demonstração do Valor Adicionado	Não adotado.	Adoção
Estrutura das contas patrimoniais	BR GAAP com sinais de atualização para IFRS.	Continuou com a mesma estrutura do exercício de 2007.
Resultados de Exercícios Futuros	A conta era contemplada no Balanço Patrimonial, mas não possuía valor.	A conta continuou sendo contemplada no Balanço Patrimonial, mas também sem possuir valor.
Ações em Tesouraria	Não apresenta divulgação	Não apresenta divulgação
Lucros Acumulados	Já adotava a prática de não cumulação de lucro em conta específica.	Manteve a prática de classificação em "reservas de lucro" bem como a destinação do mesmo.
Ativo Diferido	A conta era contemplada no Balanço Patrimonial, mas não possuía valor. Em Nota Explicativa a empresa sinalizou ter conhecimento e consciência que tal conta deixaria de existir.	A conta continuou sendo contemplada no Balanço Patrimonial, mas também sem possuir valor.
Ativo Intangível	A conta era contemplada no Balanço Patrimonial, mas não possuía valor. Em Nota Explicativa a empresa sinalizou ter conhecimento e consciência que tal conta deixaria de existir.	A conta continuou sendo contemplada no Balanço Patrimonial, mas também sem possuir valor.
Gastos com pesquisa e desenvolvimento	Em Nota Explicativa a empresa faz referência a um custo com desenvolvimento que foi devidamente registrado como despesa no resultado do exercício e não foi ativado como diferido. Não há evidências de gastos com pesquisa	Manteve critério anterior

Arrendamento Mercantil	Possuía bens arrendados a terceiros, mas ainda assim os contabilizava em seus ativos imobilizados.	Modificou a prática contábil não contabilizando mais em seus ativos os bens que estavam sendo utilizados por terceiros.
Reservas de Capital	A conta era contemplada no Balanço Patrimonial, mas não possuía valor.	A conta continuou sendo contemplada no Balanço Patrimonial, mas também sem possuir valor.
Reservas de Reavaliação	A conta era contemplada no Balanço Patrimonial, mas não possuía valor.	A conta continuou sendo contemplada no Balanço Patrimonial, mas também sem possuir valor.
Ajuste de Avaliação Patrimonial	Não adotado.	Passou a ser contemplado no Balanço Patrimonial um grupo de contas de ajustes de avaliação patrimonial a saber: Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários; Ajustes Acumulados de Conversão; Ajustes de Combinação de Negócios. Ainda assim, não foram utilizados.
Instrumentos Financeiros	Conforme Notas Explicativas, a avaliação é efetuada com aproximação a valor de mercado.	Manteve o procedimento
Estoques	Não apresenta divulgação	Manteve critério anterior
Ajuste a Valor Presente	Não adotado.	A empresa fez adequação de tal prática contábil e a evidenciou em contas a receber.
Teste de Recuperabilidade	Não adotado.	Apesar de demonstrar, em Notas Explicativas, o conhecimento e consciência da obrigatoriedade de tal prática contábil, não há evidências de sua realização.
Participações Societárias	Adotava critérios de percentuais para coligação e conseqüente utilização do Método de Equivalência Patrimonial	Passou a adotar o critério da influência significativa para coligação e conseqüente utilização do Método de Equivalência Patrimonial
Participações nos lucros	Não adotado.	Manteve critério anterior

Fonte: dados da pesquisa, 2010.

APÊNDICE C – OGX PETRÓLEO E GÁS

Comparativo entre as informações contábeis divulgadas pela Cia. OGX Petróleo e Gás antes e depois da atualização das Leis 11.638/07 e 11.941/09

Informação contábil atualizada	Antes das Leis 11.638/07 e 11.941/09	Depois das Leis 11.638/07 e 11.941/09
Tributação	Normal pelo Lucro Real previsto no RIR/99	Adoção do Regime Tributário de Transição - RTT
Demonstração do Fluxo de Caixa	Utilização da DOAR. Não há evidências de utilização da DFC	Substituição da DOAR para a DFC
Demonstração do Valor Adicionado	Não adotado.	Adoção
Estrutura das contas patrimoniais	BR GAAP com sinais de atualização para IFRS.	Continuou com a mesma estrutura do exercício de 2007.
Resultados de Exercícios Futuros	A conta era contemplada no Balanço Patrimonial, mas não possuía valor.	A conta continuou sendo contemplada no Balanço Patrimonial, mas também sem possuir valor.
Ações em Tesouraria	Não apresenta divulgação.	Não apresenta divulgação
Lucros Acumulados	Apesar do prejuízo no período, sinalizou em Notas Explicativas que utilizaria a conta normalmente para cumulação de lucros, se estes existissem.	Com o lucro de 2008, realizou a adequação às Normas Internacionais de Contabilidade reclassificando para Reservas de Lucro.
Ativo Diferido	Normalmente contemplada no Balanço Patrimonial para a classificação de gastos pré-operacionais, de pesquisa e desenvolvimento, bem como encargos financeiros atrelados à expectativa de auferir benefício futuro.	A conta continuou sendo contemplada na estrutura do Balanço Patrimonial, mas seus valores e saldos foram reclassificados para resultado.
Ativo Intangível	Devidamente utilizada para a classificação de concessões de direito de exploração	A conta continuou sendo contemplada no Balanço Patrimonial, mas com o aprimoramento de outros direitos de perfuração que antes não estavam aqui contemplados.
Gastos com pesquisa e desenvolvimento	Classificado como ativo diferido.	Reclassificação para resultado.
Arrendamento Mercantil	Não apresenta divulgação.	Em Nota Explicativa a empresa evidenciou que tal transação não se aplicava a suas operações.
Reservas de Capital	A conta era contemplada no Balanço Patrimonial, mas não possuía valor.	A conta continuou sendo contemplada no Balanço Patrimonial, mas

		também sem possuir valor.
Reservas de Reavaliação	A conta era contemplada no Balanço Patrimonial, mas não possuía valor.	A conta continuou sendo contemplada no Balanço Patrimonial, mas também sem possuir valor.
Ajuste de Avaliação Patrimonial	Não adotado.	Passou a ser contemplado no Balanço Patrimonial um grupo de contas de ajustes de avaliação patrimonial a saber: Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários; Ajustes Acumulados de Conversão; Ajustes de Combinação de Negócios. Ainda assim, não foram utilizados.
Instrumentos Financeiros	Conforme Notas Explicativas, a avaliação é efetuada com aproximação a valor de mercado e valor justo.	Em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade e conforme orientação do CPC nº. 14, a empresa aprimorou a classificação dos instrumentos financeiros e sua mensuração a valor justo.
Estoques	Não apresenta divulgação.	Manteve critério anterior
Ajuste a Valor Presente	Não adotado.	Conforme Nota Explicativa a empresa afirma ter avaliado seus ativos e passivos à luz das orientações do CPC nº. 12, mas não identificou a necessidade de ajustá-los a valor presente.
Teste de Recuperabilidade	A prática já era adotada.	Manteve critério anterior
Participações Societárias	Adotava critérios de percentuais para coligação e conseqüente utilização do Método de Equivalência Patrimonial	Passou a adotar o critério da influência significativa para coligação e conseqüente utilização do Método de Equivalência Patrimonial
Participações nos lucros	Não adotado.	Manteve critério anterior

Fonte: dados da pesquisa, 2010.

APÊNDICE D – PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRÁS

Comparativo entre as informações contábeis divulgadas pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás antes e depois da atualização das Leis 11.638/07 e 11.941/09

Informação contábil atualizada	Antes das Leis 11.638/07 e 11.941/09	Depois das Leis 11.638/07 e 11.941/09
Tributação	Normal pelo Lucro Real previsto no RIR/99	Adoção do Regime Tributário de Transição - RTT
Demonstração do Fluxo de Caixa	Utilização da DOAR. DFC demonstrado em NE	Substituição da DOAR para a DFC
Demonstração do Valor Adicionado	Adotado apenas em NE	Adoção
Estrutura das contas patrimoniais	BR GAAP	IFRS
Resultados de Exercícios Futuros	Utilização	Exclusão e reclassificação para Receitas Diferidas
Ações em Tesouraria	Não apresenta divulgação	Não apresenta divulgação
Lucros Acumulados	Já adotava a prática de não cumulação de lucro em conta específica.	Manteve a prática de classificação em "reservas de lucro" bem como a destinação do mesmo
Ativo Diferido	Utilização para gastos pré-operacionais	Fará manutenção do saldo até total amortização
Ativo Intangível	Utilização para direitos e concessões, marcas e patentes, softwares etc.	O ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill") decorrente de aquisição de participação com controle (controladas e controladas em conjunto) passa a ser aqui apresentado.
Gastos com pesquisa e desenvolvimento	Já adotava a prática de não registrar pesquisas e desenvolvimento como ativo e sim como despesas	Manteve
Arrendamento Mercantil	Não utiliza a prática contábil de classificar no Imobilizado mas divulgava "como seria" tal classificação em NE	Passou a classificar como Imobilizado
Reservas de Capital	Utilização para Subvenções e Incentivos Fiscais	Manteve Subvenções no grupo até total utilização, mas reclassificado para Incentivos Fiscais IR
Reservas de Reavaliação	Normalmente constituída	Reversão de parte da reserva conforme NE para conta de Lucros/Prejuízos Acumulados.
Ajuste de Avaliação Patrimonial	Não adotado	Adotado para ajustes de títulos e valores mobiliários e ajustes acumulados de conversão

Instrumentos Financeiros	Avaliação a valor de mercado divulgado em NE	Valor justo mensurado e classificado contabilmente
Estoques	Já adotava critério de ajuste a valor de custo ou mercado, o que for menor; não evidenciava a utilização dos critérios de "custo de reposição" e ajuste a valor presente para longo prazo	Manteve critério anterior
Ajuste a Valor Presente	Divulgado que já pratica o valor presente para mensuração de financiamentos a longo prazo	Manteve o procedimento
Teste de Recuperabilidade	Afirmou já adotar	Aprimorou a prática.
Participações Societárias	Adotava critérios de percentuais para coligação e conseqüente utilização do Método de Equivalência Patrimonial	Passou a adotar o critério da influência significativa para coligação e conseqüente utilização do Método de Equivalência Patrimonial
Participações nos lucros	Já apresentava participações, mas não explicitou	Manteve

Fonte: dados da pesquisa, 2010.

APÊNDICE E – REFINARIA DE PETRÓLEOS MANGUINHOS S.A.

Comparativo entre as informações contábeis divulgadas pela Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A antes e depois da atualização das Leis 11.638/07 e 11.941/09

Informação contábil atualizada	Antes das Leis 11.638/07 e 11.941/09	Depois das Leis 11.638/07 e 11.941/09
Tributação	Normal pelo Lucro Real previsto no RIR/99	Não foram divulgados relatos de qualquer natureza quanto à opção pelo RTT. As divulgações que tangem questões tributárias relacionam que a empresa apresenta prejuízos.
Demonstração do Fluxo de Caixa	Utilização da DOAR. Não há evidências de utilização da DFC	Substituição da DOAR para a DFC
Demonstração do Valor Adicionado	Não adotado.	Adoção
Estrutura das contas patrimoniais	BR GAAP com sinais de atualização para IFRS.	Continuou com a mesma estrutura do exercício de 2007.
Resultados de Exercícios Futuros	A conta era contemplada no Balanço Patrimonial, mas não possuía valor.	A conta continuou sendo contemplada no Balanço Patrimonial, mas também sem possuir valor.
Ações em Tesouraria	Divulgadas em "Outras Reservas de Lucro" e detalhadas em Notas Explicativas.	Em ordem de convergência, aprimorou a estrutura e evidenciou explicitamente a conta "Ações em Tesouraria" no Balanço Patrimonial.
Lucros Acumulados	Apesar do prejuízo no período, sinalizou em Notas Explicativas que utilizaria a conta normalmente para cumulação de lucros, se estes existissem.	Manteve detalhamento em Notas Explicativas, mas como teve prejuízo, nada precisou fazer no sentido de tal prática contábil
Ativo Diferido	Normalmente contemplado no Balanço Patrimonial para a classificação de gastos pré-operacionais de projetos.	A conta continuou sendo contemplada na estrutura do Balanço Patrimonial, mas seus valores e saldos foram reclassificados. A empresa não apresenta evidências das contrapartidas destas reclassificações.

Ativo Intangível	Utilizado para a classificação de gastos com desenvolvimento de softwares.	A conta continuou sendo contemplada no Balanço Patrimonial, mas sem evidências dos detalhamentos de valores.
Gastos com pesquisa e desenvolvimento	Divulgou em Nota Explicativa que classificava desenvolvimento como ativo intangível. Não apresentou evidências de pesquisa.	Não apresentou evidências sobre pesquisas e desenvolvimentos para o período.
Arrendamento Mercantil	Não apresenta divulgação.	Não apresenta divulgação.
Reservas de Capital	Utilizada para registro de doações em forma de bens e espécie.	Manteve critério anterior
Reservas de Reavaliação	A conta era contemplada no Balanço Patrimonial, mas não possuía valor.	A conta continuou sendo contemplada no Balanço Patrimonial, mas também sem possuir valor.
Ajuste de Avaliação Patrimonial	Não adotado.	Passou a ser contemplado no Balanço Patrimonial um grupo de contas de ajustes de avaliação patrimonial a saber: Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários; Ajustes Acumulados de Conversão; Ajustes de Combinação de Negócios. Ainda assim, não foram utilizados.
Instrumentos Financeiros	Conforme Notas Explicativas, a avaliação é efetuada com aproximação a valor de mercado.	Manteve critério anterior não explicitando novas formas de mensuração.
Estoques	Conforme Nota Explicativa os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.	Manteve critério anterior
Ajuste a Valor Presente	Não adotado.	Conforme Nota Explicativa a empresa afirma ter avaliado seus ativos e passivos à luz das orientações do CPC n.º 12, mas não identificou a necessidade de ajustá-los a valor presente.
Teste de Recuperabilidade	Não adotado.	A Empresa identificou indicadores de perda de valor nas datas destas demonstrações contábeis na conta de imobilizado e realizou a contabilização da perda por <i>impairment</i> .
Participações Societárias	Adotava critérios de percentuais para coligação e conseqüente utilização do Método de Equivalência Patrimonial	Passou a adotar o critério da influência significativa para coligação e conseqüente utilização do Método de Equivalência Patrimonial
Participações nos lucros	Não adotado.	Manteve critério anterior

Fonte: dados da pesquisa, 2010.

ANEXO

ANEXO A – CIA. BRASIL ECODIESEL

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas da Cia. Brasil Ecodiesel

Balço Patrimonial em mil R\$

	31/12/2008	31/12/2007
Ativo Total	499.570	577.706
Ativo Circulante	130.386	242.805
Disponibilidades	1.049	298
Caixas e Bancos	1.049	298
Aplicações Financeiras	-	-
Créditos	28.490	13.304
Clientes	28.490	13.304
Créditos Diversos	-	-
Estoques	80.212	194.076
Outros	20.635	35.127
Adiantamentos Concedidos	8.760	8.791
Impostos a Recuperar	11.476	25.737
Créditos Diversos	207	150
Despesas Antecipadas	192	449
Ativo Não Circulante	369.184	334.901
Ativo Realizável a Longo Prazo	43.987	26.495
Créditos Diversos	11.454	25.168
Aplicações Financeiras	-	6.510
Clientes	11.454	18.658
Créditos com Pessoas Ligadas	-	-
Com Coligadas e Equiparadas	-	-
Com Controladas	-	-
Com Outras Pessoas Ligadas	-	-
Outros	32.533	1.327
Impostos a Recuperar	20.451	553
Depósitos Judiciais	214	489
Depósitos Garantias	104	97
Outros Créditos	181	188
Culturas Permanentes em Formação	11.583	-
Ativo Permanente	325.197	308.406
Investimentos	-	-
Participações Coligadas/Equiparadas	-	-
Participações em Controladas	-	-
Outros Investimentos	-	-
Imobilizado	250.892	247.642
Intangível	1.288	1.282
Diferido	73.017	59.482
Passivo Total	499.570	577.706
Passivo Circulante	150.153	190.783
Empréstimos e Financiamentos	82.191	141.245
Debêntures	-	-
Fornecedores	16.487	27.835
Impostos, Taxas e Contribuições	13.275	7.460
Obrigações Sociais	7.466	4.789
Obrigações Fiscais	5.809	2.671

Dividendos a Pagar	-	-
Provisões	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas	20.776	-
Outros	17.424	14.243
Contas a Pagar	320	10
Adiantamento de Clientes	14.376	14.233
Cessão de Uso	2.728	-
Passivo Não Circulante	245.067	85.473
Passivo Exigível a Longo Prazo	245.067	85.473
Empréstimos e Financiamentos	188.493	36.715
Debêntures	-	-
Provisões	1.485	337
Provisão para Contingências	1.485	337
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	-
Outros	55.089	48.421
Cessão de Direito e Uso	35.237	40.693
ICMS Diferido a Recoher	4.762	3.258
Receita Diferida de Incentivos Fiscais	15.090	4.470
Resultados de Exercícios Futuros	-	-
Part. de Acionistas Não Controladores	12	12
Patrimônio Líquido	104.338	301.438
Capital Social Realizado	388.957	388.957
Reservas de Capital	15	15
Reservas de Reavaliação	-	-
Ativos Próprios	-	-
Controladas/Coligadas e Equiparadas	-	-
Reservas de Lucro	-	-
Legal	-	-
Estatutária	-	-
Para Contingências	-	-
De Lucros a Realizar	-	-
Retenção de Lucros	-	-
Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	-	-
Outras Reservas de Lucro	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-	-
Ajustes Acumulados de Conversão	-	-
Ajustes de Combinação de Negócios	-	-
Lucros/Prejuízos Acumulados	(284.634)	(87.534)
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	-

Fonte: Bovespa, 2009.

Demonstração do Resultado do Exercício em mil R\$

	31/12/2008	31/12/2007
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	427.151	419.664
Deduções da Receita Bruta	(76.169)	(91.759)
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	350.982	327.905
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(380.995)	(340.409)

Resultado Bruto	(30.013)	(12.504)
Despesas/Receitas Operacionais	(167.087)	(33.476)
Com Vendas	-	-
Gerais e Administrativas	(44.318)	(40.132)
Financeiras	(59.478)	(5.106)
Receitas Financeiras	1.781	9.697
Despesas Financeiras	(61.259)	(14.803)
Despesas Financeiras	(56.765)	(14.801)
Variação Cambial Líquida	(4.494)	(2)
Outras Receitas Operacionais	-	17.207
Outras Despesas Operacionais	(63.291)	(5.445)
Outras Despesas Operacionais	(60.623)	-
Despesas Tributárias	(2.668)	(5.445)
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-
Resultado Operacional	(197.100)	(45.980)
Resultado Não Operacional	-	-
Receitas	-	-
Despesas	-	-
Resultado Antes Tributação/Participações	(197.100)	(45.980)
Provisão para IR e Contribuição Social	-	(4)
IR Diferido	-	-
Participações/Contribuições Estatutárias	-	-
Participações	-	-
Contribuições	-	-
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	-	-
Part. de Acionistas Não Controladores	-	3
Lucro/Prejuízo do Período	(197.100)	(45.981)

Fonte: Bovespa, 2009.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em mil R\$

	31/12/2008	31/12/2007
Caixa Líquido Atividades Operacionais	(40.709)	(154.011)
Caixa Gerado nas Operações	(49.923)	(16.407)
Prejuízo Líquido do Exercício	(197.100)	(45.981)
Provisão Para Devedores Duvidoso	22.709	-
Provisão p/Ajuste ao Vr. Mercado Estoque	41.728	-
Depreciação e Amortização	18.398	8.316
Perda na Alienação de Imobilizado	99	-
Baixa de Gastos com Pesq.e Desenvolv.	-	592
Encargos Fin e V.Cambial s/Fin. e Emprês	51.040	12.741
Cessão de Direito e Uso	(2.728)	-
Provisão Para Contingências	1.148	197
Parcela do ICMS Diferido a Recolher	3.993	3.258
Receitas Diferidas	10.114	4.470
Encargos Fin. S/ICMS e Receita Diferida	676	-
Variações nos Ativos e Passivos	9.214	(137.604)
Contas a Receber de Clientes	(30.691)	(20.295)
Estoque	52.775	(124.835)
Adiantamentos a Fornecedores	31	(2.119)

Impostos a Recuperar	(5.637)	(18.274)
Créditos Diversos	(57)	340
Depósitos Judiciais	275	(489)
Despesas Antecipadas	257	(438)
Outros Ativos	-	(103)
Fornecedores a pagar	(11.348)	10.921
Adiantamentos de Clientes	143	14.233
Salários e Encargos Sociais a pagar	2.677	2.945
Impostos, Taxas e Contribuições a pagar	3.138	1.274
Pagamento ICMS Diferido Rio G. do Sul	(2.659)	-
Outros Passivos	310	(764)
Outros	-	-
Caixa Líquido Atividades de Investimento	(21.000)	42.195
Títulos e Valores Mobiliários	6.510	202.956
Receita de Venda de Imobilizado	621	-
Aquisição de Imobilizado e Diferido	(28.131)	(160.761)
Caixa Líquido Atividades Financiamento	62.460	109.725
Captação de Financiamentos - Terceiros	420.597	182.649
Empresas Ligadas - AFACs.	-	-
Pagamento de Financiamentos	(358.137)	(72.924)
Aumento de Capital	-	-
Captação de Recursos - IPO	-	-
Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-	-
Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	751	(2.091)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	298	2.389
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.049	298

Fonte: Bovespa, 2009.

Notas Explicativas 2008

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 e em 3 de dezembro de 2008 foi emitida a Medida Provisória no 449 as quais modificam as disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404 de 1976. Adicionalmente, durante o ano de 2008, foram editados 13 pronunciamentos técnicos e uma orientação técnica pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As referidas legislações e normas contábeis estabelecem diversas alterações sobre a elaboração das demonstrações financeiras, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. As alterações introduzidas pelas legislações e normas mencionadas têm aplicação a partir de 2008 e as alterações que impactaram nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas empresas controladas estão abaixo relacionadas:

Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa;

Obrigatoriedade de elaboração da demonstração do valor adicionado para companhias abertas;

Obrigatoriedade de avaliação do grau de recuperação de ativos;

Eliminação da prática contábil de diferir gastos pré-operacionais a partir de 2009. Desta forma todos os gastos devem ser registrados, quando incorridos, no resultado do exercício. A Medida Provisória nº 449/08, em seu artigo 37, facultava que se a Companhia não conseguir alocar os saldos do diferido para o imobilizado ou intangível, pode mantê-lo no diferido e amortizá-lo pela vida útil remanescente, procedimento este adotado pela Companhia;

Revogação dos itens c) e d) do parágrafo 1º do Art. 182 da Lei 6404/76 que permitiam o registro de (i) prêmio recebido na emissão de debêntures e (ii) doações e subvenções para investimento diretamente como reservas de capital em conta de patrimônio líquido. Isso significa que as doações e as subvenções para investimento passarão a ser registradas no resultado do exercício. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante das doações e subvenções serão destinados, após transitarem pelo resultado, para reserva de incentivos fiscais;

Eliminação da apresentação em separado, na Demonstração do Resultado de Exercício, das receitas e despesas não operacionais, e a obrigatoriedade de apresentação como outras receitas e despesas operacionais.

Decorrente da alteração na forma de contabilização das doações e subvenções para investimento e da apropriação ao resultado dos gastos com pesquisa e desenvolvimento inicialmente registrados como ativo diferido, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram reapresentadas para fins de comparação, para adequá-las à NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

As principais práticas contábeis estão descritas na nota explicativa no 3.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Contas a receber de clientes - São registradas com base no preço de venda definido através de leilão público. O registro dos valores a receber, bem como da correspondente receita, é feito pelo regime de competência, na medida em que as vendas são efetuadas e os produtos são entregues aos clientes;

Estoques - São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção ou a valores de mercado, destes o menor;

Demais ativos circulantes e não circulantes - São apresentados ao valor de realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas;

Investimentos - Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial;

Imobilizado - É demonstrado ao custo de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear às taxas descritas na nota explicativa no 11;

Diferido - É demonstrado ao custo, deduzido da amortização acumulada, calculada pelo método linear à taxa anual de 10%, a partir do início normal das operações;

Empréstimos e financiamentos - São atualizados monetariamente pela variação monetária e pelos juros incorridos até a data do balanço, conforme os termos definidos contratualmente;

Passivos circulante e não circulante - São apresentados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço;

Incentivos fiscais - As receitas são apropriadas ao resultado quando todas as condições necessárias à efetivação do incentivo forem cumpridas, conforme descrito na nota explicativa no 4;

Provisão para imposto de renda - É constituída com base na legislação vigente, à alíquota de 15% sobre o lucro real, mais adicionais de 10% previstos em Lei pela Companhia e pelas empresas Ecotrans Transportes, Serviços e Locações de Equipamentos e Máquinas Ltda., Buriti Agrícola Ltda. e Crateús Algodoeira S.A. Para as demais empresas controladas é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro presumido, mais adicionais previstos em Lei;

Provisão para contribuição social - É constituída à alíquota de 9% do lucro real, conforme legislação em vigor pela Companhia e pelas empresas Ecotrans Transportes, Serviços e Locações de Equipamentos e Máquinas Ltda., Buriti Agrícola Ltda. e Crateús Algodoeira S.A. Para as demais empresas controladas é constituída à alíquota de 9% do lucro presumido, conforme legislação em vigor;

Apuração do resultado - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas na demonstração do resultado quando riscos significativos são transferidos ao comprador. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa quanto a sua realização;

Uso de estimativas - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia e das controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras, tais como: determinação de prazo de vida útil para depreciação do ativo imobilizado, amortização do diferido, prazos para realização de ativos não correntes e provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização, em período subsequente, podem diferir dessas estimativas;

Critérios de consolidação - As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e abrangem as demonstrações da Companhia e das seguintes controladas:

Estágio Atual

Buriti Agrícola Ltda. *	Pré-operacional
Bora Bora Agro-industrial Ltda.	Pré-operacional
Bonanza Agro-industrial Ltda.	Pré-operacional
Capão da Canoa Agro-industrial Ltda.	Pré-operacional
Crateús Algodoeira S.A.	Pré-operacional
Erebango Agro-industrial Ltda.	Pré-operacional
Ecotrans Transp., Serviços e Loc. de Equip. e Máq. Ltda.	Operacional
Gustávia Agro-industrial Ltda.	Pré-operacional

Jaicós Agrícola Ltda.	Pré-operacional
Mocuri Agrícola Ltda.	Pré-operacional
Montana Agro-industrial Ltda. *	Pré-operacional
Piatã Agrícola Ltda. *	Pré-operacional
Rede de Compras Intermediação de Negócios, Comércio de Produtos e Insumos Agrícolas Ltda.	Operacional

* Apesar de estarem em fase pré-operacional, apresentaram resultado devido à baixa de gastos com pesquisa e desenvolvimento registrados no ativo diferido.

As controladas da Companhia encontram-se sem atividades operacionais atualmente. A Companhia está tomando as providências necessárias para proceder a incorporação das controladas sem atividade operacional.

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos na proporção da participação do patrimônio líquido da controlada, assim como os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os lucros não realizados decorrentes de operações entre as empresas consolidadas.

APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Modalidade	Taxa	Controladora		Consolidado	
			31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Banco ABN AMRO S.A.	Referenciado DI	13,94% a.a.	-	6.510	-	6.510

Refere-se principalmente a aplicação financeira vinculada ao financiamento existente junto ao Banco ABN AMRO S.A., cujo vencimento estava previsto para outubro de 2010. O saldo foi resgatado em 19/08/2008 para amortização de parte do financiamento ao qual está vinculado.

CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/08	31/12/07 (Reapresentado)	31/12/08	31/12/07 (Reapresentado)
Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS	56.991	28.180	56.991	28.180
(-) Provisão para perdas multa PETROBRAS	(19.167)	-	(19.167)	-
Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP S/A	688	794	688	794
(-) Provisão para perdas multa REFAP S/A	(629)	-	(629)	-
Cooperativas de produtores rurais	1.198	1.181	1.198	1.181
Outros clientes	3.749	1.761	3.776	1.807
(-) Provisão para perdas outros	(2.913)	1.76-	(2.913)	1.76-
Total	39.917	31.916	39.944	31.962
Circulante	(28.463)	(13.258)	(28.490)	(13.304)
Não circulante (a)	11.454	18.658	11.454	18.658

(a) Refere-se a saldo de multas a receber, sem data de recebimento definida.

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
A vencer:				
Até 30 dias	24.326	1.948	24.326	1.948
Vencidos:				
Até 30 dias	1.855	4.275	1.855	4.275

De 31 a 90 dias	646	4.029	646	4.029
De 91 a 120 dias	341	21.664	341	21.710
Acima de 120 dias	12.749	-	12.776	-
Total	39.917	31.916	39.944	31.962

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Em 31 de dezembro 2008, existem valores a receber no montante de R\$ 11.454 mil da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, decorrente da cobrança de multas pela não retirada de biodiesel disponibilizado nas unidades da Companhia até 31 de março de 2008.

A Administração da Companhia vem envidando esforços no sentido de agilizar o recebimento desses valores, objeto da ação proposta contra a Petrobras.

ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Matéria-prima e insumos	73.747	73.093	80.680	75.752
Matéria-prima em poder de terceiros	9.982	29.700	9.982	29.700
Cultura agrícola em formação	11.583	25.748	13.293	32.215
Produtos em processo	4.110	3.476	4.110	3.476
Produtos acabados	15.673	28.173	15.711	28.211
(-) Ajuste ao valor de mercado - grãos de mamona	(26.713)	-	(34.491)	-
(-) Ajuste ao valor de mercado - grãos de girassol	(8.370)	-	(8.370)	-
Almoxarifado de manutenção	119	-	119	-
Adiantamentos a fornecedores de matéria-prima	6.433	21.471	10.761	24.722
Total	86.564	181.661	91.795	194.076
Circulante	(74.981)	(181.661)	(80.212)	(194.076)
Não circulante	11.583	-	11.583	-

Matéria-prima e insumos

Refere-se ao estoque de sementes de feijão, mamona, girassol, pinhão manso, adubos e fertilizantes a serem utilizados nas unidades agrícolas das controladas, como também para serem distribuídos entre os parceiros agrícolas para a produção de mamona, girassol e pinhão manso, grãos de mamona a serem esmagados ou comercializados e óleos vegetais, metanol e outros produtos auxiliares para a produção de biocombustível.

Matéria-prima em poder de terceiros

Refere-se a óleo de soja adquirido para transformação em biodiesel, mas ainda não entregue nas unidades da Companhia, armazenados nos fornecedores ou no Porto de Itaqui, no Maranhão, a ser transferido para as unidades industriais.

Cultura agrícola em formação

Refere-se aos gastos efetuados com o preparo da terra (calagem, gradagem, calcareamento, etc.) e insumos necessários ao cultivo e manutenção das culturas da mamona, girassol e pinhão manso. A baixa desses gastos ocorre quando da colheita das lavouras e são incorporados à conta de estoque de grãos. Considerando que os volumes efetivamente colhidos ficaram abaixo do esperado devido à quebra de safra, desvio de produção e outros intempéries agrícolas, a Administração da Companhia realizou no exercício de 2008 a constituição dos novos estoques de grãos e os devidos ajustes a Preço de Mercado.

Os valores de cultura agrícola em formação apresentados no ativo não circulante referem-se a gastos com a cultura do pinhão manso, cuja expectativa é que o pico de produção seja atingido 4 anos após o plantio.

Produtos em processo

Refere-se ao biodiesel em processo nas unidades de produção de biodiesel.

Produtos acabados

Refere-se ao estoque de biodiesel armazenado nas unidades industriais de produção de biodiesel ou em tancagens de terceiros, a ser fornecido basicamente à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e à Refinaria Alberto Pasqualini - RE-FAP S/A, e a volumes de glicerina armazenados nas unidades industriais e em tancagens de terceiros.

Ajustes ao valor de mercado

Devido principalmente ao fator climático da seca no exercício de 2007 e 2008, a quantidade de grãos colhidos das safras de 2007 e 2008 foi menor que a esperada. Com isso, o custo unitário do grão ficou superior ao seu valor de mercado, então, foi constituída uma provisão, com o objetivo de reduzir o custo contábil ao valor de mercado dos grãos colhidos. Com a venda de parte dos estoques de mamona no terceiro e quarto trimestre de 2008, parte dessa provisão foi realizada.

Adiantamentos a fornecedores de matéria-prima

Refere-se a adiantamentos financeiros destinados à compra de óleos vegetais para a produção de biocombustível, de sementes de mamona, de feijão e de girassol, a serem distribuídos e/ou plantados nas áreas exploradas pela Companhia e suas controladas, além de adiantamentos efetuados a parceiros rurais, a serem regularizados quando do efetivo recebimento dos grãos na unidade de esmagamento.

ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (CONTROLADORA)

	Controladora	
	31/12/08	31/12/07
Bonanza Agro-industrial Ltda.	-	11
Bora Bora Agro-industrial Ltda.	-	58
Buriti Agrícola Ltda.	3.489	45.458
Capão da Canoa Agro-industrial Ltda.	145	145
Crateús Algodoeira S.A.	2.971	2.354
Erebango Agro-industrial Ltda.	800	800
Ecotrans Transporte, Serviços e Locação de Equipamentos e Máquinas Ltda.	289	5.764
Gustávia Agro-industrial Ltda.	501	500
Jaicós Agrícola Ltda.	-	22
Montana Agro-industrial Ltda.	117	117
Mocuri Agrícola Ltda.	171	1.614
Piatã Agrícola Ltda.	12	1.779
Rede de Compras Interm. de Neg., Com. de Prod. e Insumos Agrícolas Ltda.	3	3.527
Total	8.498	62.149

Referem-se a recursos financeiros destinados ao pagamento de gastos das empresas controladas, para posterior aumento de capital/investimento nas controladas.

Não há prazo determinado para a capitalização desses adiantamentos, bem como não incidem encargos financeiros sobre os mesmos. Durante o ano de 2008, foram feitas diversas capitalizações nas controladas, convertendo os A-FACs em Investimento, conforme tabela abaixo:

Controlada	Valor	Data da capitalização
Buriti Agrícola Ltda.	47.136	30/12/2008
Ecotrans Transporte, Serviços e Locação de Equipamentos e Máquinas Ltda	5.828	01/11/2008
Jaicós Agrícola Ltda.	23	01/11/2008
Mocuri Agrícola Ltda.	1.680	01/11/2008
Piatã Agrícola Ltda.	1.787	01/11/2008
Rede de Compras Interm. de Neg., Com. de Prod. e Insumos Agrícolas Ltda.	3.541	01/11/2008
Bonanza Agro-industrial Ltda.	11	01/11/2008
Bora Bora Agro-industrial Ltda.	58	30/12/2008

INVESTIMENTOS (CONTROLADORA)

Controladora
31/12/08 31/12/07

		(Reapresenta- do)
Buriti Agrícola Ltda.	47.197	76
Bonanza Agro-industrial Ltda.	103	91
Bora Bora Agro-industrial Ltda.	157	99
Capão da Canoa Agro-industrial Ltda.	99	99
Crateús Algodoeira S.A.	1.860	1.860
Erebango Agro-industrial Ltda.	99	99
Gustávia Agro-industrial Ltda.	99	99
Jaicós Agrícola Ltda.	121	99
Mocuri Agrícola Ltda.	1.779	99
Piatã Agrícola Ltda.	1.705	-
Ecotrans Transporte, Serviços e Locação de Equipamentos e Máquinas Ltda.	2.551	-
Rede de Compras Intermediação de Negócio e Comércio de Produtos e Insumos Agrícolas Ltda.	3.147	-
Montana Agro-industrial Ltda.	97	97
Total	59.014	2.718

A participação societária da Companhia no capital das empresas controladas é a seguinte:

	31/12/08 Patrimônio líquido	% de participação	31/12/07 Patrimônio líquido (Reapresenta- do)	% de participação
Buriti Agrícola Ltda.	47.198	99,9979	77	99,00
Bonanza Agro-industrial Ltda.	103	100,0000	91	100,00
Bora Bora Agro-industrial Ltda.	157	100,0000	99	100,00
Capão da Canoa Agro-industrial Ltda.	99	100,0000	99	100,00
Crateús Algodoeira S.A.	1.870	99,4800	1.870	99,48
Erebango Agro-industrial Ltda.	99	100,0000	99	100,00
Gustávia Agro-industrial Ltda.	99	100,0000	99	100,00
Jaicós Agrícola Ltda.	121	99,1851	100	99,00
Mocuri Agrícola Ltda.	1.779	99,9438	100	99,00
Piatã Agrícola Ltda.	1.705	99,9470	(82)	99,00
Montana Agro-industrial Ltda.	97	100,0000	97	100,00
Ecotrans Transporte, Serviços e Locação de Equipamentos e Máquinas Ltda. *	2.552	99,9831	(2.456)	99,90
Rede de Compras Intermediação de Negócio e Comércio de Produtos e Insumos Agrícolas Ltda.	3.147	99,9725	(162)	99,00

* Patrimônio líquido ajustado pelo montante de lucros não realizados.

IMOBILIZADO

Controladora

31/12/08		31/12/07	
Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
			Taxa anual de depreciação

				(Reapresentado)	%
Fazendas	11.028	-	11.028	11.021	-
Edificações – usinas	38.458	(2.371)	36.087	34.147	4
Edificações – Fazendas	134	(5)	129	-	4
Instalações industriais – usinas	141.911	(21.680)	120.231	114.302	10
Esmagadora	57.135	-	57.135	-	10
Máquinas e equipamentos	1.435	(189)	1.246	726	10
Móveis e utensílios	1.347	(250)	1.097	1.091	10
Implementos agrícolas	1.425	(237)	1.188	990	10
Veículos	3.499	(390)	3.109	499	34 (a)
Computadores e periféricos	756	(287)	469	547	20
Sistema de comunicação	38	(11)	27	31	10
Benfeitorias - obras civis	43	-	43	-	-
Imobilizações em andamento	7.391	-	7.391	52.620	-
Adiantamentos para inversões fixas	-	-	-	12.614	-
Juros sobre imobilizações em andamento	-	-	-	5.225	-
Total imobilizado	264.600	(25.420)	239.180	233.813	
Intangível	1.444	(156)	1.288	1.282	20

(a) Taxa de depreciação ponderada

Imobilizações em andamento

	Controladora		Consolidado		Taxa anual de depreciação
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07	
Esmagadoras – São Luís Gonzaga	-	14.330	-	14.330	
Esmagadora – Tocantins	7.391	5.895	7.391	5.895	
Esmagadora – Iraquara	-	32.281	-	32.281	
Outros	-	114	-	114	
	7.391	52.620	7.391	52.620	

	Consolidado			Líquido	Taxa anual de depreciação
	31/12/08	Depreciação acumulada	Líquido		
Fazendas	11.032	-	11.032	11.025	-
Edificações – usinas	39.562	(2.600)	36.962	35.065	4
Edificações – Fazendas	643	(32)	611	206	4
	141.919	(21.682)	120.23	114.395	
Instalações industriais – usinas			7		10
Esmagadora	57.135	-	57.135	-	10
Máquinas e equipamentos	4.334	(1.396)	2.938	2.706	10
Móveis e utensílios	1.524	(346)	1.178	1.175	10
Implementos agrícolas	3.062	(889)	2.173	2.139	10
Ferramentas	582	(268)	314	372	10
Veículos	7.413	(4.315)	3.098	881	34 (a)
Computadores e periféricos	791	(316)	475	561	20

Sistema de comunicação	57	(19)	38	42	10
Benfeitorias - obras civis	43	-	43	-	10
Núcleo de Produção Santa Clara – NPSC	11.034	(3.960)	7.074	8.423	10
Adiantamentos para inversões fixas	193	-	193	12.807	-
Imobilizações em andamento	7.391	-	7.391	52.620	-
Juros sobre imobilizações em andamento	-	-	-	5.225	-
Total	286.715	(35.823)	250.892	247.642	-
Intangível	1.444	(156)	1.288	1.282	10

Taxa de depreciação ponderada

DIFERIDO

Controladora

	31/12/08	Amortização acumulada	Líquido	31/12/07
	Custo		Líquido	Líquido
Despesas administrativas	24.507	(3.824)	20.683	21.077
Despesas tributárias	130	(38)	92	105
Resultado financeiro	69	(22)	47	54
Outros	293	(8)	285	288
Total	24.999	(3.892)	21.107	21.524

Consolidado

	31/12/08	Amortização acumulada	Líquido	31/12/07
	Custo		Líquido	Líquido
Despesas administrativas	72.888	(4.019)	68.869	55.548
Despesas tributárias	430	(39)	391	232
Resultado financeiro	1.253	(23)	1.230	1.047
Parceria agrícola	1.875	(20)	1.855	2.339
Outros	680	(8)	672	316
Total	77.126	(4.109)	73.017	59.482

Despesas administrativas

Referem-se a diversos gastos (salários, encargos sociais, depreciações de bens, serviços prestados, etc.) ocorridos na Companhia e em suas empresas controladas (mencionadas na nota explicativa no 10), durante o período em que as mesmas se encontram em fase pré-operacional.

A Administração da Companhia decidiu optar pela permissão da Medida Provisória no 449, de 3 de dezembro de 2008, mantendo assim o saldo de diferido em 31 de dezembro de 2008 até sua completa amortização.

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Refere-se ao saldo do pagamento antecipado efetuado em 07 de dezembro de 2007 pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, para a retirada de biodiesel.

OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
INSS	3.281	876	3.309	894
FGTS	499	234	527	252
Salários a pagar	3	7	3	24
Provisões e encargos	3.432	3.165	3.573	3.345
Outras obrigações	47	272	54	274
Total	7.262	4.554	7.466	4.789

OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
PIS	-	-	168	149
COFINS	-	-	748	680
ISS	14	13	227	129
INSS retido	59	60	62	61
ICMS	4.274	1.195	4.274	1.195
PIS/COFINS/CSLL	21	-	21	-
IRRF	291	439	309	457
Total	4.659	1.707	5.809	2.671

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Refere-se à provisão para fazer face às ações trabalhistas movidas por ex-empregados, ações cíveis e ações administrativas lavradas contra a Companhia, determinadas com orientação de seus assessores jurídicos.

A Companhia havia registrado provisão no valor de R\$ 2.246, no terceiro trimestre de 2008 reverteu R\$ 892 e no quarto trimestre de 2008 registrou uma provisão no valor de R\$ 131, possuindo atualmente R\$ 1.485 provisionados. A reversão ocorreu devido à mudança no perfil dos processos, considerando que muitas causas anteriormente classificadas como prováveis encontram-se em sede recursal e muitos dos pedidos não foram acatados, tornando as mesmas possíveis ou prováveis com valor inferior. Adicionalmente, processos de alto valor se findaram e os novos são majoritariamente de valores baixos.

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia realiza operações e negócios com partes relacionadas no curso normal de suas atividades, de acordo com as condições determinadas entre as partes.

As principais transações com partes relacionadas são:

	Controladora	
	31/12/08	31/12/07
Adiantamentos para futuro aumento de capital (a)	8.498	62.149
Nelson José Cortês da Silveira (b)	20.776	-

Conforme detalhado na nota explicativa no 9.

Conforme detalhado na nota explicativa no 14.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital estão contabilizados no ativo não circulante realizável a longo prazo. O mútuo com o acionista Nelson José Cortês da Silveira está contabilizado no passivo circulante, como “mútuo com acionista”, e foram registrados no resultado R\$ 2.129 de juros em 2008.

CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, o capital social é de R\$ 388.957, representado por 126.311 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	31/12/08		31/12/07	
	Ações	%	Ações	%
Eco Green Solutions LLC	-	-	43.578	34,50
Zartman Services LLC	24.976	19,77	24.976	19,77
Boardlock Holdings LLC	12.000	9,50	-	-
Nelson José Côrtes da Silveira	12.316	9,75	12.316	9,75
Carleton Towers LLC	13.864	10,98	-	-
Silvio Tini de Araújo	18.874	14,94	-	-
Demais acionistas	44.281	35,06	45.441	35,98
Total	126.311	100,00	126.311	100,00

O capital autorizado da Companhia é de R\$ 1.200.000.

A Companhia poderá aumentar seu capital social até o limite do capital autorizado mediante a emissão de novas ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, independentemente de reforma estatutária. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será o órgão competente para deliberar sobre o aumento de capital mediante emissão de ações, sendo o aumento com integralização em bens submetido à deliberação da Assembléia Geral.

As ações de emissão da Companhia são exclusivamente ordinárias e têm a forma nominativa, escritural e sem valor nominal.

Fica assegurado aos acionistas, na proporção das ações de que forem titulares, direito de preferência para subscrição de aumentos de capital.

Do resultado líquido do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, o lucro líquido terá a seguinte destinação:

5% serão aplicados na constituição de Reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social;

25% do lucro líquido de cada exercício será distribuído como dividendos obrigatórios, nos termos do artigo 202, da Lei 6.404/76;

Caso, após as deduções previstas acima, ainda haja saldo, o mesmo ficará à disposição da Assembléia para destinação.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O valor de mercado das disponibilidades (caixa, bancos e aplicações financeiras), o saldo a receber de clientes e o passivo circulante aproximam-se do saldo contábil, em razão do vencimento ocorrer em data próxima à do balanço. O saldo dos financiamentos é atualizado monetariamente com base em índices de inflação e juros variáveis em virtude das condições de mercado e, portanto, o saldo devedor existente na data do balanço está próximo ao valor de mercado.

Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos.

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 não havia contratos de derivativos financeiros em aberto.

Os principais riscos aos quais a Companhia está exposta são os seguintes:

Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais. O saldo das contas a receber está distribuído conforme detalhado na nota explicativa no 6, sendo aproximadamente 95% das suas vendas de biodiesel, destinadas a Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras. A Administração da Companhia monitora o risco do saldo a receber de clientes, quando aplicável, mediante o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre suas obrigações financeiras de curto e longo prazo.

Mercado futuro de commodities agrícolas

A principal matéria prima da Companhia é o óleo de soja, cujo preço é influenciado pela Bolsa de Mercadorias de Chicago (Chicago Board of Trade). A Companhia está exposta a riscos de oscilação nas cotações do óleo de soja e não utiliza atualmente instrumentos derivativos para mitigar tais riscos, sendo as cotações fixadas periodicamente diretamente com os fornecedores com os quais possui contrato.

Taxa de câmbio

A Companhia está exposta a riscos de oscilação nas taxas de câmbio devido à vinculação do custo dos óleos vegetais ao dólar americano. Adicionalmente, a Companhia possui parte de seu endividamento vinculado à variação da moeda norte-americana.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os honorários dos administradores foram fixados pela Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de abril de 2008, no montante global anual de até R\$ 3.284 para a Diretoria, R\$ 1.000 para Conselheiros da Administração e R\$ 216 para o Conselho Fiscal, totalizando R\$ 4.500. Desse total, R\$ 3.327 (2007 - R\$ 3.956) foram apropriados em despesas gerais e administrativas durante o exercício de 2008.

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/08	31/12/07 (Reapresentado)	31/12/08	31/12/07 (Reapresentado)
Multas a receber	18.037	17.366	18.037	17.366
Cessão de direito de uso	2.728	227	2.728	227
Provisão para perdas no recebimento de multas	(19.796)	-	(19.796)	-
Provisão para ajuste a valor de mercado de grãos	(41.728)	-	(41.728)	-
Provisão para devedores duvidosos	(2.913)	-	(2.913)	-
Custo da ociosidade	(17.846)	-	(17.846)	-
Outras	912	2	895	(386)
Total	(60.606)	17.595	(60.623)	17.207

No exercício de 2008, a Companhia registrou nesse grupo de contas, o montante de R\$ 18.037 referente à emissão de notas de débito contra a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS e REFAP, decorrentes da não retirada de biodiesel disponibilizado nas unidades industriais da Companhia no período de abril a junho de 2008, nos termos dos contratos de compra e venda de biodiesel dos 6º, 7º e 100 leilões firmados entre as partes.

No exercício de 2008, a Companhia registrou uma provisão para perdas no valor de R\$ 19.796, referente a multas decorrentes da não retirada de biodiesel, registradas pela Brasil Ecodiesel, mas não reconhecidas como devidas pela PETROBRAS e REFAP.

Conforme mencionado na nota explicativa nos 6 e 7, a Companhia registrou no exercício provisão para ajuste a valor de mercado do saldo de grãos de mamona e girassol, no valor de R\$ 41.728, e provisão para devedores duvidosos referente a clientes diversos no valor de R\$ 2.913.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Como a Companhia apresenta histórico de prejuízos acumulados, não há saldos a serem apurados de tributos incidentes sobre o resultado. Até 31 de dezembro de 2008, a Companhia apresenta saldo de prejuízos fiscais acumulados no valor de R\$ 267.842. Para os prejuízos fiscais não foi constituído saldo de impostos diferidos, por não haver histórico de rentabilidade e, dadas as condições do mercado e a ausência de base histórica de lucratividade, fica prejudicada a determinação da capacidade de geração de benefícios futuros em bases confiáveis para suportar o registro de impostos diferidos ativos, conforme exigido pela Instrução CVM no 371, de 27 de junho de 2002.

COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas mantêm cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os ajustes identificados em 2008 relacionados a 2007 referem-se à mudança na prática de contabilização das doações e subvenções para investimento e da apropriação ao resultado dos gastos com pesquisa e desenvolvimento inicialmente registrados como ativo diferido, conforme abaixo:

	Valor
Incentivo fiscal ICMS	7.728
Baixa de gastos com pesquisa e desenvolvimento	385
Equivalência patrimonial (*)	207
Total	8.320

(*)Decorrente da baixa de gastos com pesquisa e desenvolvimento nas controladas.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 27 de fevereiro de 2009, a Companhia participou do Pregão Eletrônico no 09/09 – ANP (13o Leilão de Biodiesel), tendo sido vencedora na quantidade total de 42,2 mil metros cúbicos, para entrega no segundo trimestre de 2009, ao preço médio de R\$ 2.234,77.

Notas Explicativas 2007

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pronunciamentos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As principais práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Aplicações financeiras - São registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, reduzidas, quando aplicável, ao valor de mercado por provisão para desvalorização;

Contas a receber de clientes - São registradas com base no preço de venda definido através de leilão público. O registro dos valores a receber, bem como da correspondente receita, é feito pelo regime de competência, à medida que as vendas são efetuadas;

Estoques - São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior ao valor de mercado;

Demais ativos circulantes e não circulantes - São apresentados ao valor de realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas;

Investimentos – Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial;

Imobilizado - É demonstrado ao custo de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear às taxas descritas na nota explicativa nº 11;

Diferido - É demonstrado ao custo, deduzido da amortização acumulada, calculada pelo método linear à taxa anual de 10%, a partir do início normal das operações;

Empréstimos e financiamentos - São atualizados pela variação monetária e pelos juros incorridos até a data do balanço, conforme os termos definidos contratualmente;

Passivos circulante e não circulante - São apresentados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço;

Provisão para imposto de renda - É constituída com base na legislação vigente, à alíquota de 15% sobre o lucro real, mais adicionais de 10% previstos em Lei pela Companhia e pelas empresas Ecotrans Transportes, Serviços e Locações de Equipamentos e Máquinas Ltda., Buriti Agrícola Ltda. e Crateús Algodoeira S.A. Para as demais empresas consolidadas é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro presumido, mais adicionais previstos em Lei;

Provisão para contribuição social - É constituída à alíquota de 9% do lucro real, conforme legislação em vigor pela Companhia e pelas empresas Ecotrans Transportes, Serviços e Locações de Equipamentos e Máquinas Ltda., Buriti Agrícola Ltda. e Crateús Algodoeira S.A. Para as demais empresas consolidadas é constituída à alíquota de 9% do lucro presumido, conforme legislação em vigor;

Receitas e despesas - As receitas e despesas são apropriadas ao resultado pelo regime de competência;

Uso de estimativas - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia e das controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras, tais como: determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado, amortização do diferido e provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras.. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização, em período subsequente, podem diferir dessas estimativas

Crítérios de consolidação - As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e abrangem as demonstrações da Companhia e das seguintes controladas:

	Estágio Atual
Buriti Agrícola Ltda.	Pré-operacional
Bora Bora Agro-industrial Ltda.	Pré-operacional
Bonanza Agro-industrial Ltda.	Pré-operacional
Capão da Canoa Agro-industrial Ltda.	Pré-operacional
Crateús Algodoeira S.A.	Pré-operacional
Erebangó Agro-industrial Ltda.	Pré-operacional
Ecotrans Transp., Serviços e Loc. de Equip. e Máq. Ltda.	Operacional
Gustávia Agro-industrial Ltda.	Pré-operacional
Jaicós Agrícola Ltda.	Pré-operacional
Mocuri Agrícola Ltda.	Pré-operacional
Montana Agro-industrial Ltda.	Pré-operacional
Piatã Agrícola Ltda.	Pré-operacional
Rede de Compras Intermediação de Negócios, Comércio de Produtos e Insumos Agrícolas Ltda.	Operacional

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos na proporção da participação do patrimônio líquido da controlada, assim como os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os lucros não realizados decorrentes de operações entre as empresas consolidadas.

APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Modalidade	Tipo	Controladora		Consolidado	
			31/12/07	31/12/06	31/12/07	30/12/06
Banco Fibra S.A.	CDB/RDB	100% CDI	-	20.210	-	20.210
Banco ABN AMRO S.A.	Renda – fixa	96% CDI	6.510	59.139	6.510	59.139
Unibanco S/A	CI – renda fixa	100% CDI	-	40.480	-	40.480
Itaú S/A	Renda - fixa	100% CDI	-	80.778	-	80.778
Bradesco S.A.	Renda – fixa	66,34% títulos públicos e 33,66% títulos privados e bancários	-	8.859	1	8.859
Total			6.510	209.466	6.511	209.466
Circulante			-	(209.466)	(1)	(209.466)
Longo prazo (a)			6.510	-	6.510	-

(a) Aplicação financeira vinculada ao financiamento existente junto ao Banco ABN AMRO S.A., cujo vencimento está previsto para outubro de 2010.

CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06
Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS	28.180	10.053	28.180	10.053
Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP S/A	794	834	794	834
Cooperativas de produtores rurais	1.181	-	1.181	-
Outros clientes	1.761	521	1.807	780
Total	31.916	11.408	31.962	11.667

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06
A vencer:				
Até 30 dias	1.948	10.827	1.948	10.827
Vencidos:				
Até 30 dias	4.275	60	4.275	60
De 31 a 90 dias	4.029	-	4.029	-
De 91 a 120 dias	21.664	521	21.710	780
Total	31.916	11.408	31.962	11.667

ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06
Matéria-prima e insumos	73.093	15.757	75.752	16.527
Matéria-prima em poder de terceiros	29.700	14.851	29.700	15.177
Cultura agrícola em formação	25.748	4.916	32.215	10.262
Produtos em processo	3.476	-	3.476	-
Produtos acabados	28.173	9.178	28.211	9.186
Adiantamentos a fornecedores de matéria-prima	21.471	14.555	24.722	18.089
Total	181.661	59.257	194.076	69.241

Matéria-prima e insumos

Refere-se ao estoque de sementes de feijão, mamona, girassol, pinhão manso, adubos e fertilizantes a serem utilizados nas unidades agrícolas das controladas para serem distribuídos entre os parceiros agrícolas para a produção de mamonas, girassóis e pinhão manso, e óleos vegetais, metanol e outros produtos auxiliares para a produção de bio-combustível.

Matéria-prima em poder de terceiros

Refere-se a óleo de soja armazenado no Porto de Suape, em Pernambuco, Porto de Aratu, na Bahia e Porto de Itaqui, no Maranhão, a serem transferidos para as unidades industriais da Companhia.

Cultura agrícola em formação

Refere-se aos gastos efetuados com o preparo da terra (calagem, gradagem, calcareamento, etc.) e insumos necessários ao cultivo e manutenção das culturas da mamona e pinhão manso. A baixa desses gastos ocorre quando da colheita das lavouras.

Produtos em processo

Refere-se ao biodiesel em processo nas unidades de produção de biodiesel.

Produtos acabados

Refere-se ao estoque de biodiesel armazenado nas unidades industriais de produção de biodiesel, a ser fornecido basicamente à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e à Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP S/A.

Adiantamentos a fornecedores de matéria-prima

Refere-se a adiantamentos financeiros destinados a compra de óleos vegetais para a produção de biocombustível, de sementes de mamona, feijão e girassol, a serem distribuídos e/ou plantados nas áreas exploradas pela Companhia e suas controladas, além de adiantamentos efetuados a parceiros rurais, a serem regularizados quando do fornecimento dos grãos de mamona no momento da colheita.

ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (CONTROLADORA)

	Controladora	
	31/12/07	31/12/06
Bonanza Agro-industrial Ltda.	11	11
Bora Bora Agro-industrial Ltda.	58	58
Buriti Agrícola Ltda.	45.458	37.251
Capão da Canoa Agro-industrial Ltda.	145	145
Crateús Algodoeira S.A.	2.354	2.133
Erebango Agro-industrial Ltda.	800	800
Ecotrans Transporte, Serviços e Locação de Equipamentos e Máquinas Ltda.	5.764	5.136
Gustávia Agro-industrial Ltda.	500	500
Jaicós Agrícola Ltda.	22	22
Montana Agro-industrial Ltda.	117	117
Mocuri Agrícola Ltda.	1.614	1.325
Piatã Agrícola Ltda.	1.779	1.629
Rede de Compras Interm. de Neg., Com. de Prod. e Insumos Agrícolas Ltda.	3.527	3.364
Total	62.149	52.491

Referem-se a recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas das empresas controladas, para posterior aumento de capital.

Não há prazo determinado para a capitalização desses adiantamentos, bem como não incidem encargos financeiros sobre os mesmos.

INVESTIMENTOS (CONTROLADORA)

	Controladora	
	31/12/07	31/12/06
Buriti Agrícola Ltda.	99	99
Bonanza Agro-industrial Ltda.	92	92
Bora Bora Agro-industrial Ltda.	99	99
Capão da Canoa Agro-industrial Ltda.	99	99
Crateús Algodoeira S.A.	1.860	1.860
Erebango Agro-industrial Ltda.	99	99
Gustávia Agro-industrial Ltda.	99	99
Jaicós Agrícola Ltda.	99	99
Mocuri Agrícola Ltda.	99	99
Piatã Agrícola Ltda.	99	99
Ecotrans Transporte, Serviços e Locação de Equipamentos e Máquinas Ltda.	-	-
Rede de Compras Intermediação de Negócio e Comércio de Produtos e Insumos Agrícolas Ltda.	-	99
Montana Agro-industrial Ltda.	99	99
Total	2.843	2.942

A participação societária da Companhia no capital social das empresas controladas era a seguinte:

Patrimônio líquido	% de participação
31/12/07	31/12/07

Buriti Agrícola Ltda.	100	99,00
Bonanza Agro-industrial Ltda.	92	100,00
Bora Bora Agro-industrial Ltda.	99	100,00
Capão da Canoa Agro-industrial Ltda.	99	100,00
Crateús Algodoeira S.A.	1.870	99,48
Erebango Agro-industrial Ltda.	99	100,00
Gustavia Agro-industrial Ltda.	99	100,00
Jaicós Agrícola Ltda.	100	99,00
Mocuri Agrícola Ltda.	100	99,00
Piatã Agrícola Ltda.	100	99,00
Montana Agro-industrial Ltda.	99	100,00
Ecotrans Transporte, Serviços e Locação de Equip. e Máquinas Ltda.	(499)	99,90
Rede de Compras Intermediação de Negócio e Comércio de Produtos e Insumos Agrícolas Ltda.	(162)	99,00

Movimentação dos investimentos na controladora (empresas em operação)
Ecotrans Transporte, Serviços e Locação de Equipamentos e Máquinas Ltda.

	31/12/07	31/12/06
Saldo anterior	(2.166)	(2.314)
Equivalência patrimonial	(581)	148
Transferido para o diferido	290	-
Provisão para perda em investimentos (passivo)	2.457	(2.166)
Saldo atual	-	-

Prejuízo líquido do exercício (605) (203)

Rede de Compras Intermediação de Negócio e Comércio de Produtos e Insumos Agrícolas Ltda.
31/12/07 31/12/06

Saldo anterior	99	99
Equivalência patrimonial	(259)	-
Provisão para perda em investimentos (passivo)	160	-
Saldo atual	-	99

Prejuízo líquido do exercício (261) -

IMOBILIZADO

Controladora

	31/12/07			31/12/06	Taxa anual de depreciação %
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Fazendas	11.021	-	11.021	5.097	-
Edificações - usinas	35.043	(896)	34.147	8.804	4
Instalações industriais - usinas	122.666	(8.380)	114.286	38.672	10
Máquinas e equipamentos	784	(58)	726	393	10
Móveis e utensílios	1.211	(120)	1.091	355	10
Implementos agrícolas	1.087	(97)	990	392	10
Veículos	710	(211)	499	81	34 (a)
Computadores e periféricos	687	(140)	547	253	20
Sistema de processamento de dados	263	(98)	165	151	20

Sistema de comunicação	38	(7)	31	26	10
Imobilizações em andamento	52.620	-	52.620	29.054	-
Adiantamentos para inversões fixas	12.614	-	12.614	20.323	-
Juros sobre imobilizações em andamento	5.225	-	5.225	2.327	-
Total imobilizado	243.969	(10.007)	233.962	105.928	-
Intangível	1.117	-	1.117	26	-
(a) Taxa de depreciação ponderada					

Imobilizações em andamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06
Construção em andamento – Usinas	-	3.631	-	3.631
Instalações industriais em andamento	-	13.423	-	13.423
Esmagadoras – São Luís Gonzaga	14.330	12.000	14.330	12.000
Esmagadora – Tocantins	5.895	-	5.895	-
Esmagadora – Iraquara	32.281	-	32.281	-
Outros	114	-	114	-
	52.620	29.054	52.620	29.054

Consolidado

	31/12/07		31/12/06		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
				Taxa anual de depreciação %	
Fazendas	11.021	-	11.021	5.101	-
Terrenos	4	-	4	-	-
Edificações – usinas	36.146	(1.081)	35.065	9.768	4
Instalações industriais – usinas	122.675	(8.381)	114.294	38.680	10
Máquinas e equipamentos	3.681	(975)	2.706	2.650	10
Móveis e utensílios	1.380	(205)	1.175	437	10
Implementos agrícolas	2.724	(585)	2.139	1.612	10
Ferramentas	582	(210)	372	428	10
Veículos	4.624	(3.743)	881	945	34 (a)
Computadores e periféricos	723	(162)	561	274	20
Sistema de processamento de dados	263	(98)	165	151	20
Benfeitorias - obras civis	225	(19)	206	187	10
Núcleo de Produção Santa Clara – NPSC	9.115	(2.835)	6.280	7.390	10
Sistema de comunicação	55	(13)	42	39	10
Adiantamentos para inversões fixas	12.807	-	12.807	20.516	-
Imobilizações em andamento	52.620	-	52.620	29.054	-
Juros sobre imobilizações em andamento	5.225	-	5.225	2.327	-
Total	263.870	(18.307)	245.563	119.559	-
	1.117	-		26	-
Intangível			1.117		-
Taxa de depreciação ponderada					

DIFERIDO

Controladora

	31/12/07			31/12/06
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Licenças ambientais	20	(4)	16	18
Despesas administrativas	22.591	(1.514)	21.077	4.436
Despesas tributárias	130	(25)	105	118
Resultado financeiro	69	(15)	54	60
Pesquisas e desenvolvimento	402	(17)	385	50
Equivalência patrimonial	259	-	259	547
Outros	34	(5)	29	32
Total	23.505	(1.580)	21.925	5.261

Consolidado

	31/12/07			31/12/06
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Licenças ambientais	105	(4)	101	103
Despesas administrativas	57.062	(1.514)	55.548	30.500
Despesas tributárias	257	(25)	232	207
Resultado financeiro	1.062	(15)	1.047	826
Parceria agrícola	2.339	-	2.339	2.347
Benfeitorias	2.143	-	2.143	2.143
Pesquisas e desenvolvimento	609	(17)	592	242
Equivalência patrimonial	259	-	259	547
Outros	62	(5)	57	53
Total	63.898	(1.580)	62.318	36.968

Despesas administrativas

Referem-se a diversos gastos (salários, encargos sociais, depreciações de bens, serviços prestados, etc.) ocorridos na Companhia e em suas empresas controladas (mencionadas na nota explicativa no. 9), durante o período em que as mesmas se encontram em fase pré-operacional.

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Refere-se ao saldo do pagamento antecipado efetuado em 07 de dezembro de 2007 pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, para a retirada de biodiesel.

OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06
INSS	876	647	894	665
FGTS	234	145	252	167
Salários a pagar	7	15	24	33
Pró-labore a pagar	260	-	260	-
Provisões e encargos	3.165	811	3.345	966
Outras obrigações	12	12	14	13
Total	4.554	1.630	4.789	1.844

OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06
PIS	-	-	149	118
COFINS	-	-	680	544
ISS	13	1	129	203
INSS retido	60	124	61	128
ICMS	1.195	71	1.195	72
IRRF	410	-	427	-
Retenção Federal	29	-	30	-
Outros impostos	-	255	-	332
Total	1.707	451	2.671	1.397

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Refere-se a provisão constituída pela Companhia, para fazer face às ações trabalhistas movidas por ex-empregados, ações cíveis e ações administrativas lavradas contra a Companhia, conforme orientação de seus assessores jurídicos.

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia realiza operações e negócios com partes relacionadas no curso normal de suas atividades e de acordo com as práticas e condições usuais de mercado.

As principais transações com partes relacionadas são:

	Controladora	
	31/12/07	31/12/06
Cessão de direito de uso (a)	40.693	40.920
Adiantamentos para futuro aumento de capital (b)	62.149	52.491

Conforme detalhado na nota explicativa no 18.

Conforme detalhado na nota explicativa no 9.

CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, o capital social é de R\$ 388.957, representado por 126.311 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	31/12/07		31/12/06	
	Ações	%	Ações	%
Acionistas				
Eco Green Solutions LLC	43.578	34,50	45.180	35,77
Zartman Services LLC	24.976	19,77	24.976	19,77
Nelson José Côrtes da Silveira	12.316	9,75	12.316	9,75
Demais acionistas	45.442	35,98	43.839	34,71
Total	126.311	100,00	126.311	100,00

O capital autorizado da Companhia é de R\$ 1.200.000.

A Companhia poderá aumentar seu capital social até o limite do capital autorizado mediante a emissão de novas ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, independentemente de reforma estatutária. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será o órgão competente para deliberar sobre o aumento de capital mediante emissão de ações, sendo o aumento com integralização em bens submetido à deliberação da Assembléia Geral.

As ações de emissão da Companhia são exclusivamente ordinárias e têm a forma nominativa, escritural e sem valor nominal.

Fica assegurado aos acionistas, na proporção das ações de que forem titulares, direito de preferência para subscrição de aumentos de capital.

Do resultado líquido do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, o lucro líquido terá a seguinte destinação:

5% serão aplicados na constituição de Reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social;

25% do lucro líquido de cada exercício será distribuído como dividendos obrigatórios, nos termos do artigo 202, da Lei 6.404/76;

Caso, após as deduções previstas acima, ainda haja saldo, o mesmo ficará à disposição da Assembléia para destinação.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valor de mercado dos instrumentos financeiros.

O valor de mercado das disponibilidades (caixa, bancos e aplicações financeiras), o saldo a receber de clientes e o passivo circulante aproximam-se do saldo contábil, em razão do vencimento ocorrer em data próxima à do balanço. O saldo dos financiamentos é atualizado monetariamente com base em índices de inflação e juros variáveis em virtude das condições de mercado e, portanto, o saldo devedor existente na data do balanço está próximo ao valor de mercado.

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais. O saldo das contas a receber está distribuído conforme detalhado na nota explicativa no 6, sendo aproximadamente 95% das suas vendas de biocombustíveis, destinadas a Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras. A Administração da Companhia monitora o risco do saldo a receber de clientes, quando aplicável, mediante o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Não tem sido prática de a Companhia efetuar instrumentos financeiros para fins especulativos.

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, não havia contratos de derivativos em aberto.

Taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os honorários dos administradores foram fixados pela Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de abril de 2007, no montante global anual de até R\$ 3.850 para a Diretoria e R\$ 650 para Conselheiros da Administração. Desse total, R\$ 3.956 (2006 - R\$ 691) foram apropriados em despesas gerais e administrativas durante o exercício de 2007.

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro 2007, a Companhia registrou nesse grupo de contas, o montante de R\$ 17.366 (controladora) referente a emissão de notas de débito contra a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, resultantes da aplicação de penalidades sobre a não retirada de biodiesel disponibilizado nas unidades industriais da Companhia no período de janeiro a dezembro de 2007, nos termos dos contratos de compra e venda de biodiesel (1º, 2º, 3º, 4º e 5º leilões) e conforme Termo Aditivo No. 01, firmado entre as partes.

Em 2006, as principais rubricas desse grupo de contas estão relacionadas com gastos extraordinários efetuados no processo de captação de recursos através da oferta pública de ações ordinárias da Companhia, ocorrida em novembro de 2006.

COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia e suas controladas mantêm cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Alteração da Legislação Societária Brasileira, com vigência a partir de janeiro de 2008

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei no. 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a lei

societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Algumas alterações devem ser aplicadas a partir do exercício de 2008, enquanto outras dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores.

As principais modificações podem ser sumariadas como segue:

Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa;

Inclusão da apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA);

Criação da possibilidade da escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na seqüência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis;

Criação de dois novos subgrupos de contas: (i) intangível e (ii) Ajustes de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros; registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial (até 31 de dezembro de 2007 essa variação cambial era registrada no resultado do exercício); ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas e estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle;

Obrigatoriedade da companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido;

Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo;

Eliminação do parâmetro de relevância para ajuste do investimento em coligadas e controladas pelo método de equivalência patrimonial e substituição do parâmetro de 20% do capital social da investida para 20% do capital votante da investida;

Revogação dos itens c) e d) do parágrafo 1º. do Art. 182 da Lei 6404/76 que permitiam o registro de (i) prêmio recebido na emissão de debêntures e (ii) doações e subvenções para investimento diretamente como reservas de capital em conta de patrimônio líquido. Isso significa que as doações e as subvenções para investimento passarão a ser registradas no resultado do exercício. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante das doações e subvenções serão destinados, após transitarem pelo resultado, para reserva de incentivos fiscais;

Requerimento de que os ativos e passivos da Companhia a ser incorporada, decorrentes de transações que envolvam incorporação, fusão ou cisão entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, sejam contabilizados pelo seu valor de mercado;

Introdução do conceito de sociedades de grande porte e a obrigatoriedade das sociedades assim qualificadas como de grande porte serem auditadas por auditor independente registrado na CVM;

Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, riscos e controle dos bens.

Em razão dessas alterações terem sido recentemente promulgadas e, algumas ainda dependerem de normatização dos órgãos reguladores para serem aplicadas, a Administração da Companhia ainda não conseguiu avaliar todos os efeitos que referidas alterações poderiam resultar em suas demonstrações financeiras e nos resultados dos exercícios seguintes.

INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR- DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Controladora

Consolidado

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2007	2006	2007	2006
Prejuízo líquido do exercício	(37.661)	(38.092)	(37.661)	(38.086)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	9.057	3.977	9.229	3.977
Equivalência patrimonial	840	-	-	-
Provisão para contingências	197	140	197	140
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com empresas ligadas, financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais	12.480	415	12.741	415
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(20.508)	(11.521)	(20.295)	(11.521)
Estoques	(122.404)	(59.122)	(124.835)	(59.122)
Adiantamento a fornecedores	(3.257)	(6.424)	(2.119)	(6.424)
Impostos a recuperar	(18.233)	(7.630)	(18.274)	(7.630)
Créditos diversos	261	10	340	10
Depósitos Judiciais	(479)	-	(489)	-
Despesas antecipadas	(438)	(2)	(438)	(2)
Outros ativos	(105)	91	(103)	91
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	11.297	16.217	10.921	16.217
Adiantamento de Clientes	14.233	-	14.233	-
Salários e encargos sociais	2.924	1.026	2.945	1.026
Impostos, taxas e contribuições	1.256	470	1.274	470
Outros passivos	(808)	(1.651)	(764)	(1.657)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(151.348)	(102.096)	(153.098)	(102.096)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Títulos e valores mobiliários	202.956	(208.665)	202.955	(208.665)
Aquisição de imobilizado e adições ao diferido	(155.136)	(112.478)	(161.674)	(112.478)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	47.820	(321.143)	41.281	(321.143)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de financiamentos - terceiros	182.649	143.514	182.649	143.514
Empresas ligadas - AFAC's	(9.658)	-	-	-
Aumento de capital	-	176	-	176
Captação de recursos - abertura de capital (IPO)	-	378.932	-	378.932
Pagamento de financiamentos	(71.349)	(99.079)	(72.924)	(99.079)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	101.642	423.543	109.725	423.543

AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE DISPONIBILIDADES	(1.886)	304	(2.092)	304
DISPONIBILIDADES				
Saldo inicial				
	2.171	2.085	2.389	2.085
Saldo final				
	285	2.389	297	2.389
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE DISPONIBILIDADES	(1.886)	304	(2.092)	304
INFORMAÇÕES ADICIONAIS				
Juros pagos durante o exercício				
	<u>5.088</u>	<u>3.350</u>	<u>5.342</u>	<u>-</u>

ANEXO B – NOVAMARLIN PETRÓLEO S.A.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas da Novamarlin Petróleo S.A.

Balço Patrimonial em mil R\$

	31/12/2008	31/12/2007
Ativo Total	53.090	238.990
Ativo Circulante	42.860	39.150
Disponibilidades	3.479	2.780
Caixa e Banco	-	-
Aplicação Financeira	3.479	2.780
Créditos	1.028	-
Clientes	1.028	-
Contas a receber-compromissos contratuai	1.028	-
Créditos Diversos	-	-
Estoques	-	-
Outros	38.353	36.370
Despesas Antecipadas	-	-
Impostos a Recuperar	26.397	36.370
Adiantamento a consorciada	11.956	-
Ativo Não Circulante	10.230	199.840
Ativo Realizável a Longo Prazo	10.230	167.687
Créditos Diversos	-	-
Créditos com pessoas ligadas	-	-
Créditos com Pessoas Ligadas	1.330	1.255
Com Coligadas e Equiparadas	-	-
Com Controladas	1.330	1.255
Com Outras Pessoas Ligadas	-	-
Outros	8.900	166.432
Adiantamento a Consorciada	-	166.432
Despesas Antecipadas	-	-
Imposto de Renda e Cont. social	8.900	-
Ativo Permanente	-	32.153
Investimentos	-	-
Participações Coligadas/Equiparadas	-	-
Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	-	-
Participações em Controladas	-	-
Participações em Controladas - Ágio	-	-
Outros Investimentos	-	-
Imobilizado	-	32.153
Intangível	-	-
Diferido	-	-
Passivo Total	53.090	238.990
Passivo Circulante	33.785	143.126
Empréstimos e Financiamentos	-	-
Debêntures	29.950	128.004
Conversíveis em ações	29.950	31.726
Não conversíveis em ações	-	96.278
Fornecedores	15	14.259
Impostos, Taxas e Contribuições	-	-
Dividendos a Pagar	3.820	863

Provisões	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-
Outros	-	-
Passivo Não Circulante	-	39.413
Passivo Exigível a Longo Prazo	-	39.413
Empréstimos e Financiamentos	-	-
Debêntures	-	39.413
Conversíveis em ações	-	39.413
Não conversíveis em ações	-	-
Provisões	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	-
Outros	-	-
Resultados de Exercícios Futuros	-	-
Patrimônio Líquido	19.305	56.451
Capital Social Realizado	16.088	48.263
Capital Social	16.088	48.263
Reservas de Capital	-	-
Reservas de Reavaliação	-	-
Ativos Próprios	-	-
Controladas/Coligadas e Equiparadas	-	-
Reservas de Lucro	3.217	8.188
Legal	3.217	8.188
Estatutária	-	-
Para Contingências	-	-
De Lucros a Realizar	-	-
Retenção de Lucros	-	-
Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	-	-
Outras Reservas de Lucro	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-	-
Ajustes Acumulados de Conversão	-	-
Ajustes de Combinação de Negócios	-	-
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	-

Fonte: Bovespa, 2009.

Demonstração do Resultado do Exercício em mil R\$

	31/12/2008	31/12/2007
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	243.885	265.438
Participação no consórcio	243.885	265.438
Deduções da Receita Bruta	(22.560)	(24.553)
Tributos sobre a receita	(22.560)	(24.553)
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	221.325	240.885
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(154.475)	(166.345)
Custo do Desenvolvimento	(154.475)	(166.345)
Resultado Bruto	66.850	74.540
Despesas/Receitas Operacionais	(32.477)	(55.757)
Com Vendas	-	-

Gerais e Administrativas	(667)	(6.224)
Despesas Tributárias	(66)	(607)
Depreciação	-	(4.946)
Administrativa	(601)	(671)
Financeiras	(31.810)	(49.533)
Receitas Financeiras	3.414	3.349
Despesas Financeiras	(35.224)	(52.882)
Outras Receitas Operacionais	-	-
Outras Despesas Operacionais	-	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-
Resultado Operacional	34.373	18.783
Resultado Não Operacional	-	-
Receitas	-	-
Despesas	-	-
Resultado Antes Tributação/Participações	34.373	18.783
Provisão para IR e Contribuição Social	(11.663)	(6.362)
IR Diferido	-	-
Participações/Contribuições Estatutárias	-	-
Participações	-	-
Contribuições	-	-
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	-	-
Lucro/Prejuízo do Período	22.710	12.421

Fonte: Bovespa, 2009.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em mil R\$

	31/12/2008	31/12/2007
Caixa Líquido Atividades Operacionais	57.629	62.996
Caixa Gerado nas Operações	22.710	12.421
Variações nos Ativos e Passivos	(410)	(7.138)
Redução de impostos e cont. a recuperar	9.973	3.432
Aumento de outros ativos	(75)	(93)
(redução) aumento de fornecedores	(14.244)	14.236
Redução de adiantamentos de clientes	-	(24.695)
Redução de obrigações fiscais	-	(18)
Redução de contas a receber	3.936	-
Outros	35.329	57.713
Depreciação	-	4.946
Amortização de custos a apropriar	883	855
Encargos finan. de curto e longo prazo	34.102	51.912
Imposto de renda e cont. social diferido	344	-
Caixa Líquido Atividades de Investimento	-	-
Caixa Líquido Atividades Financiamento	(56.930)	(65.101)
Adiantamento de consorciada	154.476	166.344
Amortização de debêntures	(172.452)	(187.230)
Redução de capital	(32.175)	(32.175)
Dividendos Pagos	(6.779)	(12.040)
Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-	-
Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	699	(2.105)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.780	4.885

Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.479	2.780
-------------------------------------	-------	-------

Fonte: Bovespa, 2009.

Notas Explicativas 2008

Alterações de práticas contábeis

A Lei nº 11.638/07, de 28 de dezembro de 2007, e a Medida Provisória 449/08, de 3 de dezembro de 2008, alteraram e revogaram matéria contábil da Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76 visando a convergência futura das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade (IFRS). O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), foi criado com a incumbência de editar os pronunciamentos técnicos de contabilidade em linha com as normas contábeis internacionais. Apresentamos a seguir os pronunciamentos técnicos emitidos e referendados pela CVM até 31 de dezembro de 2008.

Pronunciamento Técnico / CPC		Deliberação / CVM	
Número	Título	Número	Data de emissão
CPC	Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis	539/08	14 de março de 2008
CPC 01	Redução ao valor recuperável de ativos	527/07	1 de novembro de 2007
CPC 02	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis	534/08	29 de janeiro de 2008
CPC 03	Demonstração dos fluxos de caixa	547/08	13 de agosto de 2008
CPC 04	Ativo intangível	553/08	12 de novembro de 2008
CPC 05	Divulgação sobre partes relacionadas	560/08	11 de dezembro de 2008
CPC 06	Operações de arrendamento mercantil	554/08	12 de novembro de 2008
CPC 07	Subvenção e assistência governamentais	555/08	12 de novembro de 2008
CPC 08	Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários	556/08	12 de novembro de 2008
CPC 09	Demonstração do valor adicionado	557/08	12 de novembro de 2008
CPC 10	Pagamentos baseados em ações	562/08	17 de dezembro de 2008
CPC 11	Contratos de seguro	563/08	17 de dezembro de 2008
CPC 12	Ajuste a valor presente	564/08	17 de dezembro de 2008
CPC 13	Adoção inicial da Lei 11.638/07 e Medida Provisória 449/08	565/08	17 de dezembro de 2008
CPC	Instrumentos financeiros: reconhecimento, mensuração e	566/08	17 de dezembro de

14	evidenciação	8	2008
----	--------------	---	------

A Medida Provisória 449/08, também instituiu o Regime Tributário de Transição que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios introduzidos pela nova legislação.

A seguir apresentamos um resumo dos pronunciamentos adotados:

Demonstração dos fluxos de caixa – DFC e demonstração do valor adicionado - DVA

O CPC 03 requer a apresentação de informações acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa de uma entidade por meio de demonstração que classifique os fluxos de caixa do exercício por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis divulgadas ao final de cada período.

O CPC 09 estabelece os critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado e requer sua apresentação como parte integrante das demonstrações contábeis divulgadas ao final de cada período.

Especialmente neste primeiro exercício de adoção do CPC 09, a Companhia está desobrigada de apresentar o DVA de forma comparativa com as informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

O CPC 01 define procedimentos visando a assegurar que os ativos da Companhia não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a Companhia deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

As avaliações são efetuadas considerando-se a menor unidade geradora de caixa recuperável, quando aplicável, determinado com base no modelo de fluxos de caixa futuros, descontados pelas taxas de juros antes dos impostos.

Divulgações sobre partes relacionadas

O CPC 05 ampliou as divulgações em notas explicativas de transações e saldos com partes relacionadas.

Contratos com transferência de benefícios, riscos e controle de bens

O CPC 06 estabelece procedimentos de contabilização e de divulgação de transações em que existem compromissos contratuais com e sem transferência de benefícios, riscos e controles de bens.

A Companhia deixou de registrar em seu ativo imobilizado, tendo como contrapartida a transferência para contas a receber (Nota 6), equipamentos ainda de sua propriedade vinculados à plataforma operada pela Petrobras. Anteriormente, essas operações eram tratadas como receita.

Ajuste a valor presente – AVP

O CPC 12 estabelece os requisitos básicos a serem observados quando da aplicação do ajuste a valor presente na mensuração de ativos e passivos, decorrentes de operações de longo prazo e operações relevantes de curto prazo.

Efeitos da adoção da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

Os efeitos no resultado e no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos fiscais quando aplicável, estão demonstrados a seguir:

	Resultado	Patrimônio líquido
Saldo conforme demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2008:	22.710	19.305
- Pela adoção inicial em 1º de janeiro de 2008, data de transição:		
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e	-	(27.188)

controles de bens			
Efeito do imposto diferido	-		9.244
	-		(17.944)
- No exercício de 2008:			
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	(1.011)		1.011
Efeito do imposto diferido	344		(344)
	(667)		667
Saldos anteriores à aplicação da Lei 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	22.043		19.305

Não houve impacto no saldo final do patrimônio líquido em virtude da destinação integral dos ajustes para distribuição de dividendos.

Sumário das principais práticas contábeis

Apuração do resultado

O resultado das operações, apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios, e tendo por base o contrato de consórcio mencionado na Nota 14, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes, incluindo, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em numerário, com vencimento em três meses ou menos da data de aquisição.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear à taxa de 10% e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimado do projeto.

Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% (acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240/ano) e 9%, respectivamente, sobre o lucro tributável.

A Companhia não apresenta diferenças temporárias e/ou permanentes na apuração dos encargos tributários de imposto de renda e contribuição social. Dessa forma, não existem diferenças entre as alíquotas efetivas e as estatutárias na apuração desses encargos tributários.

Em 31 de dezembro de 2008, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, calculados sobre os ajustes decorrentes da aplicação da Lei nº 11.638/07, montam a R\$ 8.900.

Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas.

Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com os princípios de contabilidade, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, basicamente, o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Caixa e equivalentes de caixa

Está representado por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em numerário, com vencimento em três meses ou menos da data de aquisição. Estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Essas aplicações financeiras estão representadas por quotas do Fundo de Investimento Itaú Corp Federal Plus Curto Prazo FICFI. Nos exercícios de 2008 e 2007, o Fundo apresentou rendimento anual de aproximadamente 12% e 12%, respectivamente.

Contas a receber - compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possui parte dos seus ativos arrendados a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, em função de direitos decorrentes de operações com transferência de benefícios, riscos e controles desses bens, que geram recebimentos futuros dos compromissos estimados como segue:

	<u>2008</u>	
Em 2009	1.136	
(-) menos: Ajuste a valor presente dos recebimentos	<u>(108)</u>	
Valor presente dos recebimentos	<u>1.028</u>	
Impostos e contribuições a recuperar		
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Imposto de renda a recuperar	18.271	26.967
Contribuição social a recuperar	6.492	6.538
PIS e COFINS a recuperar	<u>1.634</u>	<u>2.865</u>
	<u>26.397</u>	<u>36.370</u>

Referem-se, substancialmente, a antecipações de retenção de tributos federais, por ocasião do faturamento da participação no consórcio de Marlim. Esses valores serão compensados com impostos e contribuições a recolher em consequência de lucros tributáveis.

Adiantamento a consorciada

Até junho de 2002, R\$ 2.164.000 foram repassados à Petrobras a título de adiantamento de futuros reembolsos de custos operacionais, a serem incorridos por conta da Companhia.

Em 2008, os custos operacionais incorridos pela Petrobras no Campo de Marlim e que são reembolsáveis pela Companhia totalizaram R\$ 154.475 (R\$ 1.997.568 de junho de 2002 a dezembro de 2007) e foram reconhecidos no resultado do exercício na rubrica custos de desenvolvimento. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo de adiantamento a consorciadas inclui valores de anos anteriores, que ainda não foram quitados pela Petrobras.

Imobilizado

Refere-se substancialmente a equipamentos, instalações e facilidades aplicadas na plataforma P-37, que é de propriedade de terceiros e está afretada à Petrobras. Para fins de utilização dos ativos da Companhia pela Petrobras no projeto, foram conferidos a essa empresa consorciada a posse e o pleno de direito de uso dos ativos, que são depreciados linearmente por um prazo de 10 anos.

Para fins da utilização dos ativos da Companhia pela Petrobras no projeto, foram conferidos a essa a posse e o pleno direito de uso de todos os seus ativos presentes e futuros. A despesa de depreciação no exercício de 2008 de R\$ 4.947. Conforme mencionado nas notas 3.4 e 6, em função da alteração trazida pela Lei nº 11.638/07, regulamentada pelo Pronunciamento Técnico CPC 06, ao final do exercício de 2008, mas com efeito retroativo a 1º de janeiro de 2008, a Companhia deixou de registrar em seu ativo imobilizado, tendo como contrapartida a transferência para contas a receber, equipamentos, ainda de sua propriedade, vinculados à plataforma P-37 operada pela Petrobras e contratada na forma de arrendamento mercantil. Com isso, as contraprestações recebidas de Petrobras e até então registradas como receita operacional e passaram a ser baixadas diretamente daquelas contas a receber. Por essa razão, não está sendo verificada despesa de depreciação no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

c. Ajustes de exercícios anteriores

A Companhia registrou as contrapartidas dos ajustes de alterações de práticas contábeis relacionadas à adoção da Lei nº 11.638/07 para o balanço de abertura de 31 de dezembro de 2007 no patrimônio líquido na conta de ajustes de exercícios anteriores, o valor devedor de R\$ 17.944 (Nota 3.6).

d. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Lucro líquido do exercício	22.710	12.421
Reversão (constituição) de reserva legal	4.971	(621)
Ajustes de exercícios anteriores	<u>(17.944)</u>	<u>-</u>
Base de cálculo	<u>9.737</u>	<u>11.800</u>
Dividendos obrigatórios de 25%	<u>2.434</u>	<u>2.950</u>
Dividendos propostos	<u>9.737</u>	<u>11.800</u>

Em 31 de dezembro de 2008, a Administração da Companhia decidiu propor, como em 2007, a distribuição integral, na forma de dividendo, do saldo remanescente do lucro líquido ajustado nessa data, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O montante de R\$ 5.916 foi antecipado e pago aos acionistas durante o exercício.

e. Retorno do capital e remuneração do capital

As Assembléias Gerais Extraordinárias de 6 de junho e 15 de dezembro de 2008 aprovaram as reduções de capital no montante total de R\$ 32.175, integralmente pagas aos acionistas na proporção da participação de cada acionista no capital da Companhia sem que houvesse cancelamento de ações ou alteração na participação de cada acionista, conforme previsto em contrato descrito na Nota 16 (d).

Transações com partes relacionadas

	Novamarlim S.A.	Participações	Petrobras	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Ativo				
Contas a receber - compromissos contratuais	-	-	1.028	-
Adiantamento a consorciada	-	-	11.956	166.432
Créditos com acionista	1.330	1.255	-	-
Passivo				
Dividendos a pagar	3.820	863	-	-
Resultado				
Receita operacional bruta	-	-	243.885	265.438

As operações da Companhia com partes relacionadas são efetuadas em conformidade com as cláusulas que regulam o contrato de Consórcio (Nota 16) e demais contratos celebrados pela Companhia.

Instrumentos financeiros

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, como debêntures, se aproximam, substancialmente, dos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, do valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. A administração da Companhia não identifica a ocorrência de diferenças relevantes que requeiram divulgação específica.

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de risco. Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto.

Política de gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercado decorrentes de suas operações. Tais riscos envolvem principalmente o fato de que eventuais variações no preço do petróleo, nas taxas cambiais ou nas taxas de juros possam afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros da Companhia. No entanto, a Administração da Companhia entende que esses riscos são mitigados pelo fato de que a formação da receita operacional sofre influências também das taxas cambiais e de juros, bem como do preço do petróleo.

Cobertura de seguros

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras, conforme está previsto no contrato de suporte assinado por essa empresa e pela Companhia em 6 de dezembro de 2001. Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a Companhia possui cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas 2007

Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Resumo das principais práticas contábeis

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, com base no contrato de consórcio mencionado na Nota 14.

Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, basicamente, o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Ativos circulante e não circulante

Aplicações financeiras

Estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Estas estão representadas por quotas do Fundo de Investimento Itaú Corp Federal Plus Curto Prazo FICFI. Nos exercícios de 2007 e 2006 os fundos apresentaram rendimento de aproximadamente 12% e 15%, respectivamente.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear à taxa de 10% e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimado do projeto.

Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A Companhia não apresenta diferenças temporárias e/ou permanentes na apuração dos encargos tributários de imposto de renda e contribuição social. Dessa forma, não existem diferenças entre as alíquotas efetivas e as estatutárias na apuração desses encargos tributários.

Impostos e contribuições a recuperar

	<u>R\$ mil</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Imposto de renda a recuperar	26.967	23.710
Contribuição social a recuperar	6.538	4.583
PIS e COFINS a recuperar	<u>2.865</u>	<u>11.509</u>
	<u>36.370</u>	<u>39.802</u>

Referem-se, substancialmente, a antecipações de retenção de tributos federais, por ocasião do faturamento da participação no consórcio de Marlim. Estes valores serão compensados com impostos e contribuições a recolher em consequência de lucros tributáveis.

Despesas antecipadas

Referem-se a comissões e taxas pagas aos agentes financeiros na colocação das debêntures no mercado e serão amortizadas em função dos vencimentos das respectivas debêntures.

Adiantamento a consorciada

Até junho de 2002, R\$ 2.164.000 mil foram repassados à Petrobras, a título de adiantamento de futuros reembolsos de custos operacionais, a serem incorridos por conta da Companhia.

Em 2007, os custos operacionais incorridos pela Petrobras no Campo de Marlim e que são reembolsáveis pela Companhia totalizaram R\$ 166.345 mil (R\$ 1.831.224 mil de junho de 2002 a dezembro de 2006) e foram reconhecidos no resultado do exercício na rubrica custos de desenvolvimento. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo de adiantamento a consorciadas inclui valores de anos anteriores, que ainda não foram quitados pela Petrobras.

Imobilizado

Refere-se substancialmente a equipamentos, instalações e facilidades aplicadas na plataforma P-37, que é de propriedade de terceiros e está afretada à Petrobras. Para fins de utilização dos ativos da Companhia pela Petrobras no projeto, foram conferidos a essa empresa consorciada a posse e o pleno de direito de uso dos ativos, que são depreciados linearmente por um prazo de 10 anos.

Em 31 de dezembro de 2007 o custo de aquisição desses ativos montava R\$ 49.465 mil e a depreciação acumulada é de R\$ 17.312 mil (R\$ 49.465 mil e R\$ 12.366 mil em 2006, respectivamente).

Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2007 e 2006 está representado por 128.700.100 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b. Reserva de lucros - legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	R\$ mil	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Lucro líquido do exercício	12.421	21.632
Reserva legal	<u>(621)</u>	<u>(1.081)</u>
Base de cálculo	<u>11.800</u>	<u>20.551</u>
Dividendos obrigatórios de 25%	<u>2.950</u>	<u>5.138</u>
Dividendos propostos	<u>11.800</u>	<u>20.551</u>

Em 31 de dezembro de 2007, a Administração da Companhia decidiu propor, como em 2006, a distribuição integral, na forma de dividendo, do saldo remanescente do lucro líquido ajustado nesta data, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos propostos em 2007 foram, quase que em sua totalidade, antecipados e pagos aos acionistas durante o exercício.

d. Retorno do capital e remuneração do capital

As Assembléias Gerais Extraordinárias de 22 de junho e 17 de dezembro de 2007 aprovaram as reduções de capital no montante total de R\$ 32.175 mil, integralmente pagas aos acionistas na proporção da participação de cada acionista no capital da Companhia sem que houvesse cancelamento de ações ou alteração na participação de cada acionista, conforme previsto em contrato descrito na Nota 14 (d).

Transações com partes relacionadas

	R\$ mil			
	Novamarlim S.A.	Participações	Petrobras	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Ativo				
Adiantamentos a consorciada	-	-	166.432	332.776
Créditos com acionistas	1.255	1.162	-	-
Passivo				
Dividendos a pagar	863	1.104	-	-

As operações da Companhia com partes relacionadas são efetuadas em conformidade com as cláusulas que regulam o contrato de Consórcio (Nota 14) e demais contratos celebrados pela Companhia.

Instrumentos financeiros

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, como debêntures, se aproximam, substancialmente, dos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, do valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. A administração da Companhia não identifica a ocorrência de diferenças relevantes que requeiram divulgação específica.

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de risco. Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto.

Política de gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercado decorrentes de suas operações. Tais riscos envolvem principalmente o fato de que eventuais variações no preço do petróleo, nas taxas cambiais ou nas taxas de juros possam afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros da Companhia. No entanto, a Administração da Companhia entende que esses riscos são mitigados pelo fato de que a formação da receita operacional sofre influências também das taxas cambiais e de juros, bem como do preço do petróleo.

Cobertura de seguros

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras, conforme está previsto no contrato de suporte assinado por essa empresa e pela Companhia em 6 de dezembro de 2001. Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, a Companhia possui cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Evento subsequente

A Lei nº. 11.638 publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007 alterou diversos dispositivos da Lei nº.6.404 (Sociedades por Ações). Estas alterações entraram em vigor em 1º de janeiro de 2008. Dentre as principais alterações introduzidas, destacamos os seguintes assuntos que na avaliação de nossa Administração poderão modificar a forma de apresentação de nossas demonstrações contábeis e os critérios de apuração de nossa posição patrimonial e financeira e do nosso resultado a partir do exercício a findar-se em 2008:

Foi extinta a obrigatoriedade da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR, sendo substituída pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;

Foi introduzida a divulgação da Demonstração do Valor Adicionado – DVA.

Foi criada a rubrica “ajustes de avaliação patrimonial” no Patrimônio Líquido. Serão considerados ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

Adicionalmente foram alterados os critérios de avaliação do ativo e do passivo, com destaque para os seguintes pontos:

1 - Itens de ativo e passivo provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, serão ajustados a valor presente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade;

2 - O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado, intangível e diferido deverá ser periodicamente avaliado para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios de taxas de depreciação, amortização e exaustão;

3 – O ativo imobilizado também considerará os direitos que tenham como objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades operacionais da Companhia, inclusive àqueles decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

4 - Todos os demais instrumentos financeiros devem ser avaliados pelo seu custo atualizado ou ajustado de acordo com o provável valor de realização, se este for inferior.

A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos efeitos que as alterações acima mencionadas irão produzir em seu patrimônio líquido e resultado do exercício de 2008, bem como levará em consideração as orientações e definições a serem emitidas pelos órgãos reguladores. Neste momento, a Administração entende não ser possível determinar os efeitos destas alterações no resultado e no patrimônio líquido a partir do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2007.

ANEXO C – OGX PETRÓLEO E GÁS

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas da OGX Petróleo e Gás

Balanco Patrimonial em mil R\$

	31/12/2008	31/12/2007
Ativo Total	9.747.932	4.361.865
Ativo Circulante	7.698.262	2.338.719
Disponibilidades	7.601.234	2.338.487
Créditos	42.228	232
Clientes	-	-
Créditos Diversos	42.228	232
Estoques	-	-
Outros	54.800	-
Ativo Não Circulante	2.049.670	2.023.146
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-
Créditos Diversos	-	-
Créditos com Pessoas Ligadas	-	-
Com Coligadas e Equiparadas	-	-
Com Controladas	-	-
Com Outras Pessoas Ligadas	-	-
Outros	-	-
Ativo Permanente	2.049.670	2.023.146
Investimentos	-	-
Participações Coligadas/Equiparadas	-	-
Participações em Controladas	-	-
Outros Investimentos	-	-
Imobilizado	12.066	7.581
Intangível	2.037.604	2.015.565
Diferido	-	-
Passivo Total	9.747.932	4.361.865
Passivo Circulante	580.103	2.059.194
Empréstimos e Financiamentos	-	-
Debêntures	-	-
Fornecedores	18.244	43.164
Impostos, Taxas e Contribuições	1.938	362
Dividendos a Pagar	-	-
Provisões	552.174	2.015.565
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-
Outros	7.747	103
Passivo Não Circulante	2.100	-
Passivo Exigível a Longo Prazo	2.100	-
Empréstimos e Financiamentos	-	-
Debêntures	-	-
Provisões	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas	2.100	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	-
Outros	-	-
Resultados de Exercícios Futuros	-	-
Part. de Acionistas Não Controladores	-	-
Patrimônio Líquido	9.165.729	2.302.671

Capital Social Realizado	8.798.901	2.295.724
Reservas de Capital	-	-
Reservas de Reavaliação	-	-
Ativos Próprios	-	-
Controladas/Coligadas e Equiparadas	-	-
Reservas de Lucro	366.828	-
Legal	17.994	-
Estatutária	348.834	-
Para Contingências	-	-
De Lucros a Realizar	-	-
Retenção de Lucros	-	-
Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	-	-
Outras Reservas de Lucro	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-	-
Ajustes Acumulados de Conversão	-	-
Ajustes de Combinação de Negócios	-	-
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	6.947
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	-

Fonte: Bovespa, 2009.

Demonstração do Resultado do Exercício em mil R\$

	31/12/2008	31/12/2007
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	-	-
Deduções da Receita Bruta	-	-
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	-	-
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	-	-
Resultado Bruto	-	-
Despesas/Receitas Operacionais	556.428	32.329
Com Vendas	-	-
Gerais e Administrativas	(58.611)	(17.866)
Financeiras	754.226	51.388
Receitas Financeiras	791.287	51.728
Despesas Financeiras	(37.061)	(340)
Outras Receitas Operacionais	-	-
Outras Despesas Operacionais	(139.187)	(1.193)
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-
Resultado Operacional	556.428	32.329
Resultado Não Operacional	-	(5.218)
Receitas	-	-
Despesas	-	(5.218)
Resultado Antes Tributação/Participações	556.428	27.111
Provisão para IR e Contribuição Social	(196.544)	(14.658)
IR Diferido	-	-
Participações/Contribuições Estatutárias	-	-
Participações	-	-
Contribuições	-	-
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	-	-
Part. de Acionistas Não Controladores	-	-
Lucro/Prejuízo do Período	359.884	12.453

Fonte: Bovespa, 2009.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em mil R\$

	31/12/2008	31/12/2007
Caixa Líquido Atividades Operacionais	(1.211.945)	2.087.155
Caixa Gerado nas Operações	307.045	12.830
Variações nos Ativos e Passivos	(1.518.990)	2.074.325
Outros	-	-
Caixa Líquido Atividades de Investimento	(28.485)	(2.039.854)
Caixa Líquido Atividades Financiamento	6.503.177	2.291.183
Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-	-
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.262.747	2.338.484
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.338.487	3
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.601.234	2.338.487

Fonte: Bovespa, 2009.

Notas Explicativas 2008

Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Autorização para conclusão e divulgação das demonstrações financeiras

Em 25 de março de 2009, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Balanco Patrimonial inicial de acordo com a Lei nº 11.638/2007 e da Medida Provisória nº 449/2008

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2008, a Companhia e sua controlada adotaram pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008 e ainda optou por reapresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2007 refletindo tais modificações.

A Lei nº 11.638/2007 modificou e revogou certos dispositivos da Lei nº 6.404/1976 e da Lei nº 6.385/1976. O principal objetivo dessas alterações é atualizar a legislação societária brasileira para permitir uma futura convergência das práticas contábeis brasileiras às práticas internacionais definidas nas normas emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Os ajustes relativos à adoção inicial da Lei nº 11.638/2007 e a Medida Provisória nº 449/2008 estão detalhados na Nota Explicativa nº 3.

Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Adoção inicial da Lei nº. 11.638/2007

Em conformidade com o disposto na Deliberação CVM nº 565/2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/2007 e da Medida Provisória nº 449/2008, a Companhia e sua controlada optaram por elaborar o balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2007. A data de transição foi definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis brasileiras e representa o momento em que a Companhia e sua controlada preparam seu balanço patrimonial inicial pelos novos dispositivos contábeis de 2008.

Para fins de divulgação das demonstrações financeiras comparativas a Companhia e sua controlada seguiram a Deliberação CVM nº 506/2006, considerando os efeitos retrospectivos das modificações da referida legislação e, consequentemente, rerepresentando as demonstrações financeiras de 2007 para fins de comparação entre os exercícios. As modificações introduzidas pela referida legislação se caracterizam como mudança de prática contábil, porém na data de transição não houve ajuste com impacto nos resultados anteriores aos exercícios apresentados que devesse ser contabilizado contra lucros ou prejuízos acumulados.

As referidas alterações nas práticas contábeis, que produzam efeitos na preparação ou na apresentação das demonstrações financeiras foram mensuradas e registradas com base na análise dos novos pronunciamentos contábeis descritos abaixo, emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade, tendo correlação com a respectiva norma internacional:

a) CPC 1 (Redução ao valor recuperável dos ativos) – Aprovado pela Deliberação CVM nº 527/2007 e pelo CFC nº 1.110/2007 - Correlação às normas internacionais de contabilidade - IAS 36 (IASB).

b) CPC 2 (Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis) – Aprovado pela Deliberação CVM nº 534/2008 e pelo CFC nº 1.120/2008 - Correlação às normas internacionais de contabilidade - IAS 21 (IASB).

c) CPC 3 (Demonstração dos fluxos de caixa) – Aprovado pela Deliberação CVM nº 547/2008 e pelo CFC nº 1.125/2008 - Correlação às normas internacionais de contabilidade IAS 7 (IASB).

d) CPC 4 (Ativo intangível) – Aprovado pela Deliberação CVM nº 553/2008 e pelos CFCs nºs 1.139 e 1.140/2008 - Correlação às normas internacionais de contabilidade IAS 38 (IASB).

e) CPC 5 (Divulgação sobre partes relacionadas) – Aprovado pela Deliberação CVM nº 560/2008 e pelo CFC nº 1.145/2008 - Correlação às normas internacionais de contabilidade IAS 24 (IASB).

f) CPC 6 (Operações de arrendamento mercantil) – Aprovado pela Deliberação CVM nº 554/2008 e pelo CFC nº 1.141/2008 - Correlação às normas internacionais de contabilidade IAS 17 (IASB).

g) CPC 7 (Subvenção e assistência governamentais) – Aprovado pela Deliberação CVM nº 555/2008 e pelo CFC nº 1.143/2008 - Correlação às normas internacionais de contabilidade IAS 20 (IASB).

h) CPC 8 (Custo de transação e prêmio na emissão de títulos e valores mobiliários) – Aprovado pela Deliberação CVM nº 556/2008 e pelo CFC nº 1.143/2008 - Correlação às normas internacionais de contabilidade IAS 39 (IASB).

i) CPC 9 (Demonstração do valor adicionado) – Aprovado pela Deliberação CVM nº 557/2008 e pelo CFC nº 1.138/2008.

j) CPC 10 (Pagamento baseado em ações) – Aprovado pela Deliberação CVM nº 562/2008 e pelo CFC nº 1.149/2009 - Correlação às normas internacionais de contabilidade IAS 2 (IASB).

k) CPC 11 (Contratos de seguro) – Aprovado pela Deliberação CVM nº 563/2008 e pelo CFC nº 1.150/2009 - Correlação às normas Internacionais de contabilidade IAS 4 (IASB).

l) CPC 12 (Ajuste a valor presente) – Aprovado pela Deliberação CVM nº 564/2008 e pelo CFC nº 1.151/2009.

m) CPC 13 (Adoção inicial da Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008) - Aprovado pela Deliberação CVM nº 565/2008 e pelo CFC nº 1.152/2009.

n) CPC 14 (Instrumentos financeiros: reconhecimento, mensuração e divulgação) – Aprovado pela Deliberação CVM nº 566/2008 e pelo CFC nº 1.153/2009 - Correlação às normas Internacionais de contabilidade IAS 32 e 39 (IASB).

A estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada pela Deliberação CVM nº 539/2008.

A seguir apresentamos os pronunciamentos adotados pela Companhia e sua controlada a partir de 1º de janeiro de 2007 que produziram efeito em suas demonstrações financeiras:

CPC 4 - A Companhia já apresentava seus ativos intangíveis em suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a Deliberação CVM nº 488/2005, e por força deste pronunciamento passou a apresentar os gastos com perfuração exploratória como ativos intangíveis.

CPC 8 – A Companhia reclassificou os custos de transação incorridos na oferta privada de ações realizada em dezembro de 2007, líquido dos seus efeitos fiscais, do resultado do exercício para conta redutora do capital social “Gastos com emissão de ações”, sendo o capital social apresentado líquido de tais custos.

CPC 13 – Os saldos reconhecidos inicialmente no ativo diferido que, não foram reclassificados para o ativo intangível por não se enquadrarem na definição de ativo intangível, estão sendo apresentados pela Companhia e sua controlada no resultado do exercício. Tais gastos referem-se principalmente a perfuração exploratória, estudos sísmicos, gastos administrativos e financeiros.

A seguir apresentamos os pronunciamentos adotados pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2007 que não geraram ajustes contábeis:

CPC 1 – A controlada OGX Ltda. já tinha por prática testar anualmente o valor recuperável do ativo imobilizado e intangível, caso houvesse indicadores de perda de valor.

CPC 3 e 9 - A Companhia já divulgava a DFC e a DVA individuais e consolidadas antes da sua obrigatoriedade, como informação complementar. Todavia, algumas mudanças na estrutura de apresentação dessas demonstrações foram realizadas, em função do disposto nestes pronunciamentos técnicos.

CPC 5 – A Companhia observou os aspectos trazidos por este pronunciamento técnico na divulgação de operações com partes relacionadas.

CPC 10 – A Companhia divulgou o pagamento baseado em ações na Nota Explicativa nº 12 c.

CPC 12 – A Companhia e sua controlada avaliaram seus ativos e passivos à luz dos aspectos trazidos por este pronunciamento técnico e não identificaram ativos e passivos que devessem ser ajustados a valor presente.

CPC 14 – A Companhia classificou e mensurou seus instrumentos financeiros de acordo com esse pronunciamento técnico nas Notas Explicativas nºs 5 e 15. A Companhia e sua controlada já mensuravam suas aplicações financeiras e operações com instrumentos derivativos pelo valor justo.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, os CPC's 2, 6, 7 e 11 mencionados acima não foram aplicáveis às transações efetuadas pela Companhia e sua controlada.

Não houve nenhum ajuste com impacto nos resultados anteriores aos exercícios apresentados que devesse ser contabilizado contra lucros ou prejuízos acumulados.

A Companhia e sua controlada optaram pelo Regime Tributário de Transição (“RTT”), instituído pela Medida Provisória nº 449/2008, por meio do qual as apurações do imposto de renda e da contribuição social para o biênio 2008/2009 continuam a ser determinadas pelos métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404/1976, vigentes em 31 de dezembro de 2007. A Companhia e sua controlada irão consignar a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2009, relativa ao exercício de 2008.

Segue conciliação do resultado e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008 e 2007 considerando os efeitos da adoção inicial da Lei nº 11.638/2007, com o resultado que seria obtido caso as mudanças de práticas contábeis relativas à referida legislação não tivessem sido adotadas.

Controladora

Consolidado

	Lucro líquido (prejuízo)	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2007 antes dos efeitos da Lei nº 11.638/07	(6.353)	2.312.318	(6.353)	2.312.318
Ajuste de equivalência patrimonial como reflexo da reclassificação do diferido da controlada para o resultado (CPC 13)	(9.647)	(9.647)	-	-
Ajuste dos gastos com emissão de ações para conta redutora de capital social, líquido dos efeitos tributários (CPC 8)	28.453	-	28.453	-
Reclassificação do diferido da controlada para o resultado (CPC 13)	-	-	(9.647)	(9.647)
Em 31 de dezembro de 2007 após os efeitos da Lei nº 11.638/07	<u>12.453</u>	<u>2.302.671</u>	<u>12.453</u>	<u>2.302.671</u>
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Lucro líquido	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2008 antes dos efeitos da Lei nº 11.638/07	234.574	9.248.917	234.574	9.248.917
Ajuste de equivalência patrimonial como reflexo da reclassificação do diferido da controlada para o resultado (CPC 13)	(83.188)	(83.188)	-	-
Ajuste dos gastos com emissão de ações para conta redutora de capital social, líquido dos efeitos tributários (CPC 8)	208.498	-	208.498	-
Reclassificação do diferido da controlada para o resultado (CPC 13)	-	-	(83.188)	(83.188)
Em 31 de dezembro de 2008 após os efeitos da Lei nº 11.638/07	<u>359.884</u>	<u>9.165.729</u>	<u>359.884</u>	<u>9.165.729</u>

Além dos ajustes e reclassificações anteriormente apresentados, em 2008 a Companhia reclassificou R\$5.707, relacionados a gastos com perfuração de poços, do ativo diferido para o ativo intangível por conta da Lei nº 11.638/2007. Veja mais detalhes na Nota Explicativa nº 8.

3.2 Resumos das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

b. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, do ativo intangível, imposto de renda e contribuição social e a mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas periodicamente.

c. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem bancos, aplicações financeiras, outros créditos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2008 e 2007 a Companhia e sua controlada não possuíam instrumentos financeiros classificados nessa categoria.

Instrumentos disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado. Em 31 de dezembro de 2008 e 2007 a Companhia e sua controlada não possuíam instrumentos financeiros classificados nessa categoria.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. As aplicações financeiras da Companhia e sua controlada foram classificadas nessa categoria.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

d. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício individual e consolidado.

e. Ativos circulante e não circulante

Investimentos

O investimento em controlada está avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 7 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Intangível

Representado por ativos adquiridos de terceiros, principalmente, os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para a obtenção de concessão para a exploração de petróleo ou gás natural e são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e serão amortizados pelo método de unidades produzidas em relação às reservas provadas totais no momento em que a controlada estiver na fase de produção.

Os gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural são registrados de acordo com o método dos esforços bem sucedidos (“successful efforts”). Este método determina que os custos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia & geofísica devem ser considerados despesas do período, quando incorridos e os custos com os poços exploratórios secos e os vinculados as reservas não-comerciais devem ser registrados no resultado quando são identificados como tal.

Valor recuperável dos ativos de longo prazo

A Companhia e sua controlada adotam como procedimento revisar os ativos de longo prazo para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes, quando quaisquer eventos ou mudanças de circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Caso estes eventos ocorram, as revisões serão conduzidas ao menor nível de grupos de ativos, ao qual a Companhia e sua controlada consigam atribuir fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil de um ativo exceder o valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, uma provisão para perda será reconhecida, refletindo a diferença do valor contábil e do valor justo do ativo. Até o presente momento, a Companhia e sua controlada não identificaram a necessidade do reconhecimento de perdas.

Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo valor líquido de realização.

f. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a Companhia e sua controlada não possuíam contingências.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e de sua controlada são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2008 e 2007 foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução CVM nº 247/1996, e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada OGX Ltda., na qual a Companhia possui 99,99% de participação societária.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme entre as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras da controlada OGX Ltda., bem como do fundo exclusivo, foram revisados pelos mesmos auditores independentes da Companhia.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e prejuízos acumulados da empresa controlada; e

Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

Os saldos dos grupos do balanço patrimonial da controlada OGX Ltda. em 31 de dezembro de 2008 e 2007 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2008	31/12/2007
		(Reapresentado)
Ativo circulante	4.046.916	5.261
Imobilizado	12.066	7.581
Intangível	2.037.604	2.015.565
Passivo circulante	575.291	2.016.053
Passivo não-circulante	2.100	-
Patrimônio líquido	5.519.195	12.354

Adicionalmente, conforme determinação da Instrução CVM nº 409/2004, as demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações do fundo de investimento exclusivo Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado OGX63, administrado pelo Banco Itaú S.A., cujos únicos quotistas são a Companhia e sua controlada. A composição de sua carteira está apresentada na Nota Explicativa nº 5.

O fundo exclusivo, que tem suas demonstrações financeiras regularmente auditadas, está sujeito a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos da Companhia para garantir essas obrigações.

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, as taxas médias brutas acumuladas que remuneravam os fundos de investimento eram equivalentes a 112,13% e 100,53% do CDI, respectivamente.

Investimentos

	<u>Controladora</u>	
	31/12/2008	31/12/2007 (Reapresentado)
Ativo não circulante:		
Investimento na OGX Petróleo e Gás Ltda.	<u>5.519.195</u>	<u>12.353</u>

Informações sobre a investida - Controladora

	<u>31/12/2008</u>			
	Participação no capital social (em %)	Patrimônio líquido	Capital social	Prejuízo do exercício
Dados da controlada				
OGX Petróleo e Gás Ltda.	<u>99,99</u>	<u>5.519.195</u>	<u>5.612.030</u>	<u>(83.188)</u>
	<u>31/12/2007</u>			
	Participação no capital social (em %)	Patrimônio líquido	Capital social	Prejuízo do exercício
Dados da controlada				
OGX Petróleo e Gás Ltda.	<u>99,99</u>	<u>12.354</u>	<u>22.001</u>	<u>(9.647)</u>

OGX Petróleo e Gás Ltda.

O investimento inicial na controlada OGX Ltda. ocorreu mediante aporte de capital no valor de R\$22.000, em 16 de agosto de 2007, diluindo a participação dos demais quotistas e ficando a Companhia com uma participação de 99,99%.

Em 31 de março de 2008, a Companhia aumentou o capital social da OGX Ltda., no montante de R\$1.490.814, com a emissão de 1.490.814.366 quotas no valor unitário de R\$1,00 (um Real) cada, com o objetivo de aportar recursos para o pagamento dos bônus de assinatura dos blocos exploratórios, adquiridos na Nona Rodada de Licitações da ANP.

Visando atender as necessidades ligadas à condução das operações nos blocos exploratórios da sua controlada, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 a Companhia efetuou aumentos de capital na OGX Ltda., conforme demonstrado a seguir:

<u>Data</u>	<u>Valor</u>	<u>nº de quotas (ao valor unitário de R\$1,00)</u>
30 de junho de 2008	18.550	18.550.000
30 de setembro de 2008	22.330	22.330.000
30 de dezembro de 2008	<u>4.058.335</u>	<u>4.058.335.000</u>
Total	<u>4.099.215</u>	<u>4.099.215.000</u>

MMX Corumbá

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 1, em 28 de abril de 2006 a controladora da Companhia aumentou o capital da mesma por meio de integralização de ações do capital social da MMX Corumbá. Dessa forma, a Companhia tornou-se acionista de 30% do capital social da MMX Corumbá. Esta empresa é detentora e arrenda direitos de

lavra no Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul, e iniciou suas operações no último trimestre de 2006.

Em 30 de junho de 2007, a MMX Corumbá apresentava patrimônio líquido negativo, de forma que a Companhia registrou provisão para perda em investimento, correspondente ao seu percentual de participação nessa investida. No período de janeiro a agosto de 2007, a Companhia apurou perda nesse investimento de R\$5.218.

Em 3 de setembro de 2007, visando separar os investimentos nos setores de mineração e de petróleo e gás, o acionista controlador Centennial Asset Mining Fund LLC, promoveu a cisão da Companhia, de forma que o investimento na MMX Corumbá foi vertido para uma nova sociedade. O valor cindido corresponde ao valor contábil dos ativos e passivos e foi avaliado por perito independente, cujo laudo de avaliação foi emitido em 31 de agosto de 2007.

A seguir, estão demonstrados os ativos e passivos cindidos:

	<u>Acervo cindido</u>
Disponível	6.120
Provisão para perda em investimento	<u>6.100</u>
Acervo líquido	<u><u>20</u></u>

Como consequência da cisão, o capital social da Companhia foi reduzido em R\$20, com cancelamento de 20.234 ações ordinárias escriturais.

Imobilizado

	Taxa de depreciação	Consolidado				
		31/12/2008				31/12/2007
	% a.a.	Saldo inicial	Adições	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis & utensílios	10	106	978	(74)	1.010	102
Equipamentos diversos	10	40	112	(8)	144	39
Equipamentos de informática	20	1.127	828	(341)	1.614	1.069
Sistemas de análises sísmicas	20	6.017	2.636	(1.674)	6.979	5.740
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	325	1.890	(150)	2.065	311
Veículos	20	343	1	(90)	254	320
		<u>7.958</u>	<u>6.445</u>	<u>(2.337)</u>	<u>12.066</u>	<u>7.581</u>

Intangível e despesas com exploração

	Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007 (Reapresentado)
Ativo intangível:		
Gastos com perfuração exploratória	5.707	-
Programa exploratório mínimo	552.174	535.842
Bônus de assinatura de blocos exploratórios	<u>1.479.723</u>	<u>1.479.723</u>

2.037.604 2.015.565

Em caso de descoberta comercial, a OGX Ltda. deverá concluir as fases de desenvolvimento e produção no prazo total de 27 anos.

A OGX Ltda. tem um compromisso de executar o Programa Exploratório Mínimo ("PEM"), que compreende a perfuração de 29 poços exploratórios, além de aquisição, reprocessamento e processamentos sísmicos especiais, equivalente a R\$552.174 (R\$535.842, em 31 de dezembro de 2007). Este compromisso deverá ser cumprido dentro do período exploratório de cada concessão.

(a) Os gastos incorridos na fase exploratória, no valor de R\$139.187 no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, estão relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento e impacto ambiental, entre outros, necessários à execução do PEM, os quais foram registrados no resultado do exercício.

Impostos e contribuições a recuperar e a recolher

	<u>31/12/2008</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ativo circulante:		
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	36.275	38.862
	<u>36.275</u>	<u>38.862</u>
Passivo circulante:		
Contribuição social a recolher	285	285
Outros	352	1.653
	<u>637</u>	<u>1.938</u>

A Companhia e sua controlada calculam o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro pelo regime de apuração do Lucro Real, com pagamentos mensais efetuados por estimativas.

Para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, a Companhia e sua controlada efetuaram em 2008, a exclusão dos efeitos de ajustes instituídos pela Lei nº 11.638/2007, utilizando o RTT, conforme Medida Provisória nº 449/2008, cuja reconciliação dos impostos apurados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 está apresentada a seguir:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Lucro do exercício antes do IRPJ e CSLL	556.428	556.428
Ajustes do RTT (Veja mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.1)	<u>(125.310)</u>	<u>(125.310)</u>
Lucro contábil ajustado pelos efeitos da Lei nº 11.638/2007 e MP nº 449/2008	431.118	431.118
Adições e exclusões do LALUR	(55.633)	(55.653)
Compensação de prejuízos fiscais	<u>(1.136)</u>	<u>(1.136)</u>

Base de cálculo para IRPJ e CSLL	374.349	374.349
Alíquotas (%)	15% + adicional 10%	9%
IRPJ e CSLL antes da compensação de incentivos fiscais	145.688	52.456
Compensação de incentivos fiscais	(1.600)	-
Composição do imposto de renda e contribuição social: IRPJ e CSLL – corrente	65.111	24.025
IRPJ e CSLL – ajuste da Lei nº 11.638/2007 e MP nº 449/2008 (a)	78.977	28.431
Total de imposto de renda e contribuição social	<u>144.088</u>	<u>52.456</u>

Efeito fiscal do ajuste referente aos custos de transação na emissão de títulos e valores mobiliários conforme CPC 8.

Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2008, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com empresas ligadas e com profissionais-chave da Administração. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a Companhia não realizou transações com partes relacionadas.

Controladora

A Companhia é controlada pela Centennial Asset Mining Fund LLC, que possui como controlador final o Sr. Eike Fuhrken Batista.

Empresas ligadas

A Companhia possui como principais empresas ligadas: EBX Participações Ltda., EBX Investimentos Ltda., LLX Logística S.A., MPX Energia S.A. e MMX Mineração e Metálicos S.A..

Os saldos de passivos em 31 de dezembro de 2008, relativos a operações com partes relacionadas, estão representados da seguinte forma:

	<u>31/12/2008</u>
	Consolidado
Passivo não circulante:	
Contas a pagar (a):	
EBX Participações Ltda.	1.683
MMX Mineração e Metálicos S.A.	417
	<u>2.100</u>

Referem-se a valores devidos pela controlada OGX Ltda. às empresas ligadas EBX Participações Ltda. e MMX Mineração e Metálicos S.A., referente ao compartilhamento de recursos administrativos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, tais despesas totalizaram R\$4.283.

Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Fornecedores de bens e serviços	4.142	43.111	18.047	43.111
Outros	29	2	197	53

4.171 43.113 18.244 43.164

Em 31 de dezembro de 2008 os valores classificados nesta rubrica representavam os gastos regulares necessários à condução das atividades da Companhia e de sua controlada, sendo os principais valores relativos às transações na condução de blocos não-operados no montante de R\$12.746, taxa de retenção de área da ANP no montante de R\$1.159 e serviços de terceiros especializados montando R\$3.200.

Em 2007, o montante de R\$43.111 se refere à comissão dos agentes financeiros responsáveis pela divulgação da emissão privada de ações efetuada pela Companhia naquele exercício, e a respectiva prospecção de potenciais investidores, mencionada na Nota Explicativa nº 12.

Patrimônio líquido

Capital social

Em 30 de julho de 2007, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital no montante de R\$22.000, sendo que tais recursos foram direcionados para a aquisição do investimento na controlada OGX Ltda.

Em 27 de agosto de 2007 o capital social da Companhia foi aumentado em R\$6.400, mediante a emissão 6.400.000 ações ordinárias, ao preço de R\$1,00 (um Real) por ação.

Em 3 de setembro de 2007, em função da cisão mencionada na Nota Explicativa nº 6, o capital foi reduzido em R\$20 com o cancelamento de 20.234 ações.

Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é apresentada ao Conselho de Administração para aprovação e posterior operacionalização da estratégia aprovada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado e expectativas futuras. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia e sua controlada.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro abaixo:

	No ta	Controladora		Consolidado	
		31/12/20 08	31/12/20 07	31/12/200 8	31/12/20 07
Instrumentos financeiros					
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.553.73 8	2.333.43 9	7.601.235	2.338.48 7
Impostos a recuperar	9	36.275	-	38.862	-
Valor justo em operações com deriva- tivos	16	<u>61.053</u>	<u>-</u>	<u>54.800</u>	<u>-</u>
Total		<u>3.651.06 6</u>	<u>2.333.43 9</u>	<u>7.694.897</u>	<u>2.338.48 7</u>

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e da sua controlada foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto,

considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em atendimento à Instrução CVM nº 235/1995 e à Deliberação nº 550/2008, a descrição dos saldos contábeis e dos valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2008 e 2007 estão identificadas a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta-corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão mensuradas ao seu valor da quota do fundo na data do balanço, que corresponde ao seu valor de mercado.

Impostos a recuperar

Apresentados ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.

As operações da Companhia e da sua controlada estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e sua controlada sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e sua controlada somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Risco da taxa de câmbio

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada adotam política de controle de riscos visando minimizar os impactos decorrentes da flutuação da taxa de câmbio, sobre suas obrigações relativas a investimentos de capital (“Capex”) e com os gastos da campanha exploratória, predominantemente denominados na moeda norte-americana, ante seus recursos, que se encontram aplicados em Reais.

Tal estratégia visa proteger a Companhia contra flutuações cambiais de forma prudente, com instrumentos defensivos de hedge, pois a política do Grupo contra riscos financeiros não permite qualquer alavancagem com intuito especulativo.

Além disso, os vencimentos para as operações buscam seguir a melhor estimativa do fluxo de gastos, baseada no exercício de orçamento da Companhia e de sua controlada.

Neste contexto, a OGX e sua controlada realizam operações com derivativos, cuja modalidade de proteção normalmente utilizada é a contratação de NDF’s (“Non Deliverable Forwards”), que consiste na negociação a termo sem entrega física de moeda para minimizar o impacto dos descasamentos cambiais. Esta operação não gera custo inicial para a Companhia e sua controlada.

Sempre que houver condições de mercado (liquidez e preços), a Companhia buscará a contratação de instrumento com prazo de vencimento o mais próximo possível da estimativa de pagamento de suas obrigações. No longo prazo, isto minimizará impactos no fluxo de caixa e no resultado da Companhia. Caso os instrumentos disponíveis não atendam a necessidade da Companhia de prazo de cobertura, serão contratados vencimentos mais curtos, os quais serão alongados tão logo seja restabelecida a liquidez do mercado para vencimentos mais longos.

A metodologia de cálculo do valor justo dos instrumentos considera a diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva, estimados através do desconto dos fluxos de caixa pela taxa de juros da moeda em que o hedge é denominado.

A forma algébrica para o cálculo do referido valor justo pode ser entendida conforme descrito abaixo:

(a) o valor de referência (em moeda estrangeira) é multiplicado pela taxa de câmbio original contratada. A partir do montante em Reais, e baseado na curva de juros pré (negociada na Bolsa de Mercadoria e Futuros de São Paulo – “BM&F”), calculando-se o valor presente pelo período remanescente do vencimento da operação.

(b) o mesmo valor de referência é trazido a valor presente pela curva de Cupom cambial negociada na BM&F, pelo prazo remanescente até o vencimento da operação. O resultado será multiplicado pela Ptax-800 de fechamento da data base (conforme divulgado pelo Banco Central do Brasil – “BACEN”).

O valor justo do instrumento financeiro - MtM (“Market to Mark”) em Reais será a diferença entre (a) e (b).

Nas operações, os vencimentos utilizados ocorrem sempre no primeiro dia útil do mês.

Conforme política aprovada pelo Conselho de Administração, a Companhia busca a proteção dos compromissos formais de, no mínimo, doze meses subsequentes. Em 31 de dezembro de 2008, a OGX e sua controlada, possuíam US\$500 milhões contratados em operações de NDF's.

Quadro consolidado dos instrumentos financeiros derivativos:

Consolidado		Valor de Referência		Valor Justo	
		(US\$)		(R\$)	
		31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Contratos de NDF:					
	Vencimento				
Posição Ativa (moeda estrangeira – dólar)					
OGX Petroleo e Gas Participações S.A. (a)					
Banco Citibank	Fev/09 e Mai/09	100.000	-	14.713	-
Banco Morgan Stanley	Fev/09 e Mai/09	30.000	-	5.081	-
Banco Itaú BBA	Fev/09 e Mai/09	190.000	-	29.392	-
Banco UBS Pactual	Fev/09	80.000	-	11.867	-
Total		400.000	-	61.053	-
OGX Petroleo e Gas Ltda. (b)					
Banco Bradesco	Dez/09	100.000	-	(6.253)	-
Total consolidado		500.000	-	54.800	-

Os contratos firmados com vencimentos em 2009 podem ser recontratados para períodos posteriores.

Para os instrumentos financeiros derivativos vigentes não há exigência de margem de garantia prevista nos contratos. As operações foram devidamente registradas na CETIP S.A.

Em 31 de dezembro de 2008, o resultado líquido do exercício com instrumentos financeiros derivativos foi de R\$41.392 (R\$43.069 em 2007), sendo R\$25.725 perdas realizadas e R\$67.117 de ganhos realizados.

Notas Explicativas 2007

Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as determinações da Lei das Sociedades por Ações e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras referentes ao período de 10 de abril (data de constituição) a 31 de dezembro de 2006 foram reclassificadas para fins de comparabilidade.

Autorização para conclusão e divulgação das Demonstrações Financeiras

Em 27 de março de 2008, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Com o objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando as seguintes informações complementares:

Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia está apresentando como informações suplementares, as demonstrações dos fluxos de caixa preparadas de acordo com a NPC 20 - Demonstração dos fluxos de caixa, emitida pelo IBRACON - Instituto de Auditores Independentes do Brasil.

Demonstrações do valor adicionado

A Administração está divulgando nos moldes do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/06 e Resolução CFC nº 1.010/05, as demonstrações do valor adicionado que têm por objetivo demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e suas investidas e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração.

Todas as informações apresentadas foram obtidas nos registros contábeis da Companhia e suas controladas. Foram efetuadas reclassificações de determinadas informações contidas na demonstração do resultado tradicional, tendo em vista serem consideradas na demonstração do valor adicionado como distribuição do valor adicionado gerado.

Resumo das principais práticas contábeis

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Tendo em vista a fase pré-operacional da controlada OGX Ltda., os resultados desta empresa encontram-se registrados no ativo diferido.

Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, do ativo diferido e a valorização de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas periodicamente.

Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício da Companhia.

Ativos circulante e não circulante

Disponibilidades

Representadas basicamente por aplicações financeiras que estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Investimentos

O investimento em controlada está avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens da controlada é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 6 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Diferido

Representado substancialmente pelos resultados apurados na fase pré-operacional, relativos a gastos com pesquisa e desenvolvimento dos projetos da controlada OGX Ltda., assim como os correspondentes encargos financeiros, variações monetárias e/ou cambiais incorridas e/ou auferidas até a data dos balanços, associados à expectativa de benefícios futuros. A amortização do ativo diferido referente aos gastos incorridos em projetos de exploração de petróleo serão apropriados ao resultado do exercício no período em que os referidos projetos passarem a contribuir para a formação do resultado da Companhia.

Valor recuperável dos ativos de longo prazo

A Companhia adota como procedimento revisar os ativos de longo prazo para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes, quando quaisquer eventos ou mudanças de circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Caso estes eventos ocorram, as revisões serão conduzidas ao menor nível de grupos de ativos aos quais a Companhia consiga atribuir fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil de um ativo exceder os seus fluxos de caixa futuros, uma provisão para perda será reconhecida, refletindo a diferença do valor contábil e do valor justo do ativo. Até o presente momento, a Companhia não identificou a necessidade do reconhecimento de perdas.

Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2007 e 2006 a Companhia e sua controlada não possuíam contingências.

Imposto de renda e contribuição social

A OGX S.A. não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006. Os créditos fiscais diferidos ativos não foram reconhecidos, devido ao estágio atual das operações da Companhia e sua controlada.

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2007 foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução nº 247 de 27 de março de 1996, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada OGX Ltda., na qual a Companhia possui 99,99% de participação societária.

Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia não apresentou demonstrações financeiras consolidadas dado que não possuía o controle da investida, naquela data, MMX Corumbá.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras da controlada OGX Ltda., bem como dos fundos exclusivos, foram auditadas pelos mesmos auditores da Companhia.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e prejuízos acumulados das empresas controladas; e

Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas. Esses saldos são eliminados na medida da participação da controladora nas controladas contra o investimento na mesma.

Os principais saldos dos grupos do balanço patrimonial da controlada em 31 de dezembro de 2007 estão demonstrados a seguir:

	2007
Ativo circulante	5.267
Intangível	2.015.565
Imobilizado	7.581
Diferido	9.647
Passivo circulante	2.016.059
Patrimônio líquido	22.001

Adicionalmente, conforme determinação da Instrução CVM nº 409, as demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações de fundos de investimentos exclusivos FI Multimercado Crédito Privado OGX 63 e Fundo de Investimento Corp Plus DI, administrados pelo Itaú S.A., cujo único quotista é a Companhia. A composição de sua carteira está apresentada na Nota Explicativa nº 4.

Os fundos exclusivos, que são regularmente auditados, estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos da Companhia para garantir essas obrigações.

Disponibilidades

	Instituição			
	financeira		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
			2007	2006
Caixa e bancos			2007	2006
			80	3
			345	3
Aplicações financeiras:				
CDB - 108% CDI	ABN	Amro	-	-
			4.783	-

	Real				
Fundo de investimento Corp Plus DI	Itaú	88.496	-	88.496	-
Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado OGX 63	Itaú	<u>2.244.863</u>	-	<u>3</u>	-
				2.244.86	
				2.338.48	
		<u>2.333.439</u>	<u>3</u>	<u>7</u>	<u>3</u>

As aplicações financeiras são representadas, basicamente, pelos fundos exclusivos Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado OGX63 e Fundo de Investimento Corp Plus DI, administrados por instituição financeira, que aplica em quotas de fundos de renda fixa e operações compromissadas, lastreadas em títulos privados (Debêntures e Certificado de Depósitos Bancários - CDB) e títulos públicos (Letras do Tesouro Nacional - LTN e Notas do Tesouro Nacional - NTN), com rentabilidade média equivalente ao DI CETIP ("CDI") e taxas prefixadas. Essas operações são registradas na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP, e estão sujeitas a risco de crédito dos respectivos emissores.

Os fundos classificados como "Exclusivos" são aqueles constituídos para receber aplicações exclusivamente de um único cotista, neste caso a Companhia.

A seguir está representada a composição da carteira de aplicação financeira nos fundos exclusivos:

				Controladora e consolidado	
				2007	
Tipo	Emitente	Emissão	Vencimento	Valor	
CDB Pós-Liq. Antecip.	SANTANDER	Dez-07	Jun-08	385.257	
Operações compromissadas:					
Debêntures	BRADESCO Leasing	Dez-07	Dez-10	385.251	
	BV Leasing	Dez-07	Jun-09	194.053	
	ITAÚ Leasing	Dez-07	Jun-09	385.251	
	SAFRA Leasing	Dez-07	Dez-10	193.633	
	UNIBANCO Leasing	Dez-07	Jun-09	385.244	
	SUZANO	Dez-07	Jun-09	78.769	
NTN - Over	Tesouro Nacional	Dez-07	Mai-09	6.827	
Renda Fixa	UBS Pactual	Dez-07		<u>230.578</u>	
Total				<u>2.244.863</u>	

As aplicações possuem liquidez diária garantida, independentemente do vencimento dos papéis que lastreiam o fundo, podendo a Companhia efetuar resgates antecipados sem comprometer sua rentabilidade.

Investimentos e provisão para perda em investimento
Composição do saldo e informações sobre o investimento

	<u>Controladora</u>	
	2007	2006
Ativo não circulante		
Investimento na OGX Ltda	22.000	
Passivo circulante		
Provisão para perda na MMX Corumbá		882

Informações sobre as investidas - Controladora

	<u>2007</u>			
Dados das controladas	Participação no capital social (em %)	Patrimônio líquido	Capital social	Lucro (prejuízo) do período
OGX Petróleo e Gás Ltda.	<u>99,99%</u>	<u>22.001</u>	<u>22.001</u>	<u>-</u>
	<u>2006</u>			
Dados das controladas	Participação no capital social (em %)	Patrimônio líquido	Capital social	Prejuízo do exercício
MMX Corumbá	<u>30%</u>	<u>(2.941)</u>	<u>15.200</u>	<u>(18.141)</u>

OGX Ltda

O investimento na controlada OGX Ltda. ocorreu mediante aporte de capital no valor de R\$22.000, em 16 de agosto de 2007, diluindo os demais quotistas e ficando a Companhia com uma participação de 99,99%. A controlada encontra-se em fase pré-operacional (vide Notas Explicativas nº 1 e 8).

MMX Corumbá

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 1, em 28 de abril de 2006 a controladora da Companhia aumentou o capital da mesma por meio de integralização de ações do capital social da MMX Corumbá. Dessa forma, a Companhia tornou-se acionista de 30% do capital social da MMX Corumbá. Esta empresa é detentora e arrenda direitos de lavra no Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul, e iniciou suas operações no último trimestre de 2006.

Em 31 de dezembro de 2006, a investida apresentava patrimônio líquido negativo, de forma que a Companhia registrou provisão para perda em investimento, correspondente ao seu percentual de participação nessa investida.

Em 3 de setembro de 2007, visando separar os investimentos nos setores de mineração e de petróleo e gás, o acionista controlador Centennial Mining Fund, promoveu a cisão da Companhia, de forma que o investimento na MMX Corumbá foi vertido para uma nova sociedade. O valor cindido corresponde ao valor contábil dos ativos e passivos e foi avaliado por perito independente, cujo laudo de avaliação foi emitido em 31 de agosto de 2007. A seguir, está demonstrado os ativos e passivos cindidos.

	Acervo cindido
Disponível	6.120
Provisão para perda em investimento	<u>6.100</u>

Acervo líquido

20

Como consequência da cisão o capital social da Companhia foi reduzido em R\$20 com cancelamento de 20.234 ações ordinárias escriturais.

No período de janeiro a agosto de 2007, a Companhia apurou perda nesse investimento de R\$5.217.

Imobilizado

	Taxa de depreciação % a.a.	Consolidado		
		Custo	Depreciação	Líquido
Móveis & utensílios	10	106	(4)	102
Equipamentos diversos	10	40	(1)	39
Equipamentos de informática	20	1.127	(58)	1.069
Sistemas e programas de informática	20	39	(3)	36
Sistemas de análises sísmicas	20	5.978	(274)	5.704
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	325	(14)	311
Veículos	20	343	(23)	320
		<u>7.958</u>	<u>(377)</u>	<u>7.581</u>

Intangível - concessão de blocos exploratórios

Em 27 de novembro de 2007, na Nona Rodada de Licitação de Blocos Exploratórios promovida pela ANP, a controlada OGX Ltda. adquiriu 21 concessões exploratórias, somando uma área total de cerca de 6,4 mil km², distribuídas nas seguintes bacias:

- (i) Quatro concessões exclusivas nas águas rasas da Bacia de Santos, com Períodos Exploratórios de três a cinco anos de duração;
- (ii) Cinco concessões exclusivas e mais duas em parceria com a Maersk Oil Brasil Ltda, onde esta é o operador, nas águas rasas da Bacia de Campos, com Períodos Exploratórios de três a cinco anos de duração;
- (iii) Cinco concessões em parceria com a Perenco S.A., onde esta é a operadora, nas águas profundas da Bacia do Espírito Santo, com Períodos Exploratórios de quatro a seis anos de duração; e;
- (iv) Cinco concessões exclusivas nas águas rasas da Bacia do Pará-Maranhão, com Períodos Exploratórios de quatro a seis anos de duração.

Em caso de descoberta comercial a OGX Ltda. deverá concluir as fases de Desenvolvimento e Produção no prazo total de 27 anos.

A OGX Ltda. tem um compromisso de executar o Programa Exploratório Mínimo ("PEM"), que compreende a perfuração de 28 poços exploratórios, além de aquisição, reprocessamento e processamentos sísmicos especiais. Este compromisso deverá ser cumprido dentro do período exploratório de cada concessão.

O valor a ser desembolsado pela aquisição de tais concessões foi de R\$2.015.565, sendo que R\$1.479.723 é relativo ao bônus de assinatura e R\$535.842 ao PEM, integralmente pagos pela controlada em 4 de março de 2008. Adicionalmente, a Companhia apresentou garantia, na modalidade de fiança bancária, relativo ao investimento no programa exploratório, no valor mínimo de R\$535.842, que deverá ser executado dentro do período exploratório de cada concessão.

Diferido

O diferido está demonstrado ao custo de formação e representa gastos pré-operacionais incorridos e resultados financeiros incorridos e/ou auferidos na fase exploratória dos projetos, sendo sua composição como segue:

	<u>Consolidado</u>			
	2007			
Despesas administrativas	9.955			
Receitas financeiras	(314)			
Despesas financeiras	<u>6</u>			
	<u>9.647</u>			
Fornecedores	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2007	2006	2007	2006
Prestadores de serviços	43.137	-	43.137	-
Fornecedores diversos	<u>3</u>	<u>6</u>	<u>54</u>	<u>6</u>
	<u>43.191</u>	<u>6</u>	<u>43.191</u>	<u>6</u>

O montante de R\$43.137 refere-se a comissão dos agentes financeiros responsáveis pela divulgação da emissão privada de ações efetuada pela Companhia, e a respectiva prospecção de potenciais investidores, mencionada na Nota Explicativa nº 10.

Patrimônio líquido Capital Social

Em 30 de julho de 2007, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R\$22.000, sendo que tais recursos foram direcionados para a aquisição do investimento na controlada OGX Ltda.

Em 27 de agosto de 2007 o capital social da Companhia foi aumentado em R\$6.400, mediante a emissão 6.400.000 ações ordinárias, ao preço de R\$1,00 (um Real) por ação.

Em 3 de setembro de 2007, em função da cisão mencionada na Nota Explicativa nº 5, o capital foi reduzido em R\$20 com o cancelamento de 20.234 ações.

Bônus de subscrição

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2007 aprovou a emissão de bônus de subscrição que confere a Centennial Asset Mining Fund o direito de subscrever ações ordinárias de emissão da Companhia, caso se verifiquem determinadas condições detalhadas no Acordo de Acionistas, celebrado na mesma data e arquivado na CVM. As ações ordinárias decorrentes do exercício do Bônus de Subscrição deverão ser emitidas a um preço fixo de R\$0,01 (um centavo de real) para cada lote de 1.000 ações ordinárias.

Remuneração dos Administradores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e o período findo em 31 de dezembro de 2006, os Administradores não receberam remuneração a título de honorários.

Partes relacionadas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 a controlada OGX Ltda. efetuou pagamentos a coligada - MMX Mineração e Metálicos S.A, no montante de R\$1.554, referente ao compartilhamento de serviços administrativos. No período findo em 31 de dezembro de 2006 a Companhia não realizou transações com partes relacionadas.

Compromissos assumidos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 a Companhia e sua controlada OGX Ltda. não assumiram compromissos que não estejam registrados em seus balanços, exceto os relativos ao cumprimento do Programa Exploratório Mínimo - PEM, conforme notas nº 7 e 16.b. Em 31 de dezembro de 2006 a Companhia e sua controlada OGX Ltda. não possuíam compromissos assumidos, não registrados nos balanços.

Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Em atendimento à Instrução CVM nº 235/95, a descrição dos saldos contábeis e dos valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2007 e 2006 estão identificadas a seguir:

Disponibilidades

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data do balanço, que corresponde ao seu valor de mercado.

Investimentos (controladora)

Os valores de mercado para os investimentos são considerados semelhantes aos saldos contábeis, uma vez que não possuem cotação de mercado.

Risco da Taxa de câmbio

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração adota a política de manter operações de hedge com a manutenção de ativos vinculados suscetíveis também à variação cambial.

Em 27 de novembro de 2007, quando a controlada OGX Ltda. adquiriu em leilão o direito aos blocos exploratórios, com compromisso de pagamento em reais, a Companhia contratou simultaneamente operação de hedge em montante equivalente aos recursos em moeda estrangeira, previamente acordados com investidores, de forma a garantir que os recursos da emissão privada de ações ocorrida somente em 18 de dezembro de 2007, fossem equivalentes ao compromisso assumido junto à ANP. O contrato foi liquidado em 19 de dezembro de 2007 com ganho líquido de R\$43.069.

Em 31 de dezembro de 2007 a companhia possui contrato de hedge em aberto no montante de US\$85.000.000, o que representa os compromissos em moeda estrangeira, assumidos em função do Programa Exploratório Mínimo. O valor de mercado nesta data do instrumento financeiro registrava uma perda de R\$2.147.

Seguros

A Companhia, em conjunto com as empresas do Grupo do qual faz parte, adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2007 e 2006 a Companhia e sua controlada não possuem contratos de seguro.

Eventos subseqüentes

Assinatura dos contratos de concessão

No dia 4 de março de 2008, a Companhia efetuou o pagamento dos bônus de assinatura no montante de R\$1.479.723, bem como apresentou garantias bancárias de R\$535.842, relativas ao PEM e toda documentação adicional necessária. Os contratos de concessão exploratória dos 21 blocos adquiridos na Nona Rodada de Licitações foram assinados junto aos diretores da ANP em solenidade realizada no dia 12 de março de 2008.

Alterações na Lei das SAs (Lei nº 6.404/76)

A Lei nº 11.638 publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007 alterou diversos dispositivos da Lei nº 6.404/76 (Sociedades por Ações). Estas alterações entraram em vigor em 01 de janeiro de 2008.

Dentre as principais alterações introduzidas, destacamos os seguintes assuntos que na avaliação da Administração da Companhia poderão modificar a forma de apresentação de nossas demonstrações financeiras e os critérios de apuração de nossa posição patrimonial e financeira e do nosso resultado a partir do exercício a findar-se em 2008:

Foi extinta a obrigatoriedade da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR, sendo substituída pela Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC. No caso das companhias abertas a Demonstração do Valor Adicionado - DVA também foi introduzida como publicação obrigatória. DFC e DVA são também obrigatórias para todas as grandes empresas independentemente de sua forma societária, estando sujeitas à auditoria independente;

Bens e direitos intangíveis passam a ser segregados dos tangíveis, ficando o ativo permanente classificado em investimentos, imobilizado, intangível e diferido;

Foi criada a rubrica “ajustes de avaliação patrimonial” no Patrimônio Líquido. Serão considerados ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado;

As despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional serão classificadas no Ativo Diferido;

Adicionalmente foram alterados os critérios de avaliação do ativo e do passivo, com destaque para os seguintes pontos:

Itens de ativo e passivo provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, serão ajustados a valor presente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade;

O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado, intangível e diferido deverá ser periodicamente avaliado para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios de e taxas de depreciação, amortização e exaustão;

Os direitos classificados no intangível deverão ser avaliados pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização; e

Todos os demais instrumentos financeiros devem ser avaliados pelo seu custo atualizado ou ajustado de acordo com o provável valor de realização, se este for inferior.

As participações de debêntures, de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa, deverão ser incluídas na demonstração do resultado do exercício.

A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos efeitos que as alterações acima mencionadas poderão produzir em seu patrimônio líquido e resultado do exercício de 2008, bem como levará em consideração as orientações e definições a serem emitidas pelos órgãos reguladores. Neste momento, a Administração entende não ser possível determinar os efeitos destas alterações no resultado e no patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

ANEXO D – PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRÁS

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas da Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás

Balanco Patrimonial em mil R\$

	31/12/2008	31/12/2007
Ativo Total	292.163.842	231.227.800
Ativo Circulante	63.575.278	53.373.766
Disponibilidades	15.888.596	13.070.849
Caixa e Banco	2.622.270	2.329.575
Aplicações Financeiras	13.266.326	10.741.274
Créditos	14.903.732	11.328.967
Clientes	14.903.732	11.328.967
Clientes	12.314.354	10.451.975
Subid. Créditos com Pessoas Ligadas	1.003.734	314.927
Outras Contas a Receber	3.085.414	1.885.561
Provisão para Créd. Liq. Duvidosa	(1.499.770)	(1.323.496)
Créditos Diversos	-	-
Estoques	19.977.171	17.599.001
Outros	12.805.779	11.374.949
Dividendos a Receber	20.101	80.596
Impostos a Recuperar	9.641.247	7.781.536
Despesas Antecipadas	1.393.879	1.429.829
Outros Ativos Circulantes	1.461.801	1.493.200
Títulos e Valores Mobiliários	288.751	589.788
Ativo Não Circulante	228.588.564	177.854.034
Ativo Realizável a Longo Prazo	21.254.843	22.022.837
Créditos Diversos	6.061.630	6.776.599
Contas Petróleo e Álcool - STN	809.673	797.851
Títulos e Valores Mobiliários	4.066.280	3.922.370
Investimentos em Empresas Privatizáveis	3.228	3.228
Contas a Receber, Líquidas	1.182.449	2.053.150
Créditos com Pessoas Ligadas	144.073	848.752
Com Coligadas e Equiparadas	144.073	848.752
Com Controladas	-	-
Com Outras Pessoas Ligadas	-	-
Outros	15.049.140	14.397.486
Projetos Estruturados	-	-
Imposto Renda e Contrib. Soc. Diferido	2.970.881	3.921.534
ICMS Diferido	1.998.157	990.878
PASEP/COFINS Diferido	4.842.359	3.145.403
Empréstimos Compulsórios Eletrobrás	10	-
Depósitos Judiciais	1.853.092	1.693.495
Adiantamento p/ Plano de Pensão	-	1.296.810
Adiantamento a Fornecedores	453.237	396.781
Despesas Antecipadas	1.400.072	1.514.301
Estoques	303.929	236.753
Outros Impostos	426.911	275.675
Outros Ativos Realizáveis a Longo Prazo	800.492	925.856
Ativo Permanente	207.333.721	155.831.197
Investimentos	5.106.495	7.822.074

Participações Coligadas/Equiparadas	4.069.632	2.460.567
Participações em Controladas	944.448	2.537.100
Outros Investimentos	92.415	747.259
Direitos/Adiant-aquisição Investimentos	-	2.077.148
Imobilizado	190.754.167	139.940.726
Intangível	8.003.213	5.532.053
Diferido	3.469.846	2.536.344
Passivo Total	292.163.842	231.227.800
Passivo Circulante	62.557.161	47.555.011
Empréstimos e Financiamentos	13.274.467	8.501.230
Financiamentos	12.451.137	7.853.781
Juros sobre Financiamentos	823.330	647.449
Debêntures	-	-
Fornecedores	17.027.579	13.791.198
Impostos, Taxas e Contribuições	12.741.382	10.006.272
Dividendos a Pagar	9.914.707	6.580.557
Provisões	4.566.658	3.634.869
Salários, Férias e Encargos	2.016.430	1.688.960
Provisão para Contingências	54.000	54.000
Plano de Pensão	627.988	424.259
Plano de Saúde	523.714	455.736
Part. Empregados e Administradores	1.344.526	1.011.914
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-
Outros	5.032.368	5.040.885
Adiantamento de Cliente	666.107	493.217
Projetos Estruturados	188.858	41.470
Comprom c/transf Benef Risc Control Bens	585.045	-
Receita Diferida	5.929	-
Outros	3.586.429	4.506.198
Passivo Não Circulante	88.588.325	63.512.565
Passivo Exigível a Longo Prazo	88.588.325	63.512.565
Empréstimos e Financiamentos	50.049.441	29.806.589
Debêntures	-	-
Provisões	27.827.718	24.825.051
Plano de Saúde	10.296.679	9.272.183
Provisão para Contingências	890.326	613.969
Plano de Pensão	3.475.581	4.520.145
Imposto e Contrib. Sociais Diferidos	13.100.459	10.352.712
Outros Impostos Diferidos	64.673	66.042
Dívidas com Pessoas Ligadas	49.289	94.664
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	-
Outros	10.661.877	8.786.261
Provisão para Desmantelamento de Áreas	6.581.618	6.132.359
Comprom c/transf Benef Risc Control Bens	804.998	-
Receita Diferida	1.292.906	1.391.788
Outras Contas e Despesas a Pagar	1.982.355	1.262.114
Resultados de Exercícios Futuros	-	-
Part. de Acionistas Não Controladores	2.653.074	6.306.097
Patrimônio Líquido	138.365.282	113.854.127
Capital Social Realizado	78.966.691	52.644.460
Capital Social Integralizado	78.966.691	52.644.460

Correção Monetária de Capital	-	-
Reservas de Capital	514.857	1.553.831
Subvenções AFRMM	-	169.142
Incentivos Fiscais - IR	514.857	1.384.689
Reservas de Reavaliação	10.284	61.520
Ativos Próprios	-	-
Controladas/Coligadas e Equiparadas	10.284	61.520
Reservas de Lucro	58.643.049	59.594.316
Legal	9.435.985	7.612.508
Estatutária	899.378	504.544
Para Contingências	-	-
De Lucros a Realizar	-	-
Retenção de Lucros	48.307.686	51.477.264
Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	-	-
Outras Reservas de Lucro	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	230.401	-
Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	(405.863)	-
Ajustes Acumulados de Conversão	636.264	-
Ajustes de Combinação de Negócios	-	-
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	-

Fonte: Bovespa, 2009.

Demonstração do Resultado do Exercício em mil R\$

	31/12/2008	31/12/2007
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	266.494.080	218.254.174
Deduções da Receita Bruta	(51.375.544)	(47.676.449)
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	215.118.536	170.577.725
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(141.623.359)	(104.398.043)
Resultado Bruto	73.495.177	66.179.682
Despesas/Receitas Operacionais	(25.290.379)	(30.640.395)
Com Vendas	(7.162.264)	(6.059.734)
Gerais e Administrativas	(7.247.358)	(6.427.892)
Honor. Diretoria e Cons. Administração	(35.792)	(29.259)
De Administração	(7.211.566)	(6.398.633)
Financeiras	(698.706)	(874.343)
Receitas Financeiras	3.494.429	2.417.659
Despesas Financeiras	(4.193.135)	(3.292.002)
Outras Receitas Operacionais	-	-
Outras Despesas Operacionais	(9.307.833)	(16.813.152)
Tributárias	(862.766)	(1.255.511)
Custo Pesq. Desenv. Tecnológico	(1.705.572)	(1.712.338)
Perda na Recuperação de Ativos	(933.088)	(446.129)
Custo Explot. p/ Extração Petróleo e Gás	(3.494.258)	(2.569.724)
Plano de Pensão e Saúde	(1.427.395)	(2.494.510)
Varição Monetárias e Cambiais Líquidas	3.827.489	(3.146.547)
Outras Despesas/Receitas Oper. Líquidas	(4.712.243)	(5.188.393)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(874.218)	(465.274)
Resultado Operacional	48.204.798	35.539.287

Resultado Não Operacional	-	-
Receitas	-	-
Despesas	-	-
Resultado Antes Tributação/Participações	48.204.798	35.539.287
Provisão para IR e Contribuição Social	(11.192.026)	(10.795.524)
IR Diferido	(4.769.951)	(477.234)
Participações/Contribuições Estatutárias	(1.344.526)	(1.011.914)
Participações	(1.344.526)	(1.011.914)
Contribuições	-	-
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	-	-
Part. de Acionistas Não Controladores	2.089.497	(1.742.826)
Lucro/Prejuízo do Período	32.987.792	21.511.789

Fonte: Bovespa, 2009.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em mil R\$

Descrição da Conta	31/12/2008	31/12/2007
Caixa Líquido Atividades Operacionais	49.951.785	42.238.733
Caixa Gerado nas Operações	56.986.992	34.867.576
Lucro Líquido do Exercício	32.987.792	21.511.789
Part. dos Acionistas Ñ Controladores	(2.089.497)	1.742.826
Resultado de Part. em Invest. Relevantes	115.790	367.361
Ágio/Deságio - Amortização	758.428	97.913
Depreciação, Depleção e Amortização	11.631.984	10.695.826
Perda na Recuperação de Ativos	2.658.224	446.130
Baixa de Poços Secos	1.524.143	916.080
Valor Resid. de Bens Perm. Baixados	597.001	398.666
Var. Camb. Monet. e Enc. s/ Financ.	4.033.176	(1.786.249)
Imposto Renda e Contrib. Soc. Dif. Liq.	4.769.951	477.234
Variações nos Ativos e Passivos	(2.963.303)	10.175.813
Contas a Receber	(210.111)	1.394.042
Estoques	(1.413.136)	(1.429.937)
Contas Petróleo e Álcool - STN	(11.822)	(12.060)
Var. Cambial de Ativo Permanente	-	6.802.836
Fornecedores	648.394	1.549.778
Impostos, Taxas e Contribuições	(3.642.293)	382.622
Obrigações com Projetos Estruturados	147.389	(934.163)
Plano de Pensão e de Saúde	1.546.437	2.790.542
Oper. Curto Prazo com Subid/Contr/Colig.	(28.161)	(367.847)
Outros	(4.071.904)	(2.804.656)
Outros Ativos	(528.823)	(1.272.217)
Outros Passivos	(3.543.081)	(1.532.439)
Caixa Líquido Atividades de Investimento	(53.425.373)	(45.232.958)
Investimentos nos Segmentos de Negócio	(52.117.665)	(41.404.730)
Investimentos em Títulos e Valores Mobil	(273.726)	(3.122.991)
Outros Investimentos	(1.266.037)	(776.109)
Dividendos Recebidos	232.055	70.872
Empreendimentos em Negociação	-	-
Caixa Líquido Atividades Financiamento	5.624.264	(11.422.284)
Financiamentos e Operações de Mútuo, Liq	11.836.832	(3.947.929)

Fundo Inv. em Direitos Cred. Não-Padron.	-	-
Dividendos Pagos a Acionistas	(6.212.568)	(7.474.355)
Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	667.071	(341.747)
Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	2.817.747	(14.758.256)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	13.070.849	27.829.105
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.888.596	13.070.849

Fonte: Bovespa, 2009.

Notas Explicativas 2008

Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária, dos Pronunciamentos, das Orientações e das Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e das normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis de 2008 incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, e pela Medida Provisória 449, de 3 de dezembro de 2008, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações contábeis.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu na Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de março de 2009.

Com o objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando as seguintes informações complementares:

Relatório por segmento de negócio

As informações por segmentos de negócios, apresentadas adicionalmente, foram preparadas de acordo com a norma norte-americana de contabilidade SFAS-131 emitida pelo "Financial Accounting Standards Board", a qual foi referendada pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007.

Nas demonstrações por área de negócio, as operações da Companhia estão estruturadas de acordo com os seguintes segmentos: Exploração e Produção, Abastecimento, Gás e Energia, Distribuição, Internacional e grupo de órgãos corporativos.

Balanco social

O balanço social demonstra os indicadores sociais, ambientais, o quantitativo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial e foi elaborado de acordo com a Resolução CFC nº 1.003. Algumas informações foram obtidas através de registros auxiliares e de determinadas informações gerenciais da Companhia, subsidiárias e suas controladas.

Alterações de práticas contábeis

A Lei 11.638/07, de 28 de dezembro de 2007, e a Medida Provisória 449/08, de 3 de dezembro de 2008, alteraram e revogaram dispositivos que tratavam matéria contábil da Lei das Sociedades Anônimas Lei 6.404/76, visando à convergência das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade (IFRS). O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado com a incumbência de editar os pronunciamentos técnicos de contabilidade em linha com as normas contábeis internacionais. Apresentamos a seguir os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e referendados pela CVM até 31 de dezembro de 2008.

Pronunciamento Técnico/CPC		Deliberação/CVM	
Número	Título	Número	Data de emissão
CPC	Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis	539/08	14 de março de 2008
CPC	Redução ao valor recuperável de ativos	527/0	1º de novembro de

01		7	2007
CPC 02	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis	534/08	29 de janeiro de 2008
CPC 03	Demonstração dos fluxos de caixa	547/08	13 de agosto de 2008
CPC 04	Ativo intangível	553/08	12 de novembro de 2008
CPC 05	Divulgação sobre partes relacionadas	560/08	11 de dezembro de 2008
CPC 06	Operações de arrendamento mercantil	554/08	12 de novembro de 2008
CPC 07	Subvenção e assistência governamentais	555/08	12 de novembro de 2008
CPC 08	Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários	556/08	12 de novembro de 2008
CPC 09	Demonstração do valor adicionado	557/08	12 de novembro de 2008
CPC 10	Pagamentos baseados em ações	562/08	17 de dezembro de 2008
CPC 11	Contratos de seguro	563/08	17 de dezembro de 2008
CPC 12	Ajuste a valor presente	564/08	17 de dezembro de 2008
CPC 13	Adoção inicial da Lei 11.638/07 e Medida Provisória 449/08	565/08	17 de dezembro de 2008
CPC 14	Instrumentos financeiros: reconhecimento, mensuração e evidenciação	566/08	17 de dezembro de 2008

A Medida Provisória 449/08 também instituiu o Regime Tributário de Transição estabelecendo o tratamento dos efeitos tributários sobre os métodos e critérios introduzidos pela nova legislação.

A Companhia adotou pela primeira vez estes pronunciamentos, quando aplicável, na elaboração das demonstrações contábeis do exercício de 2008, conforme facultado pela deliberação CVM 565/08, tendo refletido os ajustes iniciais em 1º janeiro de 2008, data de transição, na conta de lucros acumulados sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações contábeis de 2007.

A seguir apresentamos um resumo dos pronunciamentos adotados:

Demonstração dos fluxos de caixa – DFC e demonstração do valor adicionado - DVA

A Companhia já elaborava e divulgava a DFC e a DVA antes da sua obrigatoriedade, como informação complementar. Todavia, algumas mudanças na estrutura de apresentação dessas demonstrações foram realizadas, em função do disposto nos pronunciamentos técnicos - CPC 03 e CPC 09.

Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)

O CPC 01 define procedimentos visando assegurar que os ativos da Companhia não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estejam avaliados por valor não recuperável no futuro, a Companhia deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

As avaliações são efetuadas considerando-se a menor unidade geradora de caixa, quando aplicável, e o valor recuperável é o valor de uso determinado com base no modelo de fluxos de caixa futuros, descontados por taxas de juros antes dos impostos.

A Companhia já adotava esse procedimento, entretanto, as perdas provisionadas, segundo o atual procedimento, poderão ser revertidas se houver indicativos que evidenciem essa recuperação.

Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

O CPC 02 estabelece critérios para definição da moeda funcional e conversão das demonstrações contábeis de controladas, coligadas e sucursais com moeda funcional distinta da moeda funcional da controladora.

A adoção do CPC 02 alterou os seguintes procedimentos:

As variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da controladora, passaram a ser registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da realização dos investimentos.

Até o exercício de 2007, essa variação cambial afetava o resultado do exercício, como equivalência patrimonial.

A demonstração de resultado das investidas, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da controladora, passou a ser convertida pela taxa de câmbio média mensal, e os demais itens do patrimônio líquido passaram a ser convertidos pela taxa histórica.

Anteriormente, era utilizada a taxa de câmbio do final do exercício para conversão desses itens.

Ativos intangíveis

O CPC 04 define o tratamento contábil a ser dado aos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente por outros pronunciamentos.

A Companhia já apresentava seus ativos intangíveis de acordo com a Deliberação CVM 488/05, de 3 de outubro de 2005.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”) decorrente de aquisição de participação com controle (controladas e controladas em conjunto) passa a ser apresentado como ativo intangível e o ágio decorrente de aquisição de participação em coligadas continua a ser apresentado no investimento.

Esses ágios não serão mais amortizados pelo prazo e extensão das projeções que os determinaram, a partir do exercício de 2009, em função do preconizado no CPC 13 – Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08, estando sujeitos ao teste por “impairment”.

Divulgações sobre partes relacionadas

A Companhia ampliou a divulgação de transações e saldos com partes relacionadas, em notas explicativas, em função do CPC 05.

Contratos com transferência de benefícios, riscos e controle de bens

O CPC 06 estabelece procedimentos de contabilização e de divulgação de transações em que existem compromissos contratuais com e sem transferência de benefícios, riscos e controles de bens.

A Companhia passou a registrar em seu ativo imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato os direitos que tenham por objetos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia decorrentes de operações que transferiram os benefícios, riscos e controle desses bens, assim como sua obrigação correlata.

Anteriormente, essas operações eram tratadas como custo/despesa com afretamentos, aluguel ou prestação de serviços.

Subvenções e assistências governamentais

O CPC 07 define que os incentivos fiscais decorrentes de doações ou subvenções governamentais para investimentos, recebidos a partir de 1º janeiro de 2008, sejam reconhecidos como receita ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática, aplicando-se na Petrobras da seguinte forma:

Subvenções com reinvestimentos: na mesma proporção da depreciação do bem;

Subvenções diretas relacionadas ao lucro da exploração: diretamente no resultado.

Os valores apropriados no resultado, no ano de 2008, serão destinados à Reserva de Incentivos Fiscais.

Os saldos das reservas de capital referentes às doações e subvenções para investimento, em 31 de dezembro de 2007, serão mantidos no patrimônio líquido até a sua total utilização, na forma prevista na Lei 6.404/76.

Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários

O CPC 08 estabelece o tratamento contábil aplicável ao reconhecimento, à mensuração e à divulgação dos custos de transação incorridos e dos prêmios recebidos no processo de captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais e/ou dívida.

A Companhia passou a apresentar os títulos patrimoniais e de dívidas pelo valor recebido, isto é, líquido dos referidos custos de transação, descontos e prêmios incorridos.

Ajuste a valor presente – AVP

O CPC 12 estabelece os requisitos básicos a serem observados quando da aplicação do ajuste a valor presente na mensuração de ativos e passivos, decorrentes de operações de longo prazo e operações relevantes de curto prazo. A Companhia já adotava esse procedimento para as transações relevantes.

Instrumentos financeiros

O CPC 14 estabelece princípios para o reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros e de alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros e para a divulgação de instrumentos financeiros derivativos.

Com a adoção do CPC 14, as seguintes alterações foram procedidas:

As operações de “hedge” de fluxo de caixa passaram a ser registradas, no balanço patrimonial, pelo seu valor justo, quando se qualificam como “hedge” efetivo, com efeitos no patrimônio líquido, e posterior reclassificação para o resultado, quando a transação objeto de “hedge” tenha impacto sobre o resultado. Anteriormente, essas operações eram registradas no resultado, quando da sua liquidação financeira.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteção das variações nos preços de petróleo e derivados passaram a ser marcados a mercado ao longo de seus períodos de vigência, com impactos no resultado financeiro. Anteriormente, esses ajustes eram registrados no resultado somente quando da sua liquidação financeira.

O ajuste ao valor de mercado dos títulos mobiliários classificados como disponíveis para venda passou a ser registrado, no patrimônio líquido, até sua liquidação, quando será transferido para o resultado. Anteriormente, esses ajustes impactavam o resultado do exercício.

Investimentos societários

De acordo com a Medida Provisória 449/08, serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas nos quais a administração tenha influência significativa, e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum. Não foram identificados efeitos relevantes sobre este item.

Anteriormente, a aplicação do método de equivalência patrimonial era determinada somente para os investimentos relevantes em coligadas que a administração tivesse influência, ou que participasse com 20% ou mais do capital social.

Diferido

A Medida Provisória 449/08 extinguiu o ativo diferido, permitindo a manutenção do saldo de 31 de dezembro de 2008, que continuará a ser amortizado, em até 10 anos, sujeito ao teste de “impairment”.

Resultado de exercícios futuros – REF

O resultado de exercícios futuros foi extinto a partir do exercício de 2008, em função da alteração da Lei 6.404/76 pela Medida Provisória 449/08. Todavia, os saldos existentes em 31 de dezembro de 2008 e 2007 foram reclassificados para o passivo não-circulante – receita diferida.

Os deságios decorrentes de expectativa de resultado futuro foram reclassificados, nas demonstrações contábeis consolidadas, para o passivo não-circulante.

Reserva de reavaliação

A Lei 11.638/07 não admite novas reavaliações espontâneas do ativo imobilizado.

A Companhia optou por manter o saldo das respectivas reservas de reavaliação de 31 de dezembro de 2007, até sua total realização.

Receitas e despesas não operacionais

As receitas e despesas não operacionais foram extintas a partir do exercício de 2008, em função da alteração da Lei 6.404/76 pela Medida Provisória 449/08. Todavia, os saldos existentes em 31 de dezembro de 2008 e 2007 provenientes da alienação e baixa de ativos de natureza permanente foram reclassificados para outras receitas e despesas operacionais, com exceção dos saldos decorrentes de ganhos e perdas de capital nos investimentos que foram reclassificados para o resultado de participações em investimentos.

Efeitos da adoção da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08

Os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da adoção da nova legislação, líquidos dos efeitos fiscais quando aplicável, estão demonstrados a seguir:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido
Saldo conforme demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2008:	32.987.792	138.365.282	36.469.549	144.051.139
- Pela adoção inicial em 1º de janeiro de 2008, data de transição:				
Instrumentos financeiros derivativos		48.177		
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens		(1.386.691)		(1.386.691)
		(1.338.514)		(1.386.691)
- No exercício de 2008:				
Subvenção e assistência governamentais	(557.185)	76.574	(557.185)	76.574
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	(205.341)	200.522	(205.341)	130.839
Instrumentos financeiros derivativos	314.371	314.371	(8.984)	(8.984)
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	739.814	739.814	739.814	739.814
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	636.264		452.704	
	927.923	1.331.281	421.008	938.243
Saldos anteriores à aplicação da Lei	33.915.71	138.358.04	36.890.55	143.602.69

11.638/07 e Medida Provisória 449/08	5	9	7	1
---	---	---	---	---

Em decorrência das alterações da Lei 6.404/76, alguns saldos de 2007 foram reclassificados para permitir a comparação com as demonstrações contábeis de 2008. As reclassificações efetuadas não têm impacto no resultado nem no patrimônio líquido de 2007 e podem ser assim resumidas:

Demonstração de Resultado	R\$ mil			
	31/12/2007			
	Consolidado		Controladora	
	Publicado	Reclassificado	Publicado	Reclassificado
Receitas(despesas) operacionais				
Receitas/Despesas financeiras	2.506.543	2.417.659	(2.983.518)	(3.096.677)
Outras receitas e despesas operacionais	(4.623.379)	(5.188.393)	(4.365.710)	(4.611.454)
Participações em subsidiárias e coligadas				
Resultado de participações em investimentos	(680.655)	(465.274)	(661.581)	(643.379)
Receitas e despesas não operacionais	(438.517)		(340.701)	

Sumário das principais práticas contábeis

Moeda funcional

A moeda funcional da Petrobras, assim como a de todas as suas controladas brasileiras, é o Real (R\$). A moeda funcional de algumas controladas e sociedades de propósito específico que atuam em ambiente econômico internacional é o dólar norte-americano e, a moeda funcional da “Petrobras Energía Participaciones S.A.” - PEPSA é o peso argentino.

Em 2008, a Companhia converteu os ativos e passivos de controladas e sociedades de propósito específico com moeda funcional distinta do Real (R\$) para Reais, à taxa de câmbio corrente de venda em 31.12.2008, e as demonstrações do resultado e do fluxo de caixa às taxas médias vigentes durante o exercício. O ganho líquido de conversão no montante de R\$ 636.264 mil no Consolidado (R\$ 452.704 mil na Controladora), resultante deste processo, foi apresentado como ajustes acumulados de conversão, no patrimônio líquido.

Apuração do resultado, ativos e passivos circulantes e não circulantes

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui: os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes, incluindo, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, bem como a provisão para devedores duvidosos constituída em limite considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

A receita de vendas é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização.

Caixas e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por aplicações de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em numerário, com vencimento em três meses ou menos da data de aquisição.

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram classificados pela Companhia como disponíveis para venda, mantidos até o vencimento ou para negociação, com base nas estratégias da administração para esses títulos e valores mobiliários.

Os juros e atualização monetária dos títulos e valores mobiliários para negociação, bem como o ajuste a valor justo desses itens, estão registrados no resultado.

Os encargos e a atualização monetária, se aplicável, sobre os títulos disponíveis para venda, são registrados no resultado, quando incorridos. Os ajustes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no patrimônio líquido, sendo transferidos para o resultado do exercício, quando de sua liquidação.

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento estão registrados pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária com impactos no resultado.

Contabilização de derivativos e operações de “hedge”

Todos os instrumentos derivativos foram reconhecidos no balanço da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, e foram mensurados pelo valor justo.

Nas operações com instrumentos financeiros derivativos, para proteção das variações nos preços de petróleo e derivados, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são registrados no resultado como receita ou despesa financeira.

Para as operações de “hedge” de fluxo de caixa, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são registrados em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, até a sua liquidação.

Estoques

Os estoques estão demonstrados da seguinte forma:

As matérias-primas compreendem principalmente os estoques de petróleo, que estão demonstrados pelo valor médio dos custos de importação e de produção, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização;

Os derivados de petróleo e álcool estão demonstrados ao custo médio de refino ou de compra, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização;

Os materiais e suprimentos estão demonstrados ao custo médio de compra que não excede ao de reposição, as importações em andamento demonstradas ao custo identificado e os adiantamentos apresentados pelo valor efetivamente desembolsado.

Imobilizado

Os ativos estão demonstrados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 para as empresas sediadas no Brasil, e no exercício de 2002 para as empresas sediadas na Argentina, e os direitos que tenham por objetos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, decorrentes de operações que transferiram os benefícios, riscos e controles desses bens, estão demonstrados pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato

Os equipamentos e instalações relacionados com a produção de petróleo e gás cativos aos respectivos poços desenvolvidos são depreciados de acordo com o volume de produção mensal em relação às reservas provadas e desenvolvidas de cada campo produtor. Para os ativos com vida útil menor do que a vida do campo ou que são vinculados a campos com diversas fases de desenvolvimento da produção, é utilizado o método da linha reta. Outros equipamentos e ativos não relacionados com a produção de petróleo e gás são depreciados de acordo com a vida útil estimada.

Os gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás são registrados de acordo com o método dos esforços bem sucedidos. Esse método determina que os custos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia e geofísica devem ser considerados despesas do período em que forem incorridos e os custos com poços exploratórios secos e os vinculados às reservas não comerciais devem ser registrados no resultado quando são identificados como tal.

Os custos capitalizados, bens e direitos e concessões vinculados são revisados anualmente, campo a campo, para identificação de possíveis perdas na recuperação, com base no fluxo de caixa futuro estimado.

Os custos capitalizados são depreciados, utilizando-se o método das unidades produzidas em relação às reservas provadas e desenvolvidas. Essas reservas são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo da Companhia de acordo com padrões internacionais e revisadas anualmente ou quando há indicação de alteração significativa.

Abandono de poços e desmantelamento de áreas

De acordo com a prática contábil adotada, apoiada no pronunciamento SFAS 143– “Accounting for Asset Retirement Obligations” do “Financial Accounting Standards Boards” – FASB, a obrigação futura com abandono de poços e desmantelamento de área de produção está contabilizada pelo seu valor presente, descontada a uma taxa livre de risco, sendo registrada integralmente no momento da declaração de comercialidade de cada campo, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão, registrada no passivo, que suportará tais gastos.

Ativos Intangíveis

A Companhia apresenta, em seu ativo intangível, os gastos com direitos e concessões que incluem, principalmente, os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural e são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas totais. Adicionalmente, também são incluídos softwares, marcas e patentes neste grupo, amortizados linearmente pela vida útil estimada.

Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais e prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use estimativas e premissas com relação à demonstração de ativos e passivos e à divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como as estimativas de receitas e despesas para o exercício. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Caixa e equivalentes de caixa

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Caixa e bancos	2.622.270	2.329.575	394.220	866.147
Aplicações financeiras				
- No País				
Fundos de investimentos exclusivos:				
. Cambial				
. DI	1.454.268	1.600.197	7.696	1.048.495
. Títulos Públicos	3.492.197	915.015		
. Direitos Creditórios			6.338.839	2.254.378
Fundos de investimentos financeiros:				
. Cambial	2.223	40.541		
. DI	1.685.713	1.640.094		
Outros	237.519	669.598	85.247	
	<u>6.871.920</u>	<u>4.865.445</u>	<u>6.431.782</u>	<u>3.302.873</u>
- No Exterior				
. "Time deposit"	4.005.280	2.165.182	3.989.814	1.670.407
. Título de Renda fixa	2.389.126	3.710.647	452.498	2.008.522
	<u>6.394.406</u>	<u>5.875.829</u>	<u>4.442.312</u>	<u>3.678.929</u>
Total das aplicações financeiras	<u>13.266.326</u>	<u>10.741.274</u>	<u>10.874.094</u>	<u>6.981.802</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>15.888.596</u>	<u>13.070.849</u>	<u>11.268.314</u>	<u>7.847.949</u>

As aplicações financeiras no país possuem liquidez imediata e são representadas por quotas de fundos exclusivos, cujos recursos estão aplicados em títulos públicos federais e operações de derivativos, executadas pelos gestores dos

fundos, com contratos futuros de dólar norte-americano e de DI (Depósito Interbancário) com garantia da BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros). Os fundos exclusivos não possuem obrigações financeiras significativas, limitando-se às obrigações diárias de ajuste das posições na BM&F, serviços de auditoria, taxas de serviços relativas à custódia dos ativos e execução de operações financeiras e demais despesas administrativas. Os saldos das aplicações financeiras estão atualizados pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

Partes relacionadas

As operações comerciais da Petrobras com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As operações de compra de petróleo e derivados efetuadas pela Petrobras com a subsidiária PifCo possuem prazo maior de liquidação em função de a PifCo ser uma subsidiária criada para esse fim, com a cobrança dos devidos encargos incorridos no período. Os repasses de pré-pagamento de exportações e de captação de recursos no mercado internacional são efetuados nas mesmas taxas obtidas pela subsidiária. As demais operações, principalmente empréstimos através de operações de mútuo, têm seu valor, seus rendimentos e/ou encargos estabelecidos com base nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, quando aplicável, com base na análise dos valores a receber e em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, não são esperadas perdas na realização destas contas a receber.

Estoques

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Produtos:				
Derivados de petróleo (*)	5.587.327	4.823.515	3.993.002	3.378.905
Álcool (*)	598.382	320.131	281.180	89.612
	<u>6.185.709</u>	<u>5.143.646</u>	<u>4.274.182</u>	<u>3.468.517</u>
Matérias-primas, principalmente petróleo bruto (*)	8.363.429	8.132.362	5.297.904	5.805.167
Materiais e suprimentos para manutenção (*)	3.362.265	2.832.548	2.865.459	2.503.489
Adiantamentos a fornecedores	1.654.610	1.346.742	1.609.257	1.224.645
Outros	<u>715.087</u>	<u>380.456</u>	<u>105.096</u>	<u>35.073</u>
Total	<u>20.281.100</u>	<u>17.835.754</u>	<u>14.151.898</u>	<u>13.036.891</u>
Circulante	19.977.171	17.599.001	13.847.969	12.800.138
Não circulante	303.929	236.753	303.929	236.753

(*) Inclui importações em andamento.

Contas petróleo e álcool - STN

Visando a concluir o encontro de contas com a União, de acordo com o previsto na Medida Provisória 2.181, de 24 de agosto de 2001, a Petrobras, após ter prestado todas as informações requeridas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, está buscando equalizar as divergências ainda existentes entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da conta de R\$ 809.673 mil (R\$ 797.851 mil em 31 de dezembro de 2007) poderá ser quitado pela União por meio da emissão de títulos do Tesouro Nacional, de valor igual ao saldo final do encontro de contas ou mediante compensação com outros montantes que a Petrobras porventura estiver devendo ao Governo Federal, na época, inclusive os relativos a tributos ou uma combinação das operações anteriores.

Gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Gastos capitalizados	83.883.258	69.440.022	66.557.820	58.369.377
	(34.081.24		(27.885.150	
Depreciação acumulada	4)	(29.792.677))	(25.481.760)
Amortização de gastos com abandono	(1.061.555		(956.992)	(549.656)
)	(611.898))	
Investimento líquido	<u>48.740.459</u>	<u>39.035.447</u>	<u>37.715.678</u>	<u>32.337.961</u>

No exercício de 2008, a Companhia revisou, de acordo com a prática contábil descrita na Nota 4.6, as estimativas de gastos para futuro abandono de poços e desmantelamento de área de produção de óleo e gás, considerando a vida útil econômica dos campos e os fluxos de caixa esperados, a valor presente, por uma taxa de juros livre de riscos, ajustada pelo risco da Petrobras. Esta revisão resultou numa redução na provisão em R\$ 268.520 mil e na rubrica de investimentos exploratórios em R\$ 70.698 mil. O efeito líquido destes ajustes, somado aos gastos incorridos com o abandono de poços no exercício, no montante de R\$ 254.992 mil, resultou no aumento na rubrica de custos exploratórios para extração de petróleo e gás, no montante de R\$ 57.170 mil.

Depreciação

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e 2007 está assim apresentada:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Parcela absorvida no custeio:				
De bens	5.730.051	5.213.856	3.877.298	1.997.067
De gastos de exploração e produção	3.614.225	3.180.201	2.456.143	2.561.313
Custo para abandono de poços capitalizados/provisionados	491.300	303.284	491.086	286.082
	<u>9.835.576</u>	<u>8.697.341</u>	<u>6.824.527</u>	<u>4.844.462</u>
Parcela registrada diretamente no resultado	1.003.399	1.096.558	571.486	507.228
	<u>10.838.975</u>	<u>9.793.899</u>	<u>7.396.013</u>	<u>5.351.690</u>

Redução ao valor recuperável de ativos

Por área de negócio

	R\$ mil					
	Consolidado			Controladora		
	2008			2008		
	Impairment	Reversão	Total	Impairment	Reversão	Total
Exploração e produção	602.675		602.675	602.675		602.675
Internacional	330.413		330.413			
Total	<u>933.088</u>		<u>933.088</u>	<u>602.675</u>		<u>602.675</u>

Por tipo de ativo

	R\$ mil	
	Consolidado	Controladora
	2008	2008

	Impair- ment	Rever- são	Total	Impair- ment	Rever- são	Total
Edificações e benfeitorias	3.832		3.832			
Equipamento e outros bens	90.766		90.766	89.153		89.153
Gastos com exploração, desenvol- vimento e produção de petróleo e gás	838.490		838.490	513.522		513.522
Total	<u>933.088</u>		<u>933.088</u>	<u>602.675</u>		<u>602.675</u>

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto. Esta taxa deriva da taxa pós-imposto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC). As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

Intangível

Por área de negócio

	R\$ mil			
	Consolidado			
	2008		2007	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Exploração e produção	1.974.682	(181.966)	1.792.716	1.741.589
Abastecimento	297.184	(104.606)	192.578	222.231
Distribuição	908.655	(216.406)	692.249	108.307
Gás e energia	377.985	(42.913)	335.072	108.302
Internacional	5.505.695	(1.638.731)	3.866.964	2.277.776
Corporativo	1.984.704	(861.070)	1.123.634	1.073.848
	<u>11.048.905</u>	<u>(3.045.692)</u>	<u>8.003.213</u>	<u>5.532.053</u>

	R\$ mil			
	Controladora			
	2008		2007	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Exploração e produção	1.974.183	(181.806)	1.792.377	1.741.222
Abastecimento	226.047	(67.981)	158.066	141.607
Distribuição	472.983	(47.945)	425.038	
Gás e energia	280.689	(28.259)	252.430	94.435
Internacional	56.420	(10.657)	45.763	34.499
Corporativo	1.963.485	(855.443)	1.108.042	1.062.914
	<u>4.973.807</u>	<u>(1.192.091)</u>	<u>3.781.716</u>	<u>3.074.677</u>

Por tipo de ativos

R\$ mil					
Consolidado					
	Software			Ágio com expectativa de rentabilidade futura ("goodwill")	Total
	Direitos e Concessões	Adquirido	Desenvolvido Internamente		
Saldo em 31 de dezembro de 2006	4.108.633	440.608	1.102.405		5.651.646
Adição	451.431	103.361	331.321		886.113
Baixa	(93.978)	(768)	(476)		(95.222)
Transferências	(29.771)	78.884	47.340		96.453
Amortização	(125.602)	(91.150)	(243.631)		(460.383)
"Impairment" - constituição					
Ajuste acumulado de conversão	(481.842)	(64.712)			(546.554)
Saldo em 31 de dezembro de 2007	3.828.871	466.223	1.236.959		5.532.053
Adição	1.102.797	154.864	398.416	27.158	1.683.235
Baixa	(87.772)	(74.426)	(473)	(9.438)	(172.109)
Transferências	8.886	(25.257)	(5.764)	1.221.814	1.199.679
Amortização	(196.263)	(131.053)	(278.864)	(118.257)	(724.437)
"Impairment" - constituição				(384.431)	(384.431)
Ajuste acumulado de conversão	630.059	43.639		195.525	869.223
Saldo em 31 de dezembro de 2008	5.286.578	433.990	1.350.274	932.371	8.003.213
Tempo de vida útil estimado - anos	25	5	5	Indefinida	

R\$ mil					
Controladora					
	Softwares			Ágio com expectativa de rentabilidade futura ("goodwill")	Total
	Direitos e Concessões	Adquirido	Desenvolvido internamente		
Saldo em 31 de dezembro de 2006	1.438.634	243.437	1.096.702		2.778.773
Adição	224.220	13.126	321.939		559.285
Baixa	(4.962)		(476)		(5.438)
Transferências		24	47.340		47.364
Amortização	(2.260)	(59.416)	(243.633)		(305.309)
"Impairment" - constituição					
Ajuste acumulado de conversão					
Saldo em 31 de dezembro de 2007	1.655.632	197.171	1.221.872		3.074.675
Adição	98.927	80.951	389.542	27.158	596.578
Baixa	(43.858)	(86)	(473)		(44.417)
Transferências	(640)	(8.968)	(450)	553.853	543.795
Amortização	(2.200)	(75.309)	(278.864)	(32.542)	(388.915)

“Impairment” - constituição

Ajuste acumulado de conversão
Saldo em 31 de dezembro de
2008

1.707.861	193.759	1.331.627	548.469	3.781.716
-----------	---------	-----------	---------	-----------

Tempo de vida útil estimado -
anos

25	5	5	Indefinida
----	---	---	------------

“Impairment” do ágio com expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”)

A Petrobras América Inc., controlada indireta da Petrobras, registrou em 2008 uma perda por desvalorização do ágio pago na aquisição das empresas Pasadena Refining System, Inc. e Pasadena Trading Company no valor de R\$ 384.431 mil. Os fatores determinantes para o cálculo foram: (a) declínio constante e substancial do petróleo bruto e preço dos produtos nos últimos doze meses, (b) diminuição do refino e margem bruta do mercado atacadista, e (c) diminuição da demanda de produtos refinados.

Incentivos fiscais

Inclui incentivo para subvenção de investimentos no Nordeste, no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com redução de 75% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração de atividades incentivadas, no montante de R\$ 514.857 mil até 31 de dezembro de 2008, e somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda.

As doações e subvenções para investimento contabilizadas até 31 de dezembro de 2007 serão mantidas em reserva de capital até a sua total utilização.

Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, contabilizadas por controlada em conjunto e por coligadas de subsidiária, em exercícios anteriores.

A Companhia optou por manter o saldo das respectivas reservas de reavaliação de 31 de dezembro de 2007, até sua total realização.

A realização desta reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi integralmente transferida para lucros acumulados no montante de R\$ 51.236 mil (R\$ 4.903 mil em 2007).

Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 55 do Estatuto Social da Companhia.

Reserva de incentivos fiscais

É constituída mediante destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, apropriada no resultado do exercício em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, incluído pela Lei 11.638/07, a partir de 01 de janeiro de 2008.

No exercício de 2008, foram destinados do resultado o valor de R\$ 557.185 mil referentes ao incentivo para subvenção de investimentos no Nordeste, no âmbito da SUDENE, com redução de 75% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração de atividades incentivadas,

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 está prevista uma retenção de lucros, no montante de R\$ 25.217.273 mil, sendo a parcela de R\$ 23.779.347 mil proveniente do lucro líquido do exercício e R\$ 1.437.926 mil do saldo remanescente de lucros acumulados, que se destina a atender parcialmente o programa anual de investimentos estabelecido no orçamento de capital do exercício de 2009, a ser deliberado em Assembleia Geral de Acionistas em 08 de abril de 2009.

Valor justo de mercado

O valor justo de mercado dos instrumentos financeiros é determinado com base em preços de mercado publicados, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. O valor justo de mercado das disponibilidades, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores é equivalente ao seu valor contábil. O valor justo de mercado dos ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seu valor contábil.

Instrumentos financeiros não derivativos

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2008 e 2007 instrumentos financeiros não derivativos, devidamente reconhecidos nas demonstrações contábeis, tais como: Caixa e equivalente de caixa (Nota 5), Títulos e valores mobiliários (Nota 10) e Financiamentos (Nota 15).

Seguros

Para proteção do seu patrimônio, a Petrobras tem por filosofia básica transferir, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. Os demais riscos são objeto de autosseguro, com a Petrobras, intencionalmente, assumindo o risco integral, mediante ausência de seguro. A Companhia, assume parcela expressiva de seu risco, contratando franquias que podem chegar ao montante equivalente a US\$ 50 milhões.

As premissas de risco adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Conseqüentemente, não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas 2007

Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Alguns valores relativos a exercícios anteriores foram reclassificados para fins de adequação às demonstrações do exercício atual, facilitando a comparabilidade.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu na Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de março de 2008.

Com o objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando as seguintes informações complementares abrangendo a controladora e o consolidado:

Relatório por segmento de negócio

As informações por segmentos de negócios, apresentadas adicionalmente, foram preparadas de acordo com a norma norte-americana de contabilidade SFAS-131 emitida pelo “Financial Accounting Standards Board”.

Nas demonstrações por área de negócio, as operações da Companhia estão estruturadas de acordo com os seguintes segmentos: Exploração e Produção, Abastecimento, Gás e Energia, Distribuição, Internacional e grupo de órgãos corporativos.

Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração do Fluxo de Caixa foi preparada de acordo com a NPC 20 emitida pelo IBRACON - Instituto de Auditores Independentes do Brasil.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado demonstra o valor da riqueza gerada pela Companhia e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração e foi elaborada nos moldes do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/07 e Resolução CFC nº 1.010/05, do Conselho Federal de Contabilidade.

Balanço social

O balanço social demonstra os indicadores sociais, ambientais, o quantitativo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial e foi elaborado de acordo com a Resolução CFC nº 1.003. Algumas informações foram obtidas através de registros auxiliares e de determinadas informações gerenciais da Companhia, subsidiárias e suas controladas.

Sumário das principais práticas contábeis

Apuração do resultado, ativos e passivos circulantes e não circulantes

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui: os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes, incluindo, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, bem como a provisão para devedores duvidosos, constituída em limite considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

A receita de vendas é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização.

Estoques

Os estoques estão demonstrados da seguinte forma:

As matérias-primas compreendem principalmente os estoques de petróleo, que estão demonstrados pelo valor médio dos custos de importação e de produção, que não excede ao valor de mercado;

Os derivados de petróleo e álcool estão demonstrados ao custo médio de refino ou de compra, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização;

Os materiais e suprimentos estão demonstrados ao custo médio de compra que não excede ao de reposição, as importações em andamento demonstradas ao custo identificado e os adiantamentos apresentados pelo valor efetivamente desembolsado.

Investimentos societários

Participação societária em subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e coligadas (Nota 12), está avaliada, em proporção ao valor do patrimônio líquido contábil das empresas investidas, pelo método da equivalência patrimonial; os ganhos ou perdas cambiais de investimentos societários no exterior estão apresentados, também, como resultado de participações em investimentos relevantes.

Ágio e Deságio

O ágio e o deságio registrados (Nota 12.7) são decorrentes de expectativa de resultado futuro, valor de mercado dos bens ou outros fundamentos e estão sendo amortizados, onde aplicável, na extensão das projeções que o determinaram ou pela vida útil dos bens.

Imobilizado

Os ativos estão demonstrados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 para as empresas sediadas no Brasil, e no exercício de 2002 para as empresas sediadas na Argentina.

Os equipamentos e instalações relacionados com a produção de petróleo e gás cativos aos respectivos poços desenvolvidos são depreciados de acordo com o volume de produção mensal em relação às reservas provadas e desenvolvidas de cada campo produtor. Para os ativos com vida útil menor do que a vida do campo ou que são vinculados a campos com diversas fases de desenvolvimento da produção, é utilizado o método da linha reta. Outros equipamentos e ativos não relacionados com a produção de petróleo e gás são depreciados de acordo com a vida útil estimada.

Os gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás são registrados de acordo com o método dos esforços bem sucedidos. Esse método determina que os custos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia e geofísica devem ser considerados despesas do período em que forem incorridos e os custos com poços exploratórios secos e os vinculados às reservas não comerciais devem ser registrados no resultado quando são identificados como tal.

Os custos capitalizados, bens e direitos e concessões vinculados são revisados anualmente, campo a campo, para identificação de possíveis perdas na recuperação, com base no fluxo de caixa futuro estimado.

Os custos capitalizados são depreciados utilizando-se o método das unidades produzidas em relação às reservas provadas e desenvolvidas. Essas reservas são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo da Companhia de acordo com padrões internacionais e revisadas anualmente ou quando há indicação de alteração significativa.

Intangível

Os gastos com direitos e concessões incluem, principalmente, os bônus de assinatura correspondentes as ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural e são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas totais. Adicionalmente, também são incluídos softwares e marcas e patentes neste grupo.

Diferido

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o período de contribuição de tais ativos intangíveis. O ativo diferido é registrado quando há expectativa de realização futura em função dos benefícios econômicos relacionados a esse ativo.

Resultado de exercícios futuros

Receitas financeiras e de variações cambiais e monetárias líquidas, com saldo credor, atribuíveis a empreendimentos em fase de implantação, em decorrência de projetos de expansão, reorganização ou modernização.

Receitas líquidas recebidas e ainda não realizadas para as quais não haja qualquer tipo de obrigação de

devolução, seja pela entrega de ativos ou prestação de serviço.

Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com os princípios de contabilidade, requer que a Administração use estimativas e premissas com relação à demonstração de ativos e passivos e à divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como as estimativas de receitas e despesas para o exercício. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

Estoques

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Produtos:				
Derivados de petróleo (*)	4.823.515	4.349.106	3.378.905	3.353.495
Álcool (*)	320.131	342.179	89.612	211.847
	<u>5.143.646</u>	<u>4.691.285</u>	<u>3.468.517</u>	<u>3.565.342</u>
Matérias-primas, principalmente petróleo bruto (*)	8.132.362	5.968.128	5.805.167	5.388.594
Materiais e suprimentos para manutenção (*)	2.832.548	3.200.565	2.503.489	2.478.468
Adiantamentos a fornecedores	1.346.742	2.026.906	1.224.645	1.960.366
Outros	<u>380.456</u>	<u>518.932</u>	<u>35.073</u>	<u>40.753</u>
Total	<u>17.835.754</u>	<u>16.405.816</u>	<u>13.036.891</u>	<u>13.433.523</u>
Curto prazo	<u>17.599.001</u>	<u>15.941.033</u>	<u>12.800.138</u>	<u>12.968.740</u>
Longo prazo	<u>236.753</u>	<u>464.783</u>	<u>236.753</u>	<u>464.783</u>

(*) Inclui importações em andamento.

Imobilizado

Por área de negócio

	R\$ mil			
	Consolidado			
	2007		2006	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Exploração e produção	122.993.317	(46.381.914)	76.611.403	63.172.812
Abastecimento	42.621.214	(17.395.330)	25.225.884	19.924.124
Distribuição	4.746.529	(1.953.079)	2.793.450	2.598.907
Gás e energia	24.714.138	(3.962.176)	20.751.962	15.720.102
Internacional	20.468.185	(7.804.130)	12.664.055	11.295.477
Corporativo	<u>2.762.993</u>	<u>(869.021)</u>	<u>1.893.972</u>	<u>1.391.669</u>
	<u>218.306.376</u>	<u>(78.365.650)</u>	<u>139.940.726</u>	<u>114.103.091</u>

R\$ mil	
Controladora	
2007	2006

	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Exploração e produção	92.014.418	(38.923.075)	53.091.343	40.068.703
Abastecimento	34.935.940	(15.493.888)	19.442.052	15.078.402
Distribuição				
Gás e energia	3.530.635	(614.494)	2.916.141	2.140.372
Internacional	18.937	(9.718)	9.219	5.691
Corporativo	2.661.963	(868.574)	1.793.389	1.389.068
	<u>133.161.893</u>	<u>(55.909.749)</u>	<u>77.252.144</u>	<u>58.682.236</u>

Por tipo de ativos

		R\$ mil			
		<u>Consolidado</u>			
		2007		2006	
	Tempo de vida útil estimado em anos	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Edificações e benfeitorias	25 a 40	5.982.282	(2.181.932)	3.800.350	3.803.495
Equipamentos e outros bens	3 a 30	95.193.667	(45.779.143)	49.414.524	44.223.971
Terrenos		854.848		854.848	728.136
Materiais		4.247.098		4.247.098	2.983.301
Adiantamentos a fornecedores		2.624.093		2.624.093	1.441.048
Projetos de expansão		39.964.366		39.964.366	29.112.482
Gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás (E&P)		<u>69.440.022</u>	<u>(30.404.575)</u>	<u>39.035.447</u>	<u>31.810.658</u>
		<u>218.306.376</u>	<u>(78.365.650)</u>	<u>139.940.726</u>	<u>114.103.091</u>

		R\$ mil			
		<u>Controladora</u>			
		2007		2006	
	Tempo de vida útil estimado em anos	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Edificações e benfeitorias	25 a 40	3.798.765	(1.571.567)	2.227.198	1.460.897
Equipamentos e outros bens	3 a 30	42.527.411	(28.306.766)	14.220.645	13.536.120
Terrenos		387.240		387.240	281.181
Materiais		3.608.233		3.608.233	2.420.139
Adiantamentos a fornecedores		786.240		786.240	346.002
Projetos de expansão		23.684.627		23.684.627	14.876.604
Gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás (E&P)		<u>58.369.377</u>	<u>(26.031.416)</u>	<u>32.337.961</u>	<u>25.761.293</u>
		<u>133.161.893</u>	<u>(55.909.749)</u>	<u>77.252.144</u>	<u>58.682.236</u>

Gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás

		R\$ mil			
		<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
		<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Gastos capitalizados		69.440.022	58.745.965	58.369.377	49.147.901
		(29.792.677)	(26.482.01)	(25.481.76)	(22.983.34)
Depreciação acumulada)		5)	0)	2)

Amortização de gastos com abandono	<u>(611.898)</u>	<u>(453.292)</u>	<u>(549.656)</u>	<u>(403.266)</u>
Investimento líquido	<u>39.035.447</u>	<u>31.810.658</u>	<u>32.337.961</u>	<u>25.761.293</u>

No exercício de 2007, a Companhia revisou, de acordo com a prática contábil descrita na Nota 3.6, as estimativas de gastos para futuro abandono de poços e desmantelamento de área de produção de óleo e gás, considerando a vida útil econômica dos campos e os fluxos de caixa esperados, a valor presente, por uma taxa de juros livre de riscos, ajustada pelo risco da Petrobras. Esta revisão resultou numa redução na provisão em R\$ 781.661 mil e na rubrica de investimentos exploratórios em R\$ 427.234 mil, e a conseqüente redução na rubrica de custos exploratórios para extração de petróleo e gás, no montante de R\$ 354.427 mil.

Depreciação

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e 2006 está assim apresentada:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Parcela absorvida no custeio:				
De bens	5.213.856	4.902.281	1.997.067	1.830.310
De gastos de exploração e produção	3.180.201	2.493.204	2.561.313	2.056.480
Custo para abandono de poços capitalizados/provisionados	303.284	282.958	286.082	274.385
	<u>8.697.341</u>	<u>7.678.443</u>	<u>4.844.462</u>	<u>4.161.175</u>
Parcela registrada diretamente no resultado	1.096.558	1.275.428	507.228	491.485
	<u>9.793.899</u>	<u>8.953.871</u>	<u>5.351.690</u>	<u>4.652.660</u>

Leasing de plataformas e navios

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, controladas diretas e indiretas mantinham contratos de leasing para plataformas "off-shore" e navios que são afretados à Petrobras, sendo o compromisso assumido pela Controladora equivalente ao montante daqueles contratos. A Controladora mantinha, também, contratos de leasing com terceiros para outras plataformas "off-shore".

Os valores do imobilizado líquido de depreciação e do passivo que essas plataformas representariam caso estivessem registradas como compra financiada de bens estão apresentados a seguir:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Imobilizado líquido de depreciação	<u>1.221.737</u>	<u>1.538.211</u>	<u>127.212</u>	<u>227.983</u>
Financiamento:				
Curto prazo (circulante)	458.157	552.063	35.506	73.751
Longo prazo (não-circulante)	974.604	1.987.662	70.852	323.200
	<u>1.432.761</u>	<u>2.539.725</u>	<u>106.358</u>	<u>396.951</u>

Os gastos antecipados com afretamentos de plataformas realizados em período anterior a sua entrada em operação estão registrados como despesas antecipadas e totalizam R\$ 1.110.843 mil em 31 de dezembro de 2007

(R\$ 1.000.264 mil em 31 de dezembro de 2006), sendo R\$ 758.028 mil no ativo realizável a longo prazo (R\$ 744.140 mil em 31 de dezembro de 2006).

Intangível

Por área de negócio

		R\$ mil			
		Consolidado			
		2007		2006	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Exploração e produção		2.001.731	(260.142)	1.741.589	1.517.726
Abastecimento		313.486	(91.255)	222.231	181.620
Distribuição		206.626	(98.319)	108.307	106.844
Gás e energia		132.971	(24.669)	108.302	60.375
Internacional		3.399.042	(1.121.266)	2.277.776	2.702.089
Corporativo		1.690.841	(616.993)	1.073.848	1.082.992
		<u>7.744.697</u>	<u>(2.212.644)</u>	<u>5.532.053</u>	<u>5.651.646</u>

		R\$ mil			
		Controladora			
		2007		2006	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Exploração e produção		2.001.252	(260.030)	1.741.222	1.517.311
Abastecimento		200.502	(58.895)	141.607	122.346
Distribuição					
Gás e energia		101.642	(7.207)	94.435	49.801
Internacional		43.774	(9.275)	34.499	18.481
Corporativo		1.654.648	(591.734)	1.062.914	1.070.834
		<u>4.001.818</u>	<u>(927.141)</u>	<u>3.074.677</u>	<u>2.778.773</u>

Por tipo de ativos

		R\$ mil			
		Consolidado			
		2007		2006	
	Tempo de vida útil estimado anos	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos e concessões	25	4.975.152	(1.146.281)	3.828.871	4.108.633
Software	4	2.769.545	(1.066.363)	1.703.182	1.543.013
		<u>7.744.697</u>	<u>(2.212.644)</u>	<u>5.532.053</u>	<u>5.651.646</u>

		R\$ mil			
		Controladora			
		2007		2006	
	Tempo de vida útil estimado anos	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos e concessões	25	1.670.904	(15.271)	1.655.633	1.438.634
Software	4	2.330.914	(911.870)	1.419.044	1.340.139
		<u>4.001.818</u>	<u>(927.141)</u>	<u>3.074.677</u>	<u>2.778.773</u>

Participação dos empregados e administradores

A participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação em vigor, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais.

Dessa forma, no exercício de 2007, a Petrobras provisionou R\$ 1.011.914 mil no Consolidado (R\$ 1.196.918 mil em 2006) e R\$ 844.412 mil na Controladora (R\$ 993.000 mil em 2006), de participação dos empregados e administradores nos lucros ou resultados (PLR). O valor da provisão respeita os limites estabelecidos pela Resolução nº 10, de 30 de maio de 1995, do Conselho de Controles das Empresas Estatais - CCE.

A participação dos administradores nos lucros ou resultados, será objeto de deliberação pela Assembléia Geral Ordinária, em 04 de abril de 2008, na forma disposta pelos artigos 41 e 56 do Estatuto Social da Companhia e pelas normas federais específicas.

Patrimônio líquido

Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2007, o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 52.644.460 mil (R\$ 48.263.983 mil em 2006) está representado por 2.536.673.672 ações ordinárias e 1.850.364.698 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais terão prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação, ou de 5% (cinco por cento) calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, prevalecendo sempre o maior, participando, em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros. As ações preferenciais não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias e vice-versa.

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em conjunto com a Assembléia Geral Ordinária em 02 de abril de 2007 aprovou o aumento do capital social da Companhia de R\$ 48.263.983 mil para R\$ 52.644.460 mil, mediante a capitalização de parte de reservas de lucros constituídas em exercícios anteriores, no montante de R\$ 4.380.477 mil, sendo R\$ 1.008.119 mil de reserva estatutária e R\$ 3.372.358 mil de reserva de retenção de lucros, sem a emissão de novas ações.

A Administração da Petrobras está propondo à Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada em conjunto com a Assembléia Geral Ordinária em 04 de abril de 2008, o aumento do capital social da Companhia de R\$ 52.644.460 mil para R\$ 78.966.691 mil, mediante a capitalização de reserva de capital no montante de R\$ 1.019.821 mil e R\$ 25.302.410 mil com parte de reserva de retenção de lucros de exercícios anteriores, sem a emissão de novas ações, de acordo com artigo 169, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76.

Recompra de ações

Em 15 de dezembro de 2006 o Conselho de Administração autorizou, a recompra de até 91.500.000 ações preferenciais em circulação para futuro cancelamento, utilizando-se de recursos de reservas de lucros.

O prazo autorizado para a recompra expirou em 2007 e a opção não foi exercida.

Reservas de capital

Subvenções - AFRMM

Constituída pelo montante dos recursos provenientes do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) que são aplicados na aquisição, ampliação ou reparação da frota de navios, em conformidade com a Portaria do Ministério da Fazenda nº 188, de 27 de setembro de 1984.

Incentivos fiscais - SUDENE

Inclui incentivo para subvenção de investimentos no Nordeste, no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com redução de 75% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração de atividades incentivadas, no montante de R\$ 1.170.923 mil até 31 de dezembro de 2007, e somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda.

Em 10 de maio de 2007, a Receita Federal do Brasil reconheceu o direito à Petrobras de reduzir esse incentivo do imposto de renda devido, compreendendo os períodos base de 2006 até 2015.

Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, contabilizadas por controlada em conjunto e por coligadas de subsidiária, com base em laudos de avaliação de peritos independentes.

A realização desta reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi integralmente transferida para lucros acumulados no montante de R\$ 4.903 mil (R\$ 9.581 mil em 2006).

Reservas de lucros

Será proposto a Assembléia Geral Extraordinária em conjunto com a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 04 de abril de 2008, o aumento do capital social com o excesso de reservas de lucros de acordo com o artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 55 do Estatuto Social da Companhia.

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 está prevista uma retenção de lucros, no montante de R\$ 14.088.380 mil, sendo a parcela de R\$ 14.083.477 mil proveniente do lucro líquido do exercício e R\$ 4.903 mil do saldo remanescente de lucros acumulados, que se destina a atender parcialmente o programa anual de investimentos estabelecido no orçamento de capital do exercício de 2008, a ser deliberado em Assembléia Geral de Acionistas em 04 de abril de 2008.

Instrumentos financeiros derivativos, hedging e atividades de gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercado decorrentes de suas operações. Tais riscos envolvem principalmente o fato de que eventuais variações nos preços de petróleo e derivados, nas taxas cambiais ou de juros, possam afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros da Companhia. A Petrobras mantém uma política global de gerenciamento de riscos que vem se desenvolvendo sob a gestão dos diretores da Companhia.

Instrumentos financeiros

No decorrer normal de seus negócios a Companhia utiliza-se de diversos tipos de instrumentos financeiros.

Risco de concentração de crédito

Uma parcela significativa dos ativos da Companhia, incluindo instrumentos financeiros, está localizada no Brasil. Os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos ao risco de concentração de crédito são, principalmente, disponibilidades, títulos governamentais, contas a receber e contratos futuros.

A Companhia adota diversas medidas para reduzir a sua exposição a riscos de crédito a níveis aceitáveis.

Valor justo de mercado

O valor justo de mercado dos instrumentos financeiros é determinado com base em preços de mercado publicados, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. O valor justo de mercado das disponibilidades, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores é equivalente ao seu valor contábil. O valor justo de mercado dos títulos governamentais disponíveis para venda, mantidos pela Companhia e de outros ativos e passivos de longo prazo, não diferem significativamente de seu valor contábil.

Eventos Subseqüentes

Adaptação à Lei nº 11.638/2007

Em 28 de dezembro de 2007 foi publicada a Lei nº 11.638/07, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, que tratam da elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de harmonizar as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade (IFRS).

Dentre as principais alterações introduzidas, destacamos os seguintes assuntos que na avaliação de nossa Administração poderão modificar a forma de apresentação das nossas demonstrações contábeis, decorrentes de novos critérios de apuração resultado e da posição patrimonial e financeira da Companhia, a partir do exercício de 2008:

a. Aumentos e diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

As aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de crédito do Ativo Circulante ou Longo Prazo, quando “disponíveis para venda” ou “destinados à negociação”. Os demais instrumentos financeiros serão avaliados pelo seu custo atualizado ou ajustado com o provável valor de realização, se este for inferior. A Companhia já divulga esses efeitos em notas específicas

Operações envolvendo Transformação, Incorporação, Fusão ou Cisão, entre partes independentes e em que ocorra a efetiva transferência de controle.

Ajustes a valor presente, para os elementos de ativo e passivo provenientes de operações de longo prazo, bem como para operações relevantes de curto prazo. A Companhia já divulga os efeitos dos ajustes a valor justo dos financiamentos, calculados às taxas vigentes de mercado.

Criação da rubrica “Ajuste de Avaliação Patrimonial” no Patrimônio Líquido, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos e diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

b. Serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas sobre cuja administração tenha influência significativa, ou de que participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante, em controladas e em outras sociedades que se façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

c. Imobilização e reconhecimento de dívida para os gastos com arrendamento mercantil. A Companhia já divulga esses efeitos, líquido dos valores de depreciação, em nota específica.

d. Os incentivos fiscais decorrentes de doações ou subvenções governamentais para investimento não serão mais classificados como Reserva de Capital, passando a fazer parte do resultado do exercício. A Administração da Companhia poderá destinar a parcela do lucro líquido decorrente destes incentivos para a formação da Reserva de Lucros, podendo ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

e. As participações de debenturistas, empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundo de assistência ou previdência de empregados, que não caracterizam como despesa, deverão ser incluídas na demonstração do resultado do exercício.

f. Os saldos existentes nas reservas de reavaliação poderão ser estornados opcionalmente, até o final do exercício de 2008.

A Administração da Companhia está avaliando os efeitos que as alterações acima mencionadas irão produzir no patrimônio líquido e resultado do exercício de 2008, e levará em consideração as orientações e definições a serem emitidas pelos órgãos reguladores. Neste momento, a Administração entende não ser possível determinar os efeitos destas alterações no resultado e no patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

FLUXO DE CAIXA

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Atividade operacional				
Lucro líquido do exercício	21.511.789	25.918.920	22.028.691	26.063.173
Ajustes:				
Participação dos acionistas não controladores	1.742.826	1.593.303		
Resultado de participações em investimentos relevantes	582.742	189.936	641.238	(411.993)
Ágio/deságio - amortização	97.913	43.279	20.343	(12.002)
Depreciação e amortização	10.695.825	9.823.557	5.798.802	4.934.119
Valor residual de bens baixados de natureza permanente	1.760.875	2.292.040	517.487	452.160
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros sobre financiamentos e operações de mú-	(1.786.249)	868.733	3.531.034	482.549
tuos				
Variação cambial alocada no ativo permanente	6.802.836	3.056.760		
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	477.234	766.329	619.148	1.535.939
Redução/(aumento) das contas a receber	1.394.042	(47.920)	1.109.284	260.237
Redução/(aumento) dos estoques	(1.429.937)	(2.334.354)	396.632	(2.603.181)
Aumento da conta petróleo e álcool - STN	(12.060)	(16.267)	(12.060)	(16.267)
Redução/(aumento) de outros ativos	(1.829.343)	(1.523.776)	(849.158)	1.228.015
Aumento de fornecedores	1.549.778	2.463.525	1.985.843	945.773
Aumento/(redução) de impostos, taxas e contribuições	382.622	(1.756.394)	264.880	(1.957.790)
Redução de obrigações com projetos estruturados			(934.163)	(486.306)
Aumento dos Planos de Pensão e de Saúde	2.790.542	2.430.269	2.570.549	2.250.145
Aumento/(redução) de outros passivos	(2.466.602)	(690.060)	(136.820)	39.225
Aumento/(redução) de operações de curto prazo com empresas subsidiárias, controladas e coligadas:				
Redução/(aumento) de contas a receber	(415.956)	574.047	(2.915.985)	(505.017)
Redução/(aumento) de contas a pagar	48.109	6.601	1.690.674	(1.057.593)
Aumento com operação com fornecimento de petróleo e derivados - exterior			3.879.698	4.147.164

Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	<u>41.896.986</u>	<u>43.658.528</u>	<u>40.206.117</u>	<u>35.288.350</u>
Atividades de financiamentos				
Financiamentos e operações de mútuo, líquidos	(3.947.929)	96.991	(17.051.010)	(8.517.142)
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não - Padronizados			1.978.332	
Dividendos pagos a acionistas	<u>(7.474.355)</u>	<u>(6.751.304)</u>	<u>(7.474.355)</u>	<u>(6.751.304)</u>
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamentos	<u>(11.422.284)</u>	<u>(6.654.313)</u>	<u>(22.547.033)</u>	<u>(15.268.446)</u>
Atividades de investimentos				
Investimentos em exploração e produção de petróleo e gás	(20.405.267)	(17.671.680)	(14.696.321)	(11.416.009)
Investimentos em refino e transporte	(9.647.338)	(4.591.524)	(8.760.817)	(4.088.751)
Investimentos em gás e energia	(5.198.627)	(2.445.906)	(2.248.784)	(1.356.124)
Investimento no segmento internacional	(5.237.981)	(6.726.921)	(27.028)	(15.203)
Investimentos em distribuição	(915.517)	(632.624)	(389.644)	
Investimentos em títulos e valores mobiliários	(3.122.991)	466.506	(3.259.628)	
Outros investimentos	(776.109)	(1.091.510)	(775.571)	(730.615)
Dividendos recebidos	70.872	101.509	929.126	928.551
Empreendimentos em negociação			(681.360)	(724.416)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	<u>(45.232.958)</u>	<u>(32.592.150)</u>	<u>(29.910.027)</u>	<u>(17.402.567)</u>
Variação líquida das disponibilidades no exercício	<u>(14.758.256)</u>	<u>4.412.065</u>	<u>(12.250.943)</u>	<u>2.617.337</u>
Disponibilidades no início do exercício	<u>27.829.105</u>	<u>23.417.040</u>	<u>20.098.892</u>	<u>17.481.555</u>
Disponibilidades no fim do exercício	<u>13.070.849</u>	<u>27.829.105</u>	<u>7.847.949</u>	<u>20.098.892</u>

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Receitas				
Vendas de produtos e serviços e resultados não-operacionais	220.153.532	206.298.241	171.499.314	163.126.417
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituição	<u>(104.156)</u>	<u>(13.045)</u>	<u>(15.211)</u>	<u>28.194</u>
	<u>220.049.376</u>	<u>206.285.196</u>	<u>171.484.103</u>	<u>163.154.611</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais consumidos	(26.304.617)	(24.409.419)	(14.801.203)	(14.544.303)
Custo das mercadorias para revenda	(36.803.166)	(31.470.438)	(13.193.025)	(9.823.773)
Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	<u>(28.495.668)</u>	<u>(22.596.832)</u>	<u>(22.951.650)</u>	<u>(20.282.577)</u>
	<u>(91.603.451)</u>	<u>(78.476.689)</u>	<u>(50.945.878)</u>	<u>(44.650.653)</u>
Valor adicionado bruto	<u>128.445.925</u>	<u>127.808.507</u>	<u>120.538.225</u>	<u>118.503.958</u>
Retenções				

	R\$ mil							
	Consolidado				Controladora			
	2007		2006		2007		2006	
Depreciação e amortização	(10.695.825)		(9.823.557)		(5.798.802)		(4.934.119)	
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	117.750.100		117.984.950		114.739.423		113.569.839	
Valor adicionado recebido em transferência								
Resultado de participações em investimentos relevantes	(582.742)		(189.936)		(641.238)		411.993	
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	2.506.543		2.388.152		2.893.929		2.596.945	
Amortização de ágios e deságios	(97.913)		(43.279)		(20.343)		12.002	
Aluguéis e royalties	562.307		554.750		442.882		403.180	
	2.388.195		2.709.687		2.675.230		3.424.120	
	120.138.295		120.694.637		117.414.653		116.993.959	
Valor adicionado a distribuir								
Distribuição do valor adicionado								
Pessoal e administradores								
Salários, vantagens e encargos	7.059.652	6%	5.952.525	5%	4.717.319	4%	3.783.086	3%
Participações dos empregados e administradores nos lucros	1.011.914	1%	1.196.918	1%	844.412	1%	993.000	1%
Plano de aposentadoria e pensão	2.872.894	2%	1.384.879	1%	2.820.279	2%	1.340.826	1%
Plano de saúde	1.867.607	2%	1.860.478	1%	1.798.391	1%	1.810.363	2%
	12.812.067	11%	10.394.800	8%	10.180.401	8%	7.927.275	7%
Tributos								
Impostos, taxas e contribuições	54.374.015	45%	53.963.591	46%	54.507.649	46%	53.888.110	46%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	477.234	1%	766.329	0%	619.148	1%	1.241.563	1%
	15.753.525		14		14.953.547		16.108.561	
Participações governamentais	5	13%	17.311.004	60%	7	13%	1	14%
	70.604.774	59%	72.040.924	60%	70.080.344	60%	71.238.234	61%
Instituições financeiras e fornecedores								
Juros, variações cambiais e monetárias	6.438.549	5%	3.720.347	3%	5.929.226	5%	2.563.027	2%
Despesas de aluguéis e afretamento	7.028.290	6%	7.026.343	6%	9.195.991	8%	9.202.250	8%
	13.466.839	11%	10.746.690	9%	15.125.217	13%	11.765.277	10%
Acionistas								
Juros sobre capital próprio e dividendos	6.580.557	6%	7.896.669	7%	6.580.557	5%	7.896.669	6%
Participação dos acionistas não controladores	1.742.826	1%	1.593.303	1%	15.448.135		18.166.505	
	14.931.232				15.448.135		18.166.505	
Lucros retidos	2	12%	18.022.251	23%	4	14%	4	16%
	23.254.615	19%	27.512.223	19%	22.028.691	19%	26.063.173	22%

Lucro Líquido (Prejuízo)	26.829.506	5.907.680	(1.382.099)	793.993	(1.022.696)	(8.152.502)	(1.462.093)	21.511.789
R\$ mil								
2006								
	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Distribui- ção	Internacio- nal	Corpora- tivo	Eliminação	Total
Demonstração do Re- sultado								
Receita Operacional	77.765.669	125.743.740	9.588.012	40.608.225	14.091.558		(109.558.385)	158.238.819
Líquida	70.848.197		2.848.203				(109.558.385)	
Intersegmentos	7	32.477.332	3	624.836	2.759.817			
Terceiros	6.917.472	93.266.408	9	9	11.331.741			19
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(35.208.966)	(112.493.820)	(8.562.119)	(36.849.462)	(10.517.631)		108.698.487	(94.933.511)
Lucro Bruto	42.556.703	13.249.920	1.025.893	3.758.763	3.573.927		(859.898)	63.305.308
Despesas Operacionais	(3.223.961)	(3.805.407)	(2.049.273)	(2.812.285)	(2.340.988)	(6.908.225)	72.733	(21.067.406)
Vendas, Gerais e Ad- ministrativas	(1.019.806)	(3.164.549)	(842.381)	(2.481.032)	(1.324.576)	(2.432.553)	44.953	(11.219.944)
Tributárias	(68.398)	(161.658)	(96.009)	(169.298)	(147.089)	(620.484)		(1.262.936)
Custos Exploratórios para Extração de Petró- leo e Gás	(1.118.839)				(917.999)			(2.036.838)
Perda na recuperação de ativos	(43.153)				(1.910)			(45.063)
Pesquisa e Desenvol- vimento	(757.797)	(312.046)	(169.054)	(10.765)	(4.589)	(332.238)		(1.586.489)
Plano de Pensão e Saúde						(1.940.582)		(1.940.582)
Outras Receitas (Des- pesas) Operacionais	(215.968)	(167.154)	(941.829)	(151.190)	55.175	(1.582.368)	27.780	(2.975.554)
Lucro (Prejuízo) Ope- racional	39.332.742	9.444.513	(1.023.380)	946.478	1.232.939	(6.908.225)	(787.165)	42.237.902
Despesas Financeiras Líquidas						(1.332.195)		(1.332.195)
Resultado da Equiva- lência Patrimonial		128.623	(19.609)	(13.654)	66.529	(395.104)		(233.215)
Correção Monetária de Balanço								
Receitas (Despesas) Não Operacionais	(180.833)	(46.910)	(8.325)	38.275	49.955	80.888		(66.950)
Lucro (Prejuízo) Antes dos Impostos e Partici- pação dos Acionistas não Controladores	39.151.909	9.526.226	(1.051.314)	971.099	1.349.423	(8.554.636)	(787.165)	40.605.542
Imposto de Renda e Contribuição Social	(13.164.109)	(3.084.895)	361.568	(308.295)	(526.287)	4.557.982	267.635	(11.896.401)
Participação dos Acio- nistas	(824.491)	(25.574)	(469.481)		(393.088)	119.331		(1.593.30)

nistas não Controlado- res							3)
Participação de Empre- gados	(433.941)	(324.381)	(31.731)	(78.002)	(79.640)	(249.223)	(1.196.918)
Lucro Líquido (Prejuí- zo)	24.729.368	6.091.376	(1.190.958)	584.802	350.408	(4.126.546)	25.918.920

		R\$ mil						
		2007						
		E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Distribui- ção	Corpora- tivo	Eliminação	Total
Área Internacional		14.987.316		2.378.118				22.405.883
Ativo		6	4.636.112	8	819.267	2.542.641	(2.957.571)	3
Demonstração do Re- sultado								
Receita Operacional				1.899.958				19.389.988
Líquida		4.638.000	12.999.060	8	3.653.825	25.514	(3.826.377)	0
Intersegmentos		2.589.301	2.818.080	371.561	41.191		(3.826.377)	1.993.756
Terceiros		2.048.699	10.180.980	1.528.397	3.612.634	25.514		17.396.224
Lucro (Prejuízo) Ope- racional		(83.465)	174.313	479.395	(95.423)	(576.261)	(25.969)	(127.410)
Lucro Líquido (prejuí- zo)		(777.183)	245.079	325.803	(70.641)	(719.787)	(25.967)	(1.022.696)

		R\$ mil						
		2006						
		E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Distribui- ção	Corpora- tivo	Eliminação	Total
Área Internacional		16.351.034		4.482.696				23.712.174
Ativo		4	4.967.011	6	749.187	2.072.376	(4.910.130)	4
Demonstração do Re- sultado								
Receita Operacional				2.618.272				14.091.558
Líquida		5.424.390	7.493.264	2	3.202.460	55.608	(4.702.436)	8
Intersegmentos		3.916.384	3.107.089	424.296	14.484		(4.702.436)	2.759.817
Terceiros		1.508.006	4.386.175	2.193.976	3.187.976	55.608		11.331.741
Lucro (Prejuízo) Ope- racional		1.372.074	40.180	553.793	(204.899)	(550.371)	22.162	1.232.939
Lucro Líquido (prejuí- zo)		395.913	32.287	248.719	(59.323)	(279.151)	11.963	350.408

z0)

ANEXO E – REFINARIA DE PETRÓLEOS MANGUINHOS S.A.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas da Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A.

Balanco Patrimonial em mil R\$

	31/12/2008	31/12/2007
Ativo Total	152.032	252.437
Ativo Circulante	48.316	141.536
Disponibilidades	578	17.087
Caixa e bancos	187	4.370
Títulos e valores mobiliários	391	12.717
Créditos	13.912	48.504
Clientes	12.808	47.482
Clientes no país	15.151	46.356
Clientes partes relacionada	-	3.236
Provisão para crédito de liq. duvidosa	(2.343)	(2.110)
Créditos Diversos	1.104	1.022
IRPJ e CSLL a compensar	1.104	1.022
Estoques	11.147	28.804
Outros	22.679	47.141
Tributos a recuperar	14.173	42.939
Adiantamento a fornecedores	7.096	2.691
Despesas antecipadas	275	389
Outros ativos circulantes	1.135	1.122
Ativo Não Circulante	103.716	110.901
Ativo Realizável a Longo Prazo	54.129	43.119
Créditos Diversos	54.129	43.119
Tributos a recuperar	51.064	42.531
Depósitos judiciais	3.065	588
Créditos com Pessoas Ligadas	-	-
Com Coligadas e Equiparadas	-	-
Com Controladas	-	-
Com Outras Pessoas Ligadas	-	-
Outros	-	-
Ativo Permanente	49.587	67.782
Investimentos	-	-
Participações Coligadas/Equiparadas	-	-
Participações em Controladas	-	-
Outros Investimentos	-	-
Imobilizado	49.208	65.413
Intangível	379	1.357
Diferido	-	1.012
Passivo Total	152.032	252.437
Passivo Circulante	58.350	148.027
Empréstimos e Financiamentos	-	51.424
Debêntures	-	-
Fornecedores	42.680	47.116
Impostos, Taxas e Contribuições	13.837	2.301
Dividendos a Pagar	-	-
Provisões	822	923
Provisão para férias e encargos sociais	822	923

Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-
Outros	1.011	46.263
Adiantamento de clientes	896	46.051
Juros sobre capital próprio a pagar	-	-
Outras contas a pagar	115	212
Passivo Não Circulante	445.221	71.082
Passivo Exigível a Longo Prazo	445.221	71.082
Empréstimos e Financiamentos	49.018	4.379
Debêntures	-	-
Provisões	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	-
Outros	396.203	66.703
Adiantamento de clientes	76.858	26.954
Provisão para contingência	319.345	39.749
Resultados de Exercícios Futuros	-	-
Part. de Acionistas Não Controladores	40	202
Patrimônio Líquido	(351.579)	33.126
Capital Social Realizado	32.887	32.887
Reservas de Capital	19.752	19.752
Reservas de Reavaliação	-	-
Ativos Próprios	-	-
Controladas/Coligadas e Equiparadas	-	-
Reservas de Lucro	1.587	1.587
Legal	-	-
Estatutária	1.811	1.811
Para Contingências	-	-
De Lucros a Realizar	-	-
Retenção de Lucros	-	-
Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	-	-
Outras Reservas de Lucro	(224)	(224)
Ações em tesouraria	(224)	(224)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-	-
Ajustes Acumulados de Conversão	-	-
Ajustes de Combinação de Negócios	-	-
Lucros/Prejuízos Acumulados	(405.805)	(21.100)
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	-

Fonte: Bovespa, 2009.

Demonstração do Resultado do Exercício em mil R\$

	31/12/2008	31/12/2007
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	374.123	289.014
Deduções da Receita Bruta	(201.897)	(117.476)
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	172.226	171.538
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(241.479)	(158.940)
Resultado Bruto	(69.253)	12.598
Despesas/Receitas Operacionais	(315.498)	(39.145)
Com Vendas	(2.592)	(2.758)

Gerais e Administrativas	(308.114)	(39.706)
Financeiras	(29.755)	(2.501)
Receitas Financeiras	1.488	13.383
Despesas Financeiras	(31.243)	(15.884)
Outras Receitas Operacionais	24.963	5.820
Outras Despesas Operacionais	-	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-
Resultado Operacional	(384.751)	(26.547)
Resultado Não Operacional	-	-
Receitas	-	-
Despesas	-	-
Resultado Antes Tributação/Participações	(384.751)	(26.547)
Provisão para IR e Contribuição Social	(116)	(41)
IR Diferido	-	-
Participações/Contribuições Estatutárias	-	-
Participações	-	-
Contribuições	-	-
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	-	-
Part. de Acionistas Não Controladores	162	(19)
Lucro/Prejuízo do Período	(384.705)	(26.607)

Fonte: Bovespa, 2009.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em mil R\$

Descrição da Conta	31/12/2008	31/12/2007
Caixa Líquido Atividades Operacionais	(60.564)	(28.068)
Caixa Gerado nas Operações	(86.493)	231
Lucro/Prejuízo do exercício	(384.705)	(26.607)
Participações minoritárias	(162)	19
Equivalência patrimonial	-	-
Depreciações e amortizações	6.691	6.186
Provisão para perdas no ativo permanente	12.083	(1.488)
Valor residual do ativo baixado	4	5
Provisão para contingências	279.596	22.116
Variações nos Ativos e Passivos	25.929	(28.299)
Contas a receber	34.674	(31.347)
Estoques	17.657	(13.220)
Imposto de renda e c. social a compensar	(82)	198
Tributos a recuperar	20.233	14.253
Adiantamento a fornecedores	(4.405)	(16.260)
Outros ativos circulantes	103	2.072
Depósitos judiciais	(2.477)	4.316
Empréstimos e financiamentos	(51.424)	(24.848)
Fornecedores	(4.436)	(25.232)
Provisão para férias e encargos sociais	(101)	1.969
Impostos e taxas a recolher	11.536	(490)
Adiantamento de clientes	4.749	61.401
Outras contas a pagar	(98)	(1.111)
Outros	-	-
Caixa Líquido Atividades de Investimento	(584)	(5.994)

Aquisição de ativo imobilizado	(584)	(5.994)
Caixa Líquido Atividades Financiamento	44.639	(4.601)
Créditos com pessoas ligadas	-	3.071
Empréstimos e financiamentos	44.639	(7.672)
Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-	-
Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(16.509)	(38.663)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	17.087	55.750
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	578	17.087

Fonte: Bovespa, 2009.

Notas Explicativas 2008

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade em 21 de maio de 2009.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, em conjunto com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Medida Provisória nº 449/08.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes às vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinação de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Para fins de comparabilidade das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a Administração da Companhia decidiu pela reclassificação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, conforme descrito abaixo:

	2007	Reclassificação	Controladora
	(Publicado)		2007
			(Representado)
Contas a receber	40.321	3.754	44.075
Empréstimos e financiamentos	47.670	3.754	51.424
Fornecedores	71.959	(25.971)	45.988
Provisão para contingências	13.671	25.971	39.642
Adiantamentos de clientes	84.693	(26.954)	57.739
Adiantamentos de clientes	-	26.954	26.954
Resultado não operacional	6.223	(6.223)	-
Outras receitas operacionais	23	6.223	6.246

2.1 Alteração na Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, alterada pela Medida Provisória - MP nº 449, de 4 de dezembro de 2008, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essa Lei e a referida MP tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabi-

lidade que são emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". A aplicação da referida Lei e MP é obrigatória para demonstrações contábeis anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2008.

As mudanças na Lei das Sociedades por Ações trouxeram os seguintes impactos nas demonstrações contábeis da Sociedade:

A Lei substituiu a Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e criou a obrigatoriedade de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA). As normatizações para estas peças foram estabelecidas pelos CPC-03 Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC-09 Demonstração do Valor Adicionado, respectivamente.

Introdução no conceito de Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas decorrentes de operações de longo prazo e, quando houver efeito relevante, para as outras operações. Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia não possuía operações ativas e passivas decorrentes de operações de longo prazo que poderiam gerar ajuste a valor presente.

A Lei nº 11.638/07 também determina que a companhia efetue, periodicamente, análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido. A Companhia avaliará, no mínimo anualmente, a existência de indicadores de perda de valor nos ativos de longo prazo. A Sociedade identificou indicadores de perda de valor nas datas destas demonstrações contábeis na conta de imobilizado, sendo os ajustes dessa análise realizado no exercício de 2008 (nota 10.2).

Introduziu um novo grupo de contas "Intangível" que contempla os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os ágios, fundos de comércio e direito de exploração de concessões. O CPC-04 – Intangível normatizou o assunto

A Medida Provisória nº 449/08 extinguiu o grupo de contas de ativo diferido, permitindo que os saldos capitalizados até 31 de dezembro de 2008 fossem baixados, reclassificados ou mantidos até a sua total amortização. A partir de 2009 o diferimento de custos está proibido.

Conforme a Lei nº 11.638/07, o patrimônio líquido deve ser dividido em: capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros e ações em tesouraria.

3.1 Principais práticas adotadas na consolidação:

Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

Eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;

Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas das demonstrações consolidadas;

Em face da irrelevância dos lucros não realizados decorrentes de transações entre as Sociedades, estes não foram eliminados das demonstrações consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, não havia diferença entre o lucro líquido e o patrimônio líquido da controladora e do consolidado.

4 As práticas contábeis mais relevantes adotadas pela Sociedade e suas controladas são:

(a) Caixa e bancos e títulos e valores mobiliários

São avaliados pelo custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos e limites de contas garantidas. Os saldos das contas garantidas foram incluídos em empréstimos e financiamentos, no passivo circulante.

(b) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida a provisão para créditos de liquidação duvidosa dessas contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída até o limite que a Administração estima ser suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

(c) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com esse método, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional a participação da Sociedade no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas.

(f) Imobilizado

Demonstrado pelo custo histórico de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e, quando aplicável, reduzido de provisão para desvalorização quando seu valor contábil residual exceder ao valor recuperável (impairment).

(g) Intangível

O intangível está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para ajuste ao provável valor de realização (impairment).

(h) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

(i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é calculada sobre o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal vigente, à alíquota de 15% mais adicional de 10% ao que exceder a R\$240 anuais. A contribuição social, quando aplicável, é calculada à alíquota de 9%.

Os adiantamentos efetuados durante os exercícios, de acordo com a legislação fiscal, estão apresentados no ativo circulante e serão compensados com o imposto de renda a pagar por ocasião da preparação da declaração anual de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica e da existência de base fiscal.

(j) Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais não resgatáveis são classificadas como patrimônio líquido.

(k) Reserva de capital e de lucros

Nas reservas de capital são registradas as doações em forma de bens e espécie.

(l) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor faturado pela venda de mercadorias e prestação de serviços. A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando a propriedade das mercadorias é transferida para o comprador. A Sociedade adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados, de acordo com a porcentagem dos custos incorridos relacionados à prestação do serviço.

6 Contas a receber

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Cientes no país	11.742	40.967	15.151	46.489
Cientes partes relacionadas (Nota 9)	53	29	-	157
Provisão para créditos de realização duvidosa	(26)	-	(2.343)	(2.243)
Subtotal	11.769	40.996	12.808	44.403
Operações financeiras:				
Macar Fomento Comercial Ltda.(Nota 9)	-	3.079	-	3.079
Circulante	<u>11.769</u>	<u>44.075</u>	<u>12.808</u>	<u>47.482</u>

A Provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída para créditos de difícil realização e de acordo com a avaliação da Administração da Sociedade é suficiente para cobertura de eventuais perdas.

O saldo a receber de Macar Fomento Comercial Ltda. (parte relacionada - Grupo Peixoto de Castro, acionista controlador do Grupo Manguinhos) refere-se a Instrumento de Assunção de obrigação de pagamento, renegociado em março de 2006 com vencimento final em 29 de março de 2008.

7 Estoques

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Matérias-primas	159	542	716	1.331
Estoques próprios em poder de terceiros (*)	-	6.894	-	6.930
Produtos acabados	2.820	13.559	3.267	13.840
Almoxarifado de manutenção e reposição	7.149	6.682	7.164	6.703
Circulante	<u>10.128</u>	<u>27.677</u>	<u>11.147</u>	<u>28.804</u>

(*) Referem-se aos estoques de gasolina e nafta da controladora, armazenados em depósitos de terceiros.

Existem estoques de terceiros em poder do grupo, cujo montante consolidado em 31 de dezembro de 2008 e 2007 é de R\$ 8.576 e R\$ 3.991, respectivamente.

10 Permanente

10.1 Participações societárias

As participações diretas da Sociedade estão demonstradas abaixo:

				2008		2007	
Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	% de Participação	Equivalência patrimonial	Valor contábil do investimento	Valor contábil do investimento	
Manguinhos Distribuidora S.A (*)		(16.813) 99,04	(16.650)4.046	20.696	
Manguinhos S.A. (*)	Química	5.749	80	(4.661) 99,99	(4.660)80
				(21.310)4.126	25.436	

(*) Demonstrações financeiras auditadas pelos mesmos auditores independentes da Controladora.

Imobilizado

Compõe-se como se segue:

	Terre- nos	Imó- veis	Instala- ções	Máquinas e equipamen- tos	Equipamentos armazenam- to e transferência	Móveis e utensí- lios	Veícu- los	Equipamen- tos Informática	Benfeitori- as	Total em opera- ção	Obras andamen- to	Imobiliza- do total
Controladora												
Saldos em 31 de de- zembro de 2007	19.611	6.567	16.688	8.543	794	433	9	742	653	54.040	7.422	61.462
(+) Adições	-	-	-	4	-	15	-	15	-	34	-	34
(-) Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(4)-	(4)-	(4
(-) Depreciação	-	(529)(2.498)(1.550)(218)(91)(7)(480)(102)(5.475)-	(5.475
(-) Impairment – Lei- 11.638/07	-	-	(2.604)(370)-	-	-	(167)-	(3.141)(7.422)(10.563
Saldos em 31 de de- zembro de 2008	19.611	6.038	11.586	6.627	576	357	2	106	551	45.454	-	45.454
Custo total	19.611	22.088	150.243	20.021	26.460	5.430	174	4.554	1.018	249.599	-	249.599
Depreciação acumulada	-	(16.050)	(138.657)(13.394)(25.884)(5.073)(172)(4.448)(467)(204.145)	-	(204.145
Valor residual	19.611	6.038	11.586	6.627	576	357	2	106	551	45.454	-	45.454
Taxas anuais de amor- tização - %		4	10	10	20	10	20	20	10			

	Terre- nos	Imó- veis	Instala- ções	Máquinas e equipamen- tos	Equipamentos armazenamen- to e transferência	Móveis e utensí- lios	Veícu- los	Equipamen- tos Informática	Benfeitori- as	Total em opera- ção	Obras andamen- to	Imobiliza- do total	
Consolidado													
Saldos em 31 de zembro de 2007	de-21.075	6.797	17.965	9.315	794	460	19	752	724	57.901	7.512	65.413	
(+) Adições	-	-	-	4	-	15	-	19	-	38	267	305	
(-) Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(4)-	(4)-	(4)
(-) Depreciação	-	(565)(2.731)(1.700)(218)(97)(10)(486)(136)(5.943)-	(5.943)
(-) Impairment – Lei- 11.638/07	-	-	(2.604)(370)-	-	-	(167)-	(3.141)(7.422)(10.563)
Saldos em 31 de zembro de 2008	de-21.075	6.232	12.630	7.249	576	378	9	114	588	48.851	357	49.208	
Custo total	21.075	23.465	151.753	22.424	26.460	6.029	281	4.924	2.153	258.564	357	258.921	
Depreciação acumulada	-	(17.233)	(139.123)	(15.175)	(25.884)	(5.651)	(272)	(4.810)	(1.565)	(209.713)	-	(209.713)	
Valor residual	21.075	6.232	12.630	7.249	576	378	9	114	588	48.851	357	49.208	
Taxas anuais de amor- tização - %		4	10	10	20	10	20	20	10				

16 Passivo a descoberto (controladora)

(a) Capital social

O capital social integralizado da Sociedade em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 é de R\$ 32.887, representado por 112.294.520 ações, sendo 94.407.131 ações ordinárias e 17.887.389 ações preferenciais.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, são inconversíveis em ações ordinárias e asseguram direito ao recebimento de dividendos de 10% maiores do que aqueles atribuídos às ações ordinárias.

Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 o montante de R\$ 19.752 refere-se a incentivos fiscais de R\$ 14.821, Reserva especial – Lei nº 8.200/91 de R\$ 4.925 e doações de R\$ 6.

(c) Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu 132.888 ações de sua própria emissão, sendo 60.138 ações ordinárias e 72.750 ações preferenciais, pelo preço correspondente ao valor patrimonial de 31 de março de 2003 (R\$ 1,685 por ação), cujo montante foi de R\$ 224, devidamente autorizado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 14 de abril de 2003. Em decorrência da baixa liquidez, essas ações podem não apresentar valor de mercado. A aquisição visa a possível permanência em tesouraria ou seu cancelamento.

17 Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas estão representadas basicamente pela provisão de contingências no montante de R\$ 278.946.

18 Resultado financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Receitas financeiras				
Aplicação financeira	918	2.710	1.095	3.187
Descontos obtidos	-	-	-	1
Prêmios recebidos	8	3	20	3
Variações monetárias ativas	39	2.547	129	2.630
Variações cambiais ativas	176	4.928	176	4.928
Juros ativos	57	1.236	68	2.634
	<u>1.198</u>	<u>11.424</u>	<u>1.488</u>	<u>13.383</u>
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(1.049)	(902)	(1.226)	(948)
Variações cambiais passivas	(8.251)	(890)	(8.251)	(890)
Juros passivos (*)	(21.685)	(14.046)	(21.766)	(14.046)
	<u>(30.985)</u>	<u>(15.838)</u>	<u>(31.243)</u>	<u>(15.884)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(29.787)</u>	<u>(4.414)</u>	<u>(29.755)</u>	<u>(2.501)</u>

(*) Referem-se basicamente a juros de linhas de curtíssimo prazo.

19 Outras receitas operacionais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Ganho na alienação de investimento	-	535	-	535
Ganho (perda) de ativo imobilizado (a)	(10.969)	52	(11.022)	-
Recuperação PIS (b)	-	916	-	916
Deságio realizado na aquisição de títulos (c)	32.781	4.259	32.781	4.259
Recuperação processo judicial (d)	2.789	-	3.212	-
Outros	5	484	(8)	110
Total	24.606	6.246	24.963	5.820

Impairment – Lei 11.638/07

Do total registrado como ganho (perda) de ativo imobilizado parte substancial refere-se à constituição da provisão para perda/redução de ativos (Impairment). A Administração revisa periodicamente o potencial de geração de lucros de seus ativos com o propósito de determinar e medir a eventual necessidade de redução para seu valor de recuperação (análise de “impairment”). Foi verificada a necessidade de constituição de provisão para perda no montante total de R\$ 10.799.

23 Instrumentos Financeiros

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. As taxas utilizadas são compatíveis com as do mercado.

Os investimentos mantidos em empresas controladas e coligadas não tiveram seus valores de mercado estimados, uma vez que as ações dessas empresas não são negociadas em bolsas de valores.

A Sociedade e suas controladas não apresentam, em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, saldos com outros instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas 2007

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais critérios contábeis

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 08 de maio de 2008.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Alguns valores relativos ao exercício de 2006 foram reclassificados, basicamente entre imobilizado e diferido, para fins de adequação às demonstrações do exercício de 2007, para facilitar a comparabilidade.

(a) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e segundo a Lei das Sociedades por Ações e disposições complementares da CVM aplicáveis à consolidação, e refletem as demonstrações financeiras em 31 de dezembro das seguintes Sociedades:

	Participação no capital (%)	Data-base
Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.	-	31 de dezembro de 2007 e 2006
Manguinhos Distribuidora S.A.	99,04	31 de dezembro de 2007 e 2006
Manguinhos Química S.A.	99,99	31 de dezembro de 2007 e 2006

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, todas as transações relevantes entre as Sociedades foram eliminadas. Em face da irrelevância dos lucros não realizados decorrentes de transações entre as Sociedades, estes não foram eliminados das demonstrações consolidadas. As participações dos acionistas minoritários nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas são apresentadas em destaque. Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, não havia diferença entre o lucro líquido e o patrimônio líquido da controladora e do consolidado.

(b) Caixa e bancos e títulos e valores mobiliários

São avaliados pelo custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos e limites de conta garantidas. Os saldos das contas garantidas foram incluídos em empréstimos e financiamentos, no passivo circulante.

(c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida a provisão para créditos de liquidação duvidosa dessas contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída até o limite que a Administração estima ser suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

(d) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

Investimentos

Os investimentos relevantes em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com esse método, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional a participação da Sociedade no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas.

(g) Imobilizado

Imóveis, instalações e máquinas e equipamentos compreendem o parque industrial e administração e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

Obras em andamento referem-se aos gastos com materiais, serviços e mão-de-obra para modernização e ampliação do parque industrial.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens conforme taxas divulgadas na Nota 9. Terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas em alienação são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado não operacional.

(h) Intangível

São reconhecidos como ativos intangíveis os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares, de controle e gestão (SAP) e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano. São amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 10.

(i) Diferido

Refere-se aos gastos incorridos com o projeto de Modernização e Expansão da Refinaria e do Terminal Marítimo, implantação do Projeto de Gestão Empresarial (Sistema Integrado SAP) no grupo. A amortização dos projetos que geram benefícios futuros é efetuada pelo prazo máximo de dez anos previstos de seus referidos retornos econômicos.

(m) Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais não resgatáveis são classificadas como patrimônio líquido.

(n) Reserva de capital e de lucros

Nas reservas de capital são registradas as doações em forma de bens e espécie.

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei no. 6.404/76.

(o) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor faturado pela venda de mercadorias e prestação de serviços. A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando a propriedade das mercadorias é transferida para o comprador. A Sociedade adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados, de acordo com a porcentagem dos custos incorridos relacionados à prestação do serviço.

5 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Matérias-primas	542	1.284	1.331	2.138
Estoques próprios em poder de terceiros (*)	6.894	88	6.930	154
Produtos acabados	13.559	5.597	13.840	5.969
Almoxarifado de manutenção e reposição	6.682	7.290	6.703	7.323
Total	27.677	14.259	28.804	15.584

(*) Referem-se aos estoques de gasolina e nafta da controladora, armazenados em depósitos de terceiros.

Existem estoques de terceiros em poder do grupo, cujo montante consolidado em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 3.991 (2006 - R\$ 4.788).

9 Imobilizado

	Terrenos	Imóveis	Instalações	Máquinas e equipamentos e transferência	Equipamentos armazenamento	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos Informática	Benfeitorias	Total em Obras	Operação andamento	Imobilizado total
Controladora												
Saldos em 31 de dezembro de 2005	19.611	6.693	18.460	9.729	1.244	651	243	1.814	852	59.297	4.200	63.497
Aquisição	-	-	-	-	-	-	-	36	-	36	1.143	1.179
Alienação	-	-	-	(3	(28	(15	(120	(216	-	(382	-	(382
Transferência para imobilização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação/exaustão/amortização	-	(489	(2.291	(1.487	(203	(100	(97	(381	(98	(5.146	-	(5.146
Saldos em 31 de dezembro de 2006	19.611	6.204	16.169	8.239	1.013	536	26	1.253	754	53.805	5.343	59.148
Custo total	19.611	21.236	150.065	18.674	26.505	5.450	174	4.819	1.018	247.552	5.343	252.895
Depreciação acumulada	-	(15.032	(133.896	(10.435	(25.492	(4.914	(148	(3.566	(264	(193.747	-	(193.747
Valor residual	19.611	6.204	16.169	8.239	1.013	536	26	1.253	754	53.805	5.343	59.148
Saldos em 31 de dezembro de 2006	19.611	6.204	16.169	8.239	1.013	536	26	1.253	754	53.805	5.343	59.148
Aquisição	-	-	1.489	12	-	-	-	-	-	1.501	5.973	7.474
Alienação	-	-	-	-	(45	(28	-	(109	-	(182	(47	(229
Transferência para imobilização	-	-	2.782	1.065	-	-	-	-	-	3.847	(3.847	-
Depreciação/exaustão/amortização	-	(490	(2.263	(1.409	(174	(75	(17	(402	(101	(4.931	-	(4.931
Saldos em 31 de dezembro de 2007	19.611	5.714	18.177	7.907	794	433	9	742	653	54.040	7.422	61.462
Custo total	19.611	21.236	154.336	19.751	26.460	5.422	174	4.710	1.018	252.718	7.422	260.140
Depreciação acumulada	-	(15.522	(136.159	(11.844	(25.666	(4.989	(165	(3.968	(365	(198.678	-	(198.678

	Equipamentos											
	Terrenos	Máquinas e	Equipamentos	Equipamentos	Equipamentos	Equipamentos	Equipamentos	Equipamentos	Equipamentos	Total em Obras	Imobilizado	
	Imóveis	Instalações	armazenamento	Móveis e	Móveis e	Móveis e	Móveis e	Móveis e	Móveis e	operações	total	
	Instalações	equipamentos e	transferência	utensílios	Veículos	Veículos	Veículos	Veículos	Veículos	Informática	Benfeitorias	
Valor residual	19.611	5.714	18.177	7.907	794	433	9	742	653	54.040	7.422	61.462
Taxas anuais de amortização - %		4	10	10	20	10	20	20	10			
Consolidado												
Saldos em 31 de dezembro de 2005	21.075	6.994	20.202	10.343	1.244	706	245	1.854	1.077	63.740	4.290	66.030
Aquisição	-	-	-	214	-	-	14	36	-	264	1.143	1.407
Alienação	-	-	-	(3	(28	(15	(120	(216	-	(382	-	(382
Transferência para imobilização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação/exaustão/amortização	-	(525	(2.524	(1.614	(203	(116	(99	(401	(192	(5.674	-	(5.674
Saldos em 31 de dezembro de 2006	21.075	6.469	17.678	8.940	1.013	575	40	1.273	885	57.948	5.433	63.381
Custo total	21.075	22.612	151.807	20.872	26.647	6.049	281	5.185	2.153	256.681	5.433	262.114
Depreciação acumulada	-	(16.143	(134.129	(11.932	(25.634	(5.474	(241	(3.912	(1.268	(198.733	-	(198.733
Valor residual	21.075	6.469	17.678	8.940	1.013	575	40	1.273	885	57.948	5.433	63.381
Saldos em 31 de dezembro de 2006	21.075	6.469	17.648	8.940	1.013	575	40	1.273	885	57.948	5.433	63.381
Aquisição	-	-	1.489	12	-	-	-	-	-	1.501	6.178	7.679
Alienação	-	-	-	-	(45	(28	-	(109	-	(182	(47	(229
Transferência para imobilização	-	-	2.782	1.270	-	-	-	-	-	4.052	(4.052	-
Depreciação/exaustão/amortização	-	(525	(2.496	(1.543	(174	(87	(21	(411	(161	(5.418	-	(5.418
Saldos em 31 de dezembro de	21.075	5.944	19.453	8.679	794	460	19	753	724	57.901	7.512	65.413

	Terrenos	Imóveis	Instalações	Máquinas e equipamentos e transferência	Equipamentos armazenamento	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos Informática	Benfeitorias	Total em Obras	Operação andamento	Imobilizado total
2007												
Custo total	21.075	22.612	156.078	22.154	26.602	6.021	281	5.076	2.153	262.052	7.512	269.564
Depreciação acumulada	-	(16.668)	(136.625)	(13.475)		(25.808)	(5.561)	(262)	(4.323)	(1.429)	(204.151)	(204.151)
Valor residual	21.075	5.944	19.453	8.679	794	460	19	753	724	57.901	7.512	65.413
Taxas anuais de amortização - %		4	10	10	20	10	20	20	10			

10 Intangível

	<u>Software</u>	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Total</u>
Controladora			
Saldos em 31 de dezembro de 2005	2.335	-	2.335
Aquisição	153	-	153
Alienação	-	-	-
Amortização	(807)	-	(807)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	1.681	-	1.681
Custo total	5.737	-	5.737
Amortização acumulada	(4.056)	-	(4.056)
Valor residual	<u>1.681</u>	<u>-</u>	<u>1.681</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2006	1.681	-	1.681
Aquisição	56	-	56
Alienação	-	-	-
Amortização	(625)	-	(625)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	<u>1.112</u>	<u>-</u>	<u>1.112</u>
Custo total	5.793	-	5.793
Amortização acumulada	(4.681)	-	(4.681)
Valor residual	<u>1.112</u>	<u>-</u>	<u>1.112</u>
Consolidado			
Saldos em 31 de dezembro de 2005	2.505	76	2.581
Aquisição	153	-	153
Alienação	-	-	-
Amortização	(808)	-	(808)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	1.850	76	1.926
Custo total	5.974	76	6.050
Amortização acumulada	(4.124)	-	(4.124)
Valor residual	<u>1.850</u>	<u>76</u>	<u>1.926</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2006	1.850	76	1.926
Aquisição	56	-	56
Alienação	-	-	-
Amortização	(625)	-	(625)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	<u>1.281</u>	<u>76</u>	<u>1.357</u>
Custo total	6.030	76	6.106
Amortização acumulada	(4.749)	-	(4.749)

Valor residual	<u>1.281</u>	<u>76</u>	<u>1.357</u>
Taxas anuais de amortização - %	20	-	-
11 Diferido			
Projeto de gestão			
<u>Empresarial (SAP)</u>			
	<u>Controlada</u>	<u>Consolidado</u>	
Controladora			
Saldos em 31 de dezembro de 2005	1.666	1.677	
Aquisição	62	62	
Alienação	-	-	
Amortização	<u>(549)</u>	<u>(554)</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2006	<u>1.179</u>	<u>1.185</u>	
Custo total	5.584	5.635	
Amortização acumulada	<u>(4.405)</u>	<u>(4.450)</u>	
Valor residual	<u>1.179</u>	<u>1.185</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2006	1.179	1.185	
Aquisição	1	1	
Alienação	-	-	
Amortização	<u>(169)</u>	<u>(174)</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2007	<u>1.011</u>	<u>1.012</u>	
Custo total	5.585	5.636	
Amortização acumulada	<u>(4.574)</u>	<u>(4.624)</u>	
Valor residual	<u>1.011</u>	<u>1.012</u>	
	20	20	

17 Patrimônio líquido

(a) Capital subscrito

O capital social integralizado da Sociedade em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 é de R\$ 32.887, representado por 112.294.520 ações, sendo 94.407.131 ações ordinárias e 17.887.389 ações preferenciais.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, são inconvertíveis em ações ordinárias e asseguram direito ao recebimento de dividendos 10% maiores do que aqueles atribuídos às ações ordinárias.

(b) Reserva legal

Em face dos prejuízos acumulados, a Sociedade procedeu à compensação integral da reserva legal constituída em exercícios anteriores.

(c) Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu 132.888 ações de sua própria emissão, sendo 60.138 ações ordinárias e 72.750 ações preferenciais, pelo preço correspondente ao valor patrimonial de 31 de março de 2003 (R\$ 1,685 por ação), cujo montante foi de R\$ 224, devidamente autorizado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 14 de abril de 2003. Em decorrência da baixa liquidez, essas ações podem não apresentar valor de mercado. A aquisição visa a possível permanência em tesouraria ou seu cancelamento.

18 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Receitas financeiras				
Aplicação financeira	2.710	3.462	3.187	4.042
Descontos obtidos	-	4	1	7
Prêmios recebidos	3	9	3	9
Variações monetárias ativas	2.547	3.289	2.630	3.460
Variações cambiais ativas	4.928	4.407	4.928	4.407
Juros ativos	1.236	4.210	2.634	4.265
	<u>11.424</u>	<u>15.381</u>	<u>13.383</u>	<u>16.190</u>
Despesas financeiras:				
Despesas bancárias	(902)	(1.362)	(948)	(1.428)
Variações cambiais passivas	(890)	(2.828)	(890)	(2.828)
Juros passivos (*)	(14.046)	(11.567)	(14.046)	(11.622)
Juros sobre hedge	-	(327)	-	(327)
Outros	-	(71)	-	(71)
	<u>(15.838)</u>	<u>(16.155)</u>	<u>(15.884)</u>	<u>(16.276)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(4.414)</u>	<u>(774)</u>	<u>(2.501)</u>	<u>(86)</u>

(*) Referem-se basicamente a juros de linhas de curtíssimo prazo (hot money).

23 Instrumentos financeiros

A Sociedade participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, em aplicações financeiras que se destinam a atender a suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de taxa de juros em seus financiamentos e empréstimos. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites de posições. Os diversos instrumentos financeiros registrados contabilmente estão apresentados a valor de mercado.

As controladas das Empresas Manguinhos operam com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de "swap" de taxa de juros, sem fins especulativos. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Eventos subsequentes

(a) Alteração da Lei das Sociedades por ações para 2008

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que altera a Lei das Sociedades por Ações, quanto a determinadas práticas contábeis, escrituração e elaboração das demonstrações financeiras a partir do exercício social que se iniciará em 1º de janeiro de 2008.

A seguir está descrito um sumário dos principais assuntos contemplados na nova lei que poderão influenciar as demonstrações financeiras do próximo exercício.

A emissão de normativos contábeis pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM para as companhias abertas por ela reguladas deverá ser efetuada em consonância com os padrões internacionais.

Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa e inclusão da Demonstração do Valor Adicionado no conjunto das demonstrações financeiras.

No ativo permanente: (i) criação do subgrupo Intangível; (ii) restrição do uso do ativo diferido às despesas pré-operacionais e aos gastos incrementais de reestruturação; (iii) segregação no ativo intangível dos bens incorpóreos, inclusive o ágio ("goodwill") adquirido, e (iv) inclusão no ativo imobilizado dos ativos decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens, independente de ter ocorrido ou não a transferência de propriedade.

Estabelece novos critérios para a classificação e a avaliação das aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de crédito, em linha com a norma internacional, onde esses instrumentos financeiros são classificados em três categorias: destinados à negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, sendo a avaliação das duas primeiras pelo seu valor de mercado e a última pelo custo acrescido dos rendimentos.

Introdução na Lei do conceito de Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo. Cabe destacar que a CVM já se pronunciou em comunicado ao mercado entendendo que a aplicação desse conceito pelas companhias abertas por ela reguladas depende da emissão de norma específica ou de expressa referência em alguma outra norma, delimitando o seu alcance e fixando as premissas necessárias para sua utilização, o que deverá ser efetuado em consonância com as normas internacionais.

A Lei nº 11.638/07 também obriga a companhia a efetuar, periodicamente, análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido. Sobre esse assunto, em 2007 foi emitido o Pronunciamento CPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que está em linha com as normas internacionais de contabilidade. A CVM emitiu a Deliberação CVM nº 527/07 aprovando este Pronunciamento.

Nas operações de incorporação, fusão ou cisão (combinação de empresas), quando forem realizadas entre partes não-relacionadas e estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle, todos os ativos e passivos da incorporada, cindida ou fusionada deverão ser identificados, avaliados e contabilizados a valor de mercado.

Alterações na escrituração mercantil e na escrituração tributária, estabelecendo alternativas para as Companhias a possibilidade de adotar na escrituração mercantil as disposições da lei tributária, para em seguida efetuar os ajustes necessários para atendimento da legislação societária.

Considerando a extensão e complexidade das alterações promovidas pela referida Lei, a administração está avaliando seus reflexos na Sociedade, ao tempo em que acompanha as discussões e debates no mercado, em especial nos órgãos e associações da classe contábil e junto aos reguladores, que possivelmente se manifestarão sobre aspectos para a aplicação da Lei.